

“O conhecimento exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer uma ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica em invenção e em reinvenção”. (Paulo Freire)



ISSN 2446-5941

Revista Digital Simonsen

Antonio Modesto

Caio Cesar

Carlos Santana

Cindy Esquivel

Danielle Guedes

Diogo Cardoso

Eliane Melara

Giuliana Pereira

Leonardo Mello

Mauro Sérgio

Susan Guerra

Vanessa Oliveira



Ano IV, N° 7 (2017)



Equipe

Editor

Prof: Dr. Rodrigo Amaral

Coeditor:

Prof: Dra. Rosane Cristina de Oliveira

Parecedor Técnico:

Prof: Ms. Mauro Sérgio Vieira

Técnico de edição:

Rafael Costa da Silva

Funcionária:

Camila Teixeira

Corpo Editorial

- Prof. Dr. Rodrigo Amaral (FIS/UNICBE)
- Prof. Dra. Rosane Cristina de Oliveira (FIS/UNICBE)
- Prof. Dr. Mauro Amoroso (UERJ)
- Prof. Dr. Ricardo Santa Rita de Oliveira (FIS)
- Prof. Dr. Sérgio Chahon (FIS)
- Prof. Dra. Margareth Maria de Carvalho Queiroz (IOC/FIOCRUZ – USS/FUSVE)

Conselho Consultivo

- Prof. Ms. André Luiz Villagelim Bizerra (FIS)
- Prof. Ms. Antônio José Pereira Morais (FIS)
- Prof. Ms. Carla Regina Tadeu Apóstolo (FIS)
- Prof. Ms. Elias Nunes Frazão (FIS)
- Prof. Ms. Luiz Claudio G. Ribeiro (FIS)
- Prof. Dr. Patrícia Woolley Cardoso L. Alves (FIS)
- Prof. Dr. Suelen Sales da Silva (FIS)

Revista Eletrônica Acadêmica /
Faculdades

Integradas Simonsen. Vol.7, n.7 (ago -
dez 2017). Rio de Janeiro, 2017
(on.line).

Semestral.

Revista Digital Simonsen

Disponível no Portal Simonsen em:

www.simonsem.br/revista-digital

ISSN 2446-5941

A Revista Digital Simonsen apresenta, nesta 7ª. Edição, 10 artigos, que abrangem as áreas de História, Serviço Social, Geografia. Além dos artigos, temos as entrevistas com ex-alunos, dialogando sobre suas experiências na iniciação científica e a importância da pesquisa desde os primeiros períodos de graduação.

O primeiro artigo, de Carlos Santana, *Associativismo Negro: uma experiência inexistente pela historiografia oficial brasileira (1888-1930)*, apresenta uma análise bibliográfica dos movimentos e associativismos negros no período entre o processo de abolição da escravidão até 1930. A intenção do autor foi discutir a ausência de estudos acerca do associativismo negro na construção do Estado Nação. Um ponto interessante no estudo de Santana é a tentativa de reunir os escritos que apontam para os movimentos negros com o intuito de retirar sua invisibilidade na maioria dos escritos historiográficos que abrangem o período trabalhado pelo autor.

No artigo *O papel da educação superior nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva*, de Leonardo Silva, temos uma discussão interessante sobre o papel do ensino superior ao longo dos governos FHC e Lula. A intenção do autor foi analisar à luz das demandas de agências internacionais e da utilização de recursos neoliberais, como a educação superior foi implementada na estrutura socialdemocrata brasileira. Nas palavras do autor, “a Educação Superior despontou como um promissor campo de exploração capitalista além de confirmar as relações de dependência típicas de países periféricos; e, também, corroborou para um novo projeto burguês de sociabilidade na subordinação ideológica ao sistema capitalista global”.

Em seguida, Cindye Vieira, no artigo *“Tudo marcha, pela grandeza da Pátria”*: a Nação Armada em defesa do ufanismo nacional, observa-se uma análise da história da caserna contada a partir das suas publicações oficiais, como boletins internos e revistas que traduzem as normas de conduta, metodologias castrenses, manuais e procedimentos alinhados com os discursos da época nem sempre foram o que pareciam ser. A autora apresenta uma abordagem interessante acerca das tendências da época, estabelecendo uma dicotomia entre o tradicionalismo da instituição militar, a literatura e referências educacionais daquele momento.

Danielle Santos, no artigo *Uma Análise sobre as Estatuetas Funerárias do Reino Novo (c.1550-1070 a.C)*, remete ao leitor aos mistérios do Egito antigo buscando despertar o interesse de como eles tratavam o conceito da vida após a morte através da sua natureza funerária e de como analisavam as relações da vida com a estatueta denominada SHABTI que representava o encontro entre o simbolismo e a cultura do povo egípcio procurando estabelecer as relações do que ela representava com a visão do mundo contemporâneo.

Revista Digital Simonsen

O Brasil do ano de 1964 representava uma verdadeira revolução de conceitos, procedimentos e ideologias. O artigo *Os Partidos Políticos e o Golpe de 1964 na Bahia*, de Antônio Modesto dos Santos procura demonstrar como os partidos políticos interagiram naquele processo e como o Estado da Bahia, especificamente, remonta a sua história política através da figura consagrada de Antônio Carlos Magalhães que consegue apoio dos militares e torna-se presidente da UDN no estado que, como consequência imediata do processo buscou a visibilidade nacional a partir de um momento conturbado mas que no decorrer da história é ratificado como figura emblemática do cenário político nacional.

O artigo de Caio Soares Pereira, intitulado *O pertencimento do samba – análises do carnaval carioca (1929 – 1945)*, aborda o surgimento do samba e a sua aceitação em todas as esferas da sociedade, até ser considerada cultura brasileira, e através do samba, mostrar que todos são iguais, independente de seu credo, apesar de todas as dificuldades que fora superado; hoje o samba e o carnaval uni todos os brasileiros em uma só festa.

Giuliana Mendes, no artigo *A importância da educação na profissionalização e inserção dos jovens aprendizes da Associação Nova Casa do Trabalho: reflexões a partir do Serviço Social*, discute as transformações no setor terciário da economia. O foco do estudo são os projetos inovadores que visam cujo objetivo é o equilíbrio e aperfeiçoamento do sujeito. O objeto deste estudo é a Associação Nova Casa do Trabalho, onde o principal campo de atuação profissional é destinado ao Assistente Social.

Dependência química e a rede socioassistencial é a temática de Vanessa Oliveira de Souza, abordando o dia a dia do profissional assistente social, as técnicas que são utilizadas no trabalho com os dependentes químicos, e mesmo sendo um assunto atual, este não é tão debatido dentro do serviço social; e este artigo finaliza com uma entrevista bastante interessante de um profissional que atua no CAPSad (Centro de Atenção Psicossocial para o Usuários de Álcool e Outras Drogas).

O artigo de Eliane Melara e Diogo Cardozo, intitulado *A questão ambiental e os impasses da ciência geográfica: uma reflexão preliminar*, articula as discussões sobre crescimento econômico e os problemas ambientais, intensificados especialmente nas últimas décadas do século XX. Para os autores, os debates em torno das questões ambientais ganham um componente fundamental a partir dos estudos implementados pela Geografia, através dos estudos que abordam a relação entre natureza e sociedade, desde o século XIX.

Já é sabido que a devastação e o desmatamento causado por ações antrópicas travam sucessivas guerras com o Meio Ambiente. As constantes mudanças do clima podem ter causas pontuais onde estes procedimentos tornam-se cada vez mais efetivos. Tentando minimizar esses efeitos, as nações desenvolvidas criaram um mecanismo denominado REDD – Redução das

Revista Digital Simonsen

Emissões por Degradação e Desmatamento. O artigo *REDD – Redução das Emissões por Degradação e Desmatamento, Conceitos e Concepções*, de Mauro Sergio Vieira traz uma abordagem acerca do conceito, preservação e mitigação dos processos do desmatamento e da degradação a partir de práticas construtivas com a utilização do carbono vegetal e da biomassa disponível como mecanismos de controle da devastação das florestas, sobretudo da Amazônia e ainda ter retorno financeiro com recursos oriundos de Projetos que visem a proporcionar sustentabilidade ambiental e controle e monitoramento de áreas degradadas. Tendo o Estado do Acre, como origem de emprego do conceito e que se tornou destaque e exemplo no cenário Nacional, tem se configurado o local de maior número de Projetos de REDD, REDD+ e REDD++ extrapolando seus resultados ao Amapá, Estado mais preservado do Brasil.

Desejamos a todos uma excelente leitura!

Rosane Cristina de Oliveira (Vice Editora)

Revista Digital Simonsen

ACAPA

Nossa capa traz uma reflexão sobre o impacto do ensino; foi desenvolvida em agosto deste ano por Susan Esquivel, estudante de arquitetura da PUC – RJ.

Nesta ilustração, a pilha de livros e as asas na mulher representam o crescimento e a liberdade como reflexo da formação continuada.

Rodrigo Amaral (Editor)

Rafael Costa da Silva

Índice

Artes

- capa -06

Autor: Rodrigo Amaral

História

- *Associativismo Negro: Uma Experiência Inexistente pela Historiografia Oficial Brasileira* - 08

Autor: Carlos Santana

- *O Papel da Educação Superior nos Governos de FHC e Luiz Inácio Lula da Silva* - 24

Autor: Leonardo Mello Silva

- *“Tudo Marcha, Pela Grandeza da Pátria”; A Nação Arma em Defesa do Ufanismo Nacional*-43

Autora: Cindye Esquivel Vieira

- *Uma Análise as Estatuetas Funerárias do Reino Novo (C.1550 – 1070 A.C)* - 51

Autora: Danielle Guedes dos Santos

- *Os partidos Políticos e o Golpe de 1964 na Bahia* - 61

Autor: Antônio Modesto dos Santos Junior

- *O pertencimento do Samba - Análise do Carnaval Carioca* - 75

Autor: Caio Cesar Soares Pereira

Serviço Social

- *A importância da Educação na Profissionalização e a inserção dos Jovens Aprendizes da Associação Nova Casa do Trabalho: Reflexões a partir do Serviço Social* – 83

Autora: Giuliana Pereira Mendes

- *Dependência Química e a Rede Socioassistencial* - 101

Autora: Vanessa Oliveira de Souza

Geografia

- *A Questão Ambiental e os Impasses da Ciência Geográfica: Uma Reflexão Preliminar* – 113

Autores: Eliane Melara e Diogo da Silva Cardoso

- *REDD – Redução das Emissões por Degradação e Desmatamento, Conceito e Concepções* - 127

Autor: Mauro Sérgio Vieira

Entrevista - 142 Autores: Rodrigo Amaral e Rafael Costa da Silva

Revista Digital Simonsen

Como citar: SANTANA, Carlos. *Associativismo Negro: Uma Experiência Inexistente Pela Historiografia Oficial Brasileira*. In: Revista Digital Simonsen, Nº 6, Maio. 2017. Disponível em: www.simonsen.br/revistasimonsen ISSN:2446-5941

HISTÓRIA

ASSOCIATIVISMO NEGRO: UMA EXPERIÊNCIA INEXISTENTE PELA HISTORIOGRAFIA OFICIAL BRASILEIRA. (1888 – 1930).

Por: Carlos Santana¹

¹ Carlos Santana, Doutorando na UFRJ Departamento de História Comparada, Professor de História da Universidade Candido Mendes, formado em Licenciatura plena em História pelas Faculdades Integradas Simonsen, formado em Pós Graduação em História da África pelas Faculdades Integradas Simonsen

RESUMO

O objetivo deste artigo é fazer uma análise bibliográfica dos movimentos e Associativismos Negros pós-abolição no Brasil. Há uma ausência na historiografia oficial brasileira de estudos sobre as instituições do associativismo negro na construção do Estado Nação. Por outro lado, vários textos que reuni neste artigo procuraram tirar da invisibilidade o associativismo negro, que, se caracterizou por um movimento social que ao longo de todo o período anterior e posterior à abolição, teve papel preponderante na luta por conquistas para a população negra na sociedade brasileira, através de ações políticas na qual cobraram o direito dos negros garantirem uma cidadania plena. Procuraremos desconstruir, também, uma visão de que os negros brasileiros possuíam um pensamento homogêneo em relação a política. Ao analisamos os textos, identificaremos um vasto campo de atuação política do associativismo negro pós-abolição ignorada pela literatura brasileira.

PALAVRAS-CHAVES: Associativismo Negro - Pensamento Homogêneo - Homens de Cor - Revisão Historiográfica.

Na historiografia oficial brasileira existe uma invisibilidade quanto a abordagem das questões relacionadas a História social do negro pós-abolição porque o negro não aparece como construtor do Estado Nação brasileira (Flávio Gomes; Petrônio Domingues, 2013), e, quando a literatura brasileira trata da temática da história social do escravizado no Brasil, procura identificá-lo como uma pessoa que ao longo do processo da luta pela sua emancipação, permaneceu inerte aos acontecimentos que envolviam sua liberdade. (Domingues, 2011).

Hoje há um novo entendimento por parte da Historiografia que aborda a temática da história social do negro na busca por sua liberdade. Segundo Domingues:

[...] Nas últimas décadas, a historiografia brasileira tem evidenciado como os cativos, apesar de todas as adversidades e limitações, procuraram ser protagonistas de seu devir. Eles não ficaram de braços cruzados, esperando pela liberdade, nem dependeram do chamamento dos abolicionistas. De meados de 1860 até 13 de Maio de 1888, os escravos levaram a cabo diversos métodos de resistência e luta para romper com os “grilhões da opressão”. Entre esses métodos, avultaram-se as ações de liberdade nas barras dos tribunais e as fugas – individuais ou coletivas, espontâneas ou planejadas -, as quais causavam pesadelos nos “donos do poder”. Também entraram em cena novas formas de organização dos mocambos e quilombos. [...] (Domingues, 2011, p.37)

Neste artigo buscaremos refletir sobre um período da história social do negro pós-abolição, tendo como objeto de análise as associações negras criadas durante ou logo após a assinatura da Lei Áurea. Procuraremos contextualizar que a Historiografia oficial brasileira, ao abordar a

Revista Digital Simonsen

temática da história social do negro após sua emancipação, propaga a ideia de que poucos movimentos sociais surgiram ligados a problemática da inclusão do negro na sociedade brasileira. Geralmente identificam apenas “A Imprensa negra²”, “A Frente Negra Brasileira³” e “O Movimento Negro Unificado⁴” como engajados na luta contra o racismo no Brasil nas primeiras décadas após o 13 de maio de 1888. As demais experiências do associativismo negro são completamente ignoradas. (Flávio Gomes; Petrônio Domingues, 2013, p.255).

Para atingirmos estes objetivos vou utilizar fontes discutidas na disciplina *Tópicos de Escravidão e Pós-Emancipação nas Américas (IHC 806)*. Disciplina do Programa de Pós-Graduação em História Comparada da UFRJ, cujo tema foi o *associativismo negro*, dos Profs. Drs. Flávio dos Santos Gomes⁵ e Petrônio J. Domingues⁶. Para dar visibilidade às experiências do associativismo negro após a abolição vamos utilizar os conceitos teóricos do historiador e escritor Inglês E.P. Thompson, (1924-1993), desenvolvidos no seu trabalho de pesquisa sobre a “lei Negra” na Inglaterra no século XVIII, em sua obra *Senhores e Caçadores* (1987), e, construídos a partir do Direito inglês, para criação de uma “Lei” de Propriedade. Esta poderá servir de base teórica na análise dos textos sobre o associativismo negro pós-

²Sobre a imprensa negra, ver BASTIDE. Roger. “A imprensa negra do Estado de São Paulo”. Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Sociologia, São Paulo, v. CXX, n. 2, 1951, pp. 55-78; Domingues, Petrônio “Os jornais dos filhos e netos de escravos (1888-1930)”. A nova abolição. São Paulo: selo Negro, 2008, pp. 19-58.

³Gomes, Flávio dos santos, “Negros e política (1888-1937), Rio de Janeiro, Zahar, 2005; Gomes, Flávio, “No meio das águas turvas – Racismo e cidadania no alvorecer da República: a Guarda Negra na corte (1888-89)” In: Gomes, F. Domingues, P.(org.). Experiência da emancipação: Biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição(1890-1980), São Paulo: Selo Negro, 2011, p. 15-43); Soares, Carlos Eugênio Líbano, “A negrada instituição: os capoeiristas no Rio de Janeiro (Rio de Janeiro Secretaria Municipal de Cultura, 1994).

⁴Alberti, Verena, Amílcar Araujo Pereira, (org.), “História do movimento negro no Brasil”: depoimento ao CPDOC”, Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007, pp. 148-163; Pereira, Amílcar Araújo, “O mundo negro”: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil, Rio de Janeiro, Pallas: FAPERJ, 2013.

⁵ Possui licenciatura em História pela UERJ (1990), bacharelado em Ciências Sociais pela UFRJ (1990), mestrado em História Social do Trabalho (1993) e doutorado em História Social (1997), ambas pela Unicamp. Atua como professor dos programas de pós-graduação em Arqueologia (Museu Nacional/UFRJ), História Comparada (UFRJ) e História (UFBA). Tem publicado livros, coletâneas e artigos em periódicos nacionais e estrangeiros, atuando na área de Brasil colonial e pós-colonial, escravidão, Amazônia, fronteiras e campesinato negro. Em 2009 obteve a John Simon Guggenheim Foundation Fellowship. É atualmente pesquisador Cientista do Nosso Estado da FAPERJ. Desenvolve pesquisas em história comparada, cultura material, escravidão e pós-emancipação no Brasil, América Latina e Caribe, especialmente Venezuela, Colômbia, Guiana Francesa e Cuba. Atua no Laboratório de Estudos de História Atlântica das sociedades coloniais e pós-coloniais (LEHA) do Instituto de História da UFRJ.

⁶ Possui bacharelado e licenciatura (1997), mestrado (2001) e doutorado (2005) em História pela Universidade de São Paulo (USP). É professor associado do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Professor permanente tanto do Mestrado Acadêmico em História (PROHIS) quanto do Mestrado Profissional em História (Prof História), da mesma universidade. É co-organizador de quatro coletâneas, autor de três livros, de quinze capítulos de coletâneas e de dezenas (mais de cinquenta) artigos publicados em revistas acadêmicas, no Brasil e no exterior, sem mencionar as várias resenhas e os artigos publicados na imprensa diária. Tem experiência na área de História, com ênfase em Brasil Republicano e Historiografia Brasileira, atuando principalmente com os seguintes temas: populações da diáspora africana, no Brasil e nas Américas, pós-abolição, movimentos sociais, identidades, biografias e multiculturalismo. Foi Visiting Scholar na Rutgers - The State University of New Jersey (EUA), no Department of African Studies (2012-2013). Atualmente realiza pós-doutorado no PPGHC da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Revista Digital Simonsen

emancipação, que tinha como principal estratégia de combate ao racismo institucional na sociedade brasileira, criar mecanismos de Normas jurídicas, “Leis” que garantissem o pleno gozo da cidadania, e, para chegar a este objetivo de fato era necessário construir “Leis” que proporcionassem o direito de Igualdade para o negro. Quem analisa o conceito de “Lei” no direito em Thompson, é o Historiador Alexandre Fortes (1995).

[...] o autor salienta que “a lei” não pode ser localizada apenas no aparato judiciário e legislativo, mas aparece como componente intrínseco ao conflito, que caracteriza não como uma luta contra a propriedade (e a lei que a mantém) mas entre definições distintas de propriedade (e portanto, dentro da lei até onde possível e recorrendo a uma noção legitimadora de justiça quando estas possibilidades se esgotam). A lei enquanto prática portanto não se localizava em distante superestrutura, mas perpassava as próprias relações de produção como norma endossada pela comunidade. Por outro lado, ao invés de mecanismo de consenso, constituía-se no próprio campo onde conflito social se desenvolvia (Thompson, 1987:358, apud, Alexandre Forte, 1995, p.92-93).

Ao trabalhar com esses textos procuraremos dar voz a esta experiência associativa que foi conduzida por dezenas de negros e negras nas primeiras décadas do século XX, da mesma forma que E.P. Thompson, ao analisar a experiência cultural e Política dos Trabalhadores Ingleses no século XVIII, possibilitou dar voz a esta experiência da história social do trabalho “vista de Baixo”. (E. P. Thompson, 2012, p185-201).

Do total de textos relacionados ao associativismo negro, selecionamos três para serem analisados com profundidade neste artigo:

- 1) Domingues, Petrônio, “Cidadania Levada a Sério: Os Republicanos de Cor no Brasil”, (2014, pp.121-154);
- 2) Dantas, Carolina Vianna⁷, “Monteiro Lopes (1867-1910), um “Líder da Raça Negra” na Capital da República, (2010 pp.167-209);
- 3) Domingues, Petrônio, “a redenção de nossa raça”: “as comemorações da abolição da escravatura no Brasil”, (2011, pp.19-48); Estes textos possuem uma ligação direta com a minha pesquisa de tese de doutorado que tem o título: *Parlamentares Negros no Congresso Nacional Brasileiro: Trajetórias e Análise de Instrumentos Legislativos, 1983-1991*.

⁷ Possui doutorado e pós-doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (2007) e tem experiência na área de pesquisa e ensino de História, com ênfase em História do Brasil, História e historiografia da Primeira República, Racismo e Relações Raciais. Atualmente é professora-pesquisadora da EPSJV-FIOCRUZ. (Texto informado pelo autor)

NEGROS REPUBLICANOS, ANTES E DEPOIS DA ASSINATURA DA LEI ÀUREA.

Quando a Historiografia Oficial brasileira aborda a História social do negro pós-abolição no campo cultural e político, procura identificar o negro brasileiro como tendo um pensamento único nas ações e encaminhamentos em sua estratégia de luta para conquistar a plena cidadania. O Professor Domingues em sua obra “Cidadania Levada a Sério: os Republicanos de Cor no Brasil” procurou demonstrar que as “experiências Político-culturais da gente de cor,” logo após a emancipação definiu estratégias e táticas diferentes nos vários campos sociais que levassem de fato a Igualdade, adotando caminhos diversos (2014, pp.121-154).

Vamos exemplificar esta diferença através das articulações Político-Ideológicas dos negros: os negros que eram integrantes da “Guarda Negra” tinham uma inclinação pelas ideologias Políticas da Monarquia, e estas eram diferentes daquelas dos negros que se articulavam em torno do jornal “A Pátria” que tinha uma finalidade programática e ideológica com os Princípios Republicanos e que comungavam do mesmo pensamento dos integrantes do “Club Republicano dos homens de cor”, (Domingues, 2014).

Procuraremos identificar alguns fatos abordados no texto de Domingues que nos leve a identificar estas diferenças entre o Negro Monarquista e o Negro Republicano. O jornal Cidade do Rio, de propriedade do Afro-Brasileiro José do Patrocínio⁸, no dia 10 de julho de 1888 publica uma reportagem relatando a criação da Guarda Negra, “seu intuito era se dedicar de corpo e alma e em todos os terrenos à defesa do reinado da Princesa Isabel por tê-los feito Cidadão”, (Domingues, 2014). Uma parcela de negros que se identificava com a Monarquia justificava o apoio por entender que “durante sua existência emancipou os filhos das mães escravas em 1871(Lei do Ventre Livre), os escravos de mais de 60 anos em 1885 (Lei do Sexagenário) e, finalmente, toda a população cativa em 13 de maio de 1888 (Lei Áurea)”. (Andrews,1998, apud, Domingues, 2014, p.122).

Vários fatores vão contribuir para a criação da Guarda Negra, segundo Domingues que, conforme o Historiador e escritor “Flávio Gomes (2011, p.19), lembra que muitos ex-escravos perceberam rapidamente que seus ex-senhores haviam trocado suas roupas de fazendeiros por fardas republicanas, na qual o discurso da indenização pela abolição, muitas vezes cheirava a reescravização”. (Flávio Gomes, 2011, p.19, apud, Domingues, 2014, p.124).

⁸Magalhães Júnior, R, “A vida turbulenta de José do Patrocínio”. 2. Ed. São Paulo: Lisa; Rio de Janeiro: INL, 1972.

Revista Digital Simonsen

A guarda Negra não ficou restrita só a Capital do País, se expandiu por vários outros pontos do país, como por exemplos: “São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Maranhão.” Domingues (2014, p.125).

A guarda Negra não era unanimidade entre os negros, o jornal *Gazeta da Tarde, Rio de Janeiro, 17 janeiro de 1889, p.2*, publica uma reportagem que caracteriza uma posição de negros que não compartilhavam com as ideias da Guarda Negra.

No dia 13 de janeiro, cerca de 300 “homens de Cor” se reuniram em “assembleia especial” no antigo Quilombo do Jabaquara, em Santos. Fez uso da palavra Quintino de Lacerda – o “legendário organizador desse quilombo que fez a Abolição” – salientando que os “pretos ali presentes e seus irmãos deveriam a liberdade ao povo não ao governo”. À Monarquia, disse ele, “nós devemos a conservação da escravatura por três séculos; devemos-lhe as balas com que ela mandou espingardear alguns aqui presentes na célebre jornada de Cubatão. Nós nos fizemos livre, auxiliados pelo povo que nos sustentava contra as forças do governo”. Falou também Eugênio Wonsuit, um “preto muito inteligente, ex-militar, com quatro anos de campanha na Guerra do Paraguai”. No final da assembleia, os “homens de cor” aprovaram uma moção na qual consignavam: “Que reconhecem a abolição da escravatura o Brasil como feita pelos esforços populares, que se impuseram energicamente à coroa”; “Que se consideram do povo e pelo povo em todas as suas manifestações tendentes à reorganização da pátria”. E protestavam contra aqueles que “aliciam os seus irmãos de raça, formando uma verdadeira força a que intitulam “Guarda Negra”, [...] porque enxergam nessa infâmia o início de uma guerra civil produzida pelo ódio de raças”. (Domingues, 2014, p.130).

Numa perspectiva comparada podemos identificar posições antagônicas entre os negros em relação ao processo que levou a abolição e que ainda se encontravam sob a tutela do Cativo até o dia 13 de maio de 1888. Como podemos verificar na reportagem do jornal *gazeta da tarde* do dia 17 de janeiro de 1889, os negros que se organizavam a partir do “antigo Quilombo do Jabaquara”⁹ “tinham um entendimento que a abolição da escravatura” foi devido ao povo, não ao governo”, diferente dos negros que eram integrantes da “Guarda Negra”, que consideravam que a Princesa Isabel teve um papel central na emancipação.

Dando continuidade a análise das diferenças de pensamento Político e Cultural do negro pós-abolição, é importante também destacarmos o papel do associativismo negro através da fundação do grupo “O Club Republicano dos Homens de cor”, na Capital da corte, que tinha cinco princípios básicos na sua “plataforma de atuação”, que eram:

⁹ Para conhecer a história do Quilombo do Jabaquara, ver. “A respeito de Antônio Bento e os caifazes,” veja Fontes (1976); Machado(1994); Azevedo (2010), Particularmente o capítulo “Legalistas e radicais”.

Revista Digital Simonsen

- 1º) “Combater em todos os terrenos as instituições vigentes”;
- 2º) “Assistir todas as reuniões políticas que se realizassem nesta cidade e combater a seu favor”;
- 3º) “Instituir-se uma caixa de beneficência e uma aula noturna;
- 4º) “Reconhecer como chefe o cidadão que for eleito pelo Conselho Federal”;
- 5º) “Fazer a propaganda política com a raça preta e fazer crer a essa mesma raça que estão sendo vítimas do trono “(Gazeta da tarde, Rio de Janeiro, 4 junho de 1889,p.2, apud, Domingues, 2014,p.137)”.

Não podemos deixar de abordar que em 1870 foi fundado o Partido Republicano no Rio Janeiro, em 1873, o de São Paulo. No Rio os principais nomes foram: “Lopes Trovão, Saldanha Marinho, Salvador de Mendonça, Aristides Lobo, Quintino Bocaiuva e Silva Jardim” e em São Paulo: “os irmãos Américo e Bernardino de Campos, Prudente de Moraes, Campos Sales, Américo Brasiliense, Alberto Sales e Francisco Glicério, este último – um abolicionista e republicano afrodescendente.” (Domingues, p. 129).

Um fato político de grande impacto ocorreu na corte em meados de 1889: D. Pedro II optou por uma troca Ministerial substituindo o Presidente do Conselho de Ministros, João Alfredo, figura que era considerada o “protetor da Guarda Negra” por Afonso Celso de Assis Figueiredo, o Visconde de Ouro Preto ou Ministro Ouro Preto. Este, por orientação de D. Pedro II organizou “um amplo programa de reformas” com o propósito de “melhoria das condições política, social e financeira do país”, no intuito de conseguir estancar o crescimento das Ideias Republicanas no Brasil. Porém, o Ministro Ouro Preto não logrou êxito na sua tarefa e a Câmara dos Deputados em sua maioria recusou as propostas encaminhadas pelo Ministro (Domingues, 2014, p.141): “O governo então dissolveu a Câmara, convocando eleições para a formação de um novo Congresso”. (Holanda, 2005, apud, Domingues, 2014, p. 141). Esta nova eleição fez com que os integrantes do Club Republicano dos homens de cor se posicionassem em relação às eleições que ocorreriam em 6 de julho de 1889, “no escrutínio prévio que indicaria os nomes dos candidatos para o Senado, eleição marcada para o final de agosto”. (Domingues, 2014, p.142).

A posição dos “Homens de Cor” em relação ao pleito eleitoral foi divulgada no jornal “O País” em 4 julho de 1889, mais precisamente na página 3.

“A diretoria do Clube Republicano dos homens de cor vem por meio deste apelar para o eleitorado dos homens de cor republicanos, para que votem nos candidatos do partido que foram eleitos em escrutínio prévio. É preciso não recuarmos diante deste governo, hoje quase que aspiração nacional; é preciso mostrarmos que somos homens para a luta, quer por meio das urnas, quer por meio da palavra e quer por meio da força! É preciso repelirmos esse labéu, porque fomos taxados [sic] de especuladores, de despeitados e em suma fomos ameaçados por esse governo áulico. É preciso provarmos a esse governo de cobre que nós

Revista Digital Simonsen

não tememos as ameaças, não somos especuladores e sim queremos o bem da pátria! É preciso não recuarmos perante essa capangagem desenfreada, que vai aparecer no dia das eleições para nos ameaçar e atemorizar para assim nós votarmos; é preciso nesse dia estarmos todos lá, quer os eleitores ou não, para repelirmos estes infames perturbadores da ordem pública; é preciso mostramos a esse governo que ainda há nesse grande torrão brasileiro homens que morrem por uma causa! O nosso partido não tomará impulso sério enquanto não entrar em ação. É preciso nesse dia estarmos decididos a tudo e não recuarmos ante a navalha e o cacete do capoeira, porque nossa facha patriótica será – vencer ou morrer! Portanto a postos! Às urnas! Avante patriotas e teremos a nossa santa e justa causa ganha!!!”. (O País, Rio de Janeiro, 4 julho de 1889, p.3, apud, Domingues, 2014, p. 141-142).

Podemos observar que a direção do Club Republicano dos homens de cor não ficou de braços cruzados em relação ao pleito eleitoral, eles estavam prontos para a guerra, como vimos na reportagem do jornal O País, estavam dispostos a enfrentar as navalhas e os cacetes dos capoeiristas, muitos destes identificados com o pensamento da “guarda Negra” e da monarquia. (Domingues, 2014, p.1).

Ao analisarmos os fatos narrados por Petrônio Domingues fica nítido que há uma visão equivocada por parte da Historiografia Brasileira que procura caracterizar um comportamento hegemônico do negro no Brasil logo após a abolição. As duas associações ora em pauta tinham posições políticas extremamente diferentes, embora a “Guarda Negra” e o “Club Republicano dos Homens de cor” lutassem para atingir o mesmo objetivo, qual seja, que o negro fosse integrado de fato na sociedade brasileira com todos as oportunidade e direitos que o homem branco.

MANOEL DA MOTTA MONTEIRO LOPES, PRIMEIRO DEPUTADO FEDERAL NEGRO APÓS-ABOLIÇÃO

No dia 1 de Maio de 1909 tomou posse como Deputado Federal, o Afro-brasileiro Manoel da Motta Lopes, mais conhecido como Monteiro Lopes, (Dantas 2010, p.197); (Domingues, 2013, p.144). Para podermos entender o significado político da posse de um Parlamentar negro na Câmara Federal no ano final da primeira década do século XX, é necessário fazermos uma análise dos fatos que ocorreram em torno da campanha eleitoral de Monteiro Lopes, e procurar demonstrar como o associativismo negro naquele período teve papel extremamente importante para que um Afro-brasileiro fosse diplomado na cadeira de Deputado Federal, representando o 1º distrito da Capital da República.

Carolina Vianna Dantas fez uma ampla pesquisa sobre Monteiro Lopes (1867–1910) na qual conta que ele nasceu em 25 de janeiro de 1867 na Cidade de Recife, em Pernambuco. Seus pais eram “Jerônimo da Motta Monteiro Lopes” e “Maria de Paula Lopes”. Tiveram cinco filhos, três homens e duas mulheres; todos tiveram formação universitária; os homens se tornaram advogados e as mulheres, professoras. (Dantas, 2010, p.171) Podemos concluir que a forma que os pais de

Revista Digital Simonsen

Lopes encontraram para ascensão dos filhos foi a educação. Monteiro Lopes fez toda sua formação em sua cidade natal, em 1889 se formou bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Recife (Domingues, 2013, p.129).

A trajetória de Monteiro Lopes até sua chegada na Capital da República foi narrada por Domingues a partir das reportagens que saíram na imprensa logo após a morte do Deputado.

“[...] Terminada a fase de estudante universitário, em 1889, veio o dilema: como e onde iniciar a carreira profissional? Um de seus irmãos havia se radicado em Belém do Pará e, foi a partir da intermediação desse irmão, que Monteiro Lopes se mudou para o norte do País, onde exerceu cargos públicos e enfrentou embates políticos. As informações dessa fase da vida são desconstruídas. Para o jornal *Correio da Manhã*, ele esteve no Pará, em 1890, e no Amazonas, ocupando interinamente a chefia de polícia da cidade de Manaus (*Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 14 dezembro de 1910, p.3). Já para a *Gazeta de Notícias*, ele não assumiu, em 1892, o cargo de “ chefe de polícia” no Amazonas, por questões de divergência políticas. Foi “nomeado promotor público de Manaus, sendo mais tarde elevado às funções de juiz de direito na mesma cidade” (*Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1910, p.1). Em face de informações contraditórias (e pouco confiáveis), importa saber que ele não ficou muito tempo no Norte do País. Por volta de 1894, transferiu-se para a Capital Federal, a fim de se dedicar à advocacia”. (Dantas, 2010, p.171, Domingues, 2013, p.129)

Poucos anos após sua chegada à Capital da República, Monteiro Lopes pôde vivenciar as transformações estruturais urbanísticas comandadas pelo Prefeito “Pereira Passos (1902-1906)”. Domingues utilizou a fonte Bibliográfica da obra do Escritor Lima Barreto “*Recordações do Escrivão Isaías Caminha*”, para caracterizar os objetivos da reforma de Pereira Passos, e como foi o posicionamento de Monteiro Lopes em relação as reformas.

[...] as reformas “civilizatórias” e “modernizadoras” de Pereira Passos implicaram em negar e deixar para trás aquilo que muitos na elite carioca viam como sinônimo de atraso – como as práticas culturais populares e as crenças religiosas afro-brasileira-, mas antes suas reformas tiveram como consequência o alijamento do centro da população pobre, que perdeu suas casas, e aqueles que ficaram sofreram piora na suas condições de vida. Sensível a essas questões, Monteiro Lopes passou a se posicionar no debate público, bem como se embrenhou nas lides do associativismo e nos canais propulsores de empoderamento. [...]. Domingues (2013, pp.131-132).

Segundo Carolina Dantas, Monteiro Lopes era membro de algumas associações negras no Rio e tinha relações fora da Capital:

Monteiro Lopes participava das atividades da Sociedade União dos Homens de Cor do Rio de Janeiro, era membro ativo da Irmandade de São Sebastião e Nossa Senhora do Rosário e mantinha relações políticas estreitas com os trabalhadores negros do Centro Internacional Operário. Também manteve contato com associações negras fora do Rio, como a Federação Paulista dos Homens de Cor, o Colégio São Benedito, e com lideranças negras e operárias, como Rodolpho Xavier, de Pelotas, e Benedito Florêncio, de Campinas. Essa rede de sociabilidades indica que Monteiro Lopes transitava nos meios intelectuais, políticos, operários e associativismo, exercendo uma dupla militância, já que era um liderança para os trabalhadores negros. [...]. Dantas (2010, p.174).

Revista Digital Simonsen

Já exercendo sua Profissão de Advogado na Capital da República por uma década, Monteiro Lopes, em 1903, se candidatou a uma vaga de Intendente Municipal (sem vinculação Partidária), cargo este “correspondente hoje ao de vereador” (Domingues, 2013, p.132). A eleição neste ano foi muito concorrida, mas Monteiro Lopes teve uma boa votação e exerceu o mandato em 1903-1904. Como parlamentar, caracterizou-se pela defesa dos “operários das fábricas, e os humildes servidores da municipalidade” (Domingues, 2013). Monteiro Lopes também se posicionava contra a prática do racismo na área da educação, cujas instituições geralmente dificultavam o acesso dos negros ao ensino. Diversas vezes, ele utilizou a tribuna do Conselho Municipal para denunciar este crime de racismo, invocando o cumprimento do “artigo 72 da constituição de 1891” que afirmava serem todos iguais perante a Lei (Dantas, 2010, p.175).

Com o trmino do mandato no Conselho Municipal, Monteiro Lopes se candidatou novamente sem nenhuma vinculação Partidária e teve boa votação, porém, a “Junta apuradora” não reconheceu sua vitória. A imprensa da época noticiou o fato do não reconhecimento da vitória eleitoral de Monteiro Lopes, apoiando a decisão da Junta apuradora. Ao que parece, muitos membros da imprensa e do Conselho Municipal queriam dificultar a ascensão de Lopes e acreditavam que a cadeira do Conselho não era lugar para preto.

“Desvalorização, sim senhores – desvalorização imaginem VV.SS. de quê? Do café! Não acreditam? Pois olhem acabou de a decretar e muito bem decretadazinha, oi a Junta Apuradora da última eleição municipal. Alijaram o Sr. Monteiro Lopes e deram diploma, entretanto, ao Srs. Felipe Nery, Quintanilha e Luiz Ramos. [...] A pretidão do amor, do amor Sr. Hemetério levou um tombo onça, o que vem provar que nos trabalhos da apuração dos juízes da junta não souberam verdadeiramente pretores. [...]. (Dantas, 2010, p.180).

No ano de 1905, Monteiro Lopes se candidatou a uma vaga para a Câmara Federal, mais uma vez sem vínculo partidário; desta vez não teve uma boa votação, e também não obteve o reconhecimento para ser diplomado enquanto Deputado Federal. Em função destas duas negativas de reconhecimento da sua vitória, Monteiro Lopes mudou de estratégia e se filiou ao Partido Democrata em 1908. Isto ocorreu nos últimos meses do ano quando já se articulava a próxima eleição para a Câmara Federal que seria realizada no final do mês de Janeiro de 1909.

Um fator que foi muito importante no processo da campanha de Monteiro Lopes, a reunião “dos chefes políticos das diversas paróquias filiados ao Partido Democrata” (Domingues, 2013, p.132). Monteiro Lopes passou toda campanha eleitoral sendo atacado diariamente pela imprensa como identificou Dantas.

Revista Digital Simonsen

[...] A Fon Fon também publicou uma entrevista fictícia com Monteiro Lopes. Ao ser perguntado sobre seu programa político, disse que não tinha um, mas que ia fazer muita coisa. O primeiro ato seria pedir à Mesa Diretora que mandasse abrir mais janelas na Câmara para ver “tudo cloro”. Depois, disse que exigiria o fim dos votos em branco. Todas as propostas apresentadas são troças que fazem jogos semânticos com os binômios Cloro/escuro, preto/branco. (Dantas, 2010, p.182)

No dia 30 de janeiro de 1909, o dia da votação eleitoral, Monteiro Lopes apesar de todo ataque que sofreu ao longo de toda campanha eleitoral conseguiu uma boa votação no primeiro Distrito da Capital da República, por onde ele concorreu a vaga de deputado Federal e foi o terceiro mais votado com 2.337 votos (Domingues, 2013, p.137).

Para entender o significado da vitória eleitoral de Monteiro Lopes, Domingues recorre às observações que o Jurista Victor Nunes Leal (1975), fez sobre o processo eleitoral na “Primeira República”.

[...] as elites dirigentes da Primeira República adoram métodos inescrupulosos para se manter no poder, cometendo uma série de abusos para vencer as eleições. Quando seus apaniguados elaboravam as listas de votante, era comum incluírem analfabetos (o que era proibido), menores de idade e até pessoas falecidas. No dia do pleito, a Mesa Receptora dos votos produzia toda sorte de fraude a favor dos caciques políticos. [...] (Leal, 1975, apud, Domingues, 2013, p.135)

Com a vitória consagrada nas urnas, Monteiro Lopes teria que passar por mais uma aprovação, pois a legislação eleitoral que normatizava o pleito eleitoral de 1909, determinava várias regras de procedimentos para poder validar os votos dos Candidatos às duas casa do Congresso Nacional, e, por último a “Comissão de Verificação de Poderes”, que definiria de Fato e de Direito, quem seria diplomado Deputado Federal e Senador da República Federativa do Brasil. (Domingues, 2013, p.138). No início do mês de fevereiro, começou pela imprensa uma campanha de desqualificação da vitória eleitoral de Monteiro Lopes, como por exemplo, a publicação do jornal Gazeta de Notícias no dia 6 de fevereiro de 1909, com o Título da reportagem “Coisas pretas” a matéria foi escrita em forma de diálogo entre duas pessoas. (Dantas, 2010, p.184).

Pena – Vejam só isto! Até um preto, retinto como carvão já é eleito deputado! Aí está o resultado do povo meter-se em política: qualquer borra-botas vale tanto como um título... Não admito isso! [...]

Barrão – Realmente, um pretalhão daquele eleito deputado, é uma espécie de eclipse na “República dos Conselheiros” ...é tudo quanto pode haver de mais democrático... de mais feniano... e até de mais tenente do diabo! Fica mesmo uma República Carnavalesca.

Pena – E eu dançando de velho no meio dela... Pois sim! Vou pôr o intruso no meio da rua! Leve tudo o diabo, mas não consinto preto no rebanho! Quem faz a política é o pastor. E o pastor sou eu!

(O Malho, 06/02 de 1909, apud, Dantas, 2010, pp. 184-185).

Revista Digital Simonsen

Os ataques que Monteiro Lopes vinha sofrendo pela imprensa era organizado pela Direção do “Centro Industrial, uma associação de classe composta, em sua maioria, por antigos fazendeiros ex-negociantes de escravos”, segundo matéria publicada no jornal Correio da Manhã em 16 de fevereiro de 1909” (Dantas, 2010, p.186; Domingues, 2013, p. 139).

Monteiro Lopes não ficou de braços cruzados esperando os acontecimentos e se utilizou das relações que construiu junto as associações negras, sindicatos e relações pessoais para convocar uma reunião no “Centro Internacional Operário”, que ocorreu no dia 15 de fevereiro de 1909. Esta reunião tinha como ponto central da pauta discutir a não diplomação de Monteiro Lopes à Câmara federal, e organizar um movimento que garantisse sua posse. Várias deliberações foram tiradas dessa reunião com o propósito de denunciar a manobra que estava sendo feita para impedir a diplomação do negro Monteiro Lopes à vaga de Deputado Federal por motivo da cor de sua pele. Esta mobilização se estendeu por quase todo País, fato que foi noticiado pela imprensa (Dantas, 2010, pp.185-186; Domingues, 2013, p.140).

” A mobilização racial na órbita do político afro-brasileiro cresceu em ritmo acelerado, ocorrendo manifestações de apoio a ele por parte dos “homens de cor” do Rio de Janeiro, de São Paulo, da Bahia, de Pernambuco e várias outras cidades do território nacional. Em Porto Alegre, Rio Grande, Bagé, Santa Maria e Pelotas, no Rio Grande do Sul, foram fundadas agremiações batizadas de Centro Etiópico Monteiro Lopes e/ou com o objetivo precípua de assegurar a diplomação do deputado pelo Distrito Federal.” (Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 1909, p. 2, apud, Domingues, 2010, p.142).

Como percebemos através da imprensa da época, a estratégia desenvolvida pelos vários movimentos sociais em torno da posse de Monteiro Lopes foi ganhando corpo em quase todo o Brasil.

Para os brancos que o apoiavam, a diplomação de Monteiro Lopes tinha outros significados:

Para muitas pessoas brancas, apoiar Monteiro Lopes significava defender uma República com reformas de cunho liberal, livre da corrupção dos mandos e desmandos dos “caudilhos políticos”. Já para os “homens de cor”, a mobilização em defesa de Monteiro Lopes demandava uma tarefa mais do que liberal. Tratava-se de republicanizar a República – respeitar os dispositivos legais, cumprir os preceitos constitucionais, universalizar direitos, garantir os canais de participação popular – e, principalmente, poderia criar privilégios; tinha que assegurar um tratamento democrático e igualitário para todos os seus cidadãos, sem distinção de “raças e de castas”. (Domingues, 2013, p.141)

No final do mês de abril a Comissão de Verificação de Poderes, concluiu seu parecer sobre o processo eleitoral que ocorreu no dia 30 de Janeiro de 1909 e decidiu pela diplomação de Monteiro Lopes. Em 1º de Maio daquele ano, Monteiro Lopes foi empossado Deputado Federal. A imprensa destacou o clima de euforia nas galerias e nas Tribunas da Câmara Federal pelas pessoas presentes no ato de posse. No seu primeiro discurso enquanto Deputado Federal, o parlamentar negro subiu a

Revista Digital Simonsen

tribuna da Câmara dezesseis dias depois da posse e apontou que sua atuação no Parlamento se pautaria pela defesa e ampliação dos direitos dos Trabalhadores, já pedindo urgência para a votação de dois projetos que beneficiariam a classe Operária.

[...] O primeiro é o de n.º 166, de 1906, que uniformiza as horas de trabalho e os vencimentos das diversas classes de operário [...] O segundo projeto [...] é o de nº 273, de 1908 [...]. Peço licença à Câmara para afirmar que no dia da sanção da lei uniformizando a hora de trabalho, o vencimentos do operário, regulamentando os acidentes e riscos do mesmo trabalho, será definitivamente celebrado o legítimo consórcio da República do povo. [...] (Domingues, 2013, p.148)

Após 18 meses de mandato, Lopes sofreu “complicações decorrentes do diabetes” e faleceu (Domingues, 2010, p. 206). A imprensa noticiou que o Deputado recebeu várias homenagens, tanto no dia do velório como no do sepultamento, a maioria de pessoas negras oriundas das irmandades ou ligadas ao mundo do trabalho da Capital e de outros Estados. (Dantas, 2010, p.208).

Ao analisamos a trajetória do afro-brasileiro Monteiro Lopes, o primeiro Deputado Federal negro após a abolição percebemos enormes lacunas na historiografia brasileira, pois quando aborda a temática da História social e política da Primeira República, ignora que neste período teve um Parlamentar, um Deputado Federal negro eleito que exerceu seu mandato e lutou politicamente pelos trabalhadores em geral e pelos negros em particular. Através da análise da campanha eleitoral de Monteiro Lopes, como bem abordaram Carolina Vianna Dantas e Petrônio Domingues, através das reportagens feitas pela imprensa da época, poderemos constatar que as matérias sobre a campanha eleitoral de Monteiro Lopes tinha um teor racista, procurando desqualificar o candidato negro dizendo que ele não tinha capacidade para exercer o cargo de Deputado Federal, e que aquele espaço do congresso Nacional não era lugar para negro. (Domingues, 2010, p.141).

Podemos também identificar que nossa literatura, ao propagar que não há racismo no Brasil, e sim preconceito social e econômico, segue por via improvável, pois Monteiro Lopes tinha nível superior e não era pobre, ou seja, o que estava em jogo para a elite naquele momento, era não abrir precedente para que um negro entrasse para um espaço de poder. Eles entendiam que este espaço era da elite branca.

A campanha de Monteiro Lopes teve vários fatos positivos para os negros e o fator determinante neste processo foi a ampla rede de solidariedade criada em torno de sua candidatura e que possibilitou a vitória. Este apoio caracteriza que as lideranças negras que atuavam direta ou indiretamente no associativismo negro pós-abolição compreenderam o significado Político-cultural da posse de um Parlamentar negro na Câmara Federal que estabeleceram para a elite branca que o espaço do Parlamento seria um local de disputa para ampliar os direitos da população negra.

CONCLUSÃO

Ao longo dos textos analisados sob uma perspectiva comparada foram abordados vários fatos ocorridos ao longo da Primeira República no Brasil, onde o associativismo negro esteve presente diretamente e, algumas vezes, em lados opostos, como, por exemplo, em relação ao melhor regime de governo para avançar nas conquistas emancipatórias para o negro após a abolição.

Ao analisarmos o texto de Petrônio Domingues pudemos notar a diferença política existente entre os monarquistas da *Guarda Negra* e os republicanos do *Club Republicano de homens de Cor*. Além disso, o autor demonstrou a ampla participação política do negro no pós-abolição, não só dirigindo o associativismo negro, mas também como interlocutor de ações políticas mais gerais.

Carolina Vianna Dantas demonstrou que em todo o processo de construção da carreira política de Monteiro Lopes na Capital Federal, o associativismo negro teve destacado papel, seja em sua campanha, seja em sua Diplomação e Posse para Deputado Federal no ano de 1909. Dantas, obriga-nos a fazer várias reflexões relacionadas a campanha eleitoral de Monteiro Lopes, como a existência de uma rede de relações associativas estabelecidas em quase todo o País, e que possibilitou um amplo movimento em prol da garantia da posse de Monteiro Lopes. Isso demonstra como o associativismo negro foi de fundamental importância para esta vitória, posicionando-se contra o caráter racista da sociedade fluminense.

É importante percebermos que o que estava em jogo para a elite brasileira – que procurava destinar um papel secundário ao negro na construção do Estado Nação¹⁰ – era o lugar social e político onde queriam colocar o negro. Desta forma não podemos falar da história dos últimos anos do Império Brasileiro e do Período da Primeira República, sem abordar a experiência do associativismo negro.

¹⁰ Domingues, Petrônio, “Vai ficar tudo preto”: Monteiro Lopes e a cor na política”. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2013, p. 130. Flávio, Gomes, Petrônio Domingues, “Da nitidez e invisibilidade: legados do pós-emancipação no Brasil”, (org), Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2013.

BIBLIOGRAFIA

ABERTO, Paulina L. A Mãe Preta entre o sentimento, ciência e mito: intelectuais negros e as metáforas cambiantes de inclusão racial, 1920-1980. In: Gomes, Flávio e Domingues, Petrônio (Orgs). Políticas de raça: experiência e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2014, p. 377- 401.

_____. Quando o Rio era Black: soul music no Brasil dos anos 70. História: questões e debates, Curitiba, v. 63, n. 2, 2015, p. 41- 89.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho. “13 de Maio e anti-racismo”. Anti-racismo e seus paradoxos: reflexões sobre cota racial, raça e racismo. São Paulo: Annablume, 2004, pp. 87- 93.

BASTIDE, Roger. “A imprensa negra do Estado de São Paulo”. Boletim da faculdade de Filosofia. Ciência e Letras da Universidade de São Paulo. Sociologia, São Paulo, v. CXXI, N. 2, 1951, P. 50-78. Este artigo foi republicado em BASTIDE, Roger. “A imprensa negra do Estado de São Paulo”. Estudos afro-brasileiros. 2ª. Ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1983, p. 129-156.

DANTAS, Carolina Vianna, “Monteiro Lopes (1967-1910): um líder da raça negra na capital da República”. Afro-Ásia. N. 41, 2010. P. 168-209.

FRANCISCO, Flávio Thales Ribeiro. “Por uma solidariedade entre os negros nas Américas: imagens dos Estados Unidos em O clarim do Alvorada” Fronteiras em definição: identidades negras e imagens dos Estados Unidos e a África no jornal O Clarim da Alvorada (1924-1932), São Paulo: Alameda, 2013, p. 101-177.

DOMINGUES, Petrônio. A “aurora de um grande feito”: a herma a Luiz Gama. Anos 90, Porto Alegre, v. 23; 2016, p. 389-416.

_____. “pérolas negras”: a participação do negro na Revolução Constitucionalista de 1932. A nova abolição. São Paulo: Selo Negro, p. 96-146.

_____. “Cidadania por um fio: o associativismo negro no Rio de Janeiro (1888-1930)”. Revista Brasileira de História, v. 34, n. 67, 2014, p. 251-281.

_____. “Como se fosse bumerangue: Frente Negra Brasileira no circuito transatlântico”. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 28, 81, 2013, p. 155-170.

_____. “A redenção de nossa raça: as comemorações da abolição da escravidão no Brasil”. Revista Brasil de História, v. n. 62, 2011, p. 19-48.

_____. “Cidadania levada a sério: os republicanos de cor no Brasil”, In: GOMES, Flávio e DOMINGUES, Petrônio (orgs.). Políticas da raça: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2014, p. 121-154.

_____. “O caminho da verdade emancipação: a federação dos negros do Brasil”. In: GOMES, Flávio e DOMINGUES, Petrônio, (orgs.). Experiência da emancipação: biografias, Instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980). São Paulo: Selo Negro, 2011, p. 157-184.

Revista Digital Simonsen

GIACOMINI, Sonia Maria. “A Fundação e o projeto Flor-de-lis” e “O clube das mulatas e do samba”, A- alma da festa: família, etnicidade e projetos num clube social da Zona Norte do Rio de Janeiro – O Renascença Clube. Belo Horizonte: Ed. UFMB; Rio de Janeiro, IUPERJ, 2006,p. 27-188.

Gomes, Flávio. “No meio das águas turvas – racismo e cidadania no alvorecer da República: a Guarda Negra na Corte (1888-1889)” Estudos Afro-Asiáticos, n. 21, 1991, p.75-96. Este artigo foi republicado em GOMES, Flávio e DOMINGUES, Petrônio (orgs.). Experiência da emancipação: biografias, instituições e movimento sociais no pós-abolição (1890-1980): São Paulo: Selo Negro, 2011, p.15-43.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo e MARCELO, Márcio. “Diário trabalhista e democracia racial negra dos anos 1940” DADOS – Revista de Ciência Sociais, Rio de Janeiro, v. 51, n. 1, 2008, p. 143-182.

HANCHARD, Michael George, “Movimento e momentos. Orfeu e o poder: movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988). Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001, p. 121-165.

MALATIAN, Teresa Arlindo Veiga dos Santos e a inserção do negro num projeto de nação. In: COSTA, Hilton; ROIZ, Diogo da Silva e TRIDADE, Alexandre Dantas (orgs.). À margem do(S) cânone(s): pensamento social e interpretações do Brasil. Curitiba: Ed. UFPR, 2013, p. 97-118

PINTO, Regina Pahim, “O movimento negro: 1900-1937”. O MOVIMENTO NEGRO EM São Paulo: luta e identidade Ponta Grossa: Editora UEPG; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2013, p. 63-66; 77-121.

SILVA, Joselina da. “Debates reflexões de uma rede: a construção da União dos Homens de Cor”. In: GOMES, Flávio e DOMINGUES, Petrônio (orgs.). Experiência da emancipação: biografia, instituições e movimento sociais no pós-abolição (1890-1980). São Paulo: Selo Negro, 2011, p. 225-248.

Revista Digital Simonsen

Como citar: SILVA, Leonardo Mello. *O Papel da Educação Superior nos Governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva*. In: Revista Digital Simonsen, Nº 6, Maio. 2017. Disponível em: www.simonsen.br/revistasimonsen ISSN:2446-5941

HISTÓRIA

O PAPEL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NOS GOVERNOS DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO E LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Por: Leonardo Mello Silva¹

¹ Especialista em Docência no Ensino Superior (pela universidade Estácio de Sá – 2016); possui graduação em Licenciatura Plena em História (pela UCAM – 2014); e Licenciatura em Pedagogia (pela UNINTER 2017).

RESUMO

O presente trabalho examina a abrangência do papel que a Educação Superior assumira na social-democracia brasileira, objetivando, por conseguinte, o estudo da reestruturação desse setor da Educação (e da economia) por intermédio da análise das propostas de governo e das políticas públicas ocorridas durante o período caracterizado como a consolidação da social-democracia no Brasil. É avaliado o contexto histórico precedente durante os anos dos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva; presidentes que conduziram a Educação Superior à lógica de mercado e, seguindo os ordenamentos dispostos pelas agências internacionais capitalistas, fizeram uso de recursos neoliberais obedecendo às diretrizes de instituições multilaterais, tal como Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial. Desse modo, a Educação Superior despontou como um promissor campo de exploração capitalista além de confirmar as relações de dependência típicas de países periféricos; e, também, corroborou para um novo projeto burguês de sociabilidade na subordinação ideológica ao sistema capitalista global. Logo, é considerado, conclusivamente, que na social-democracia brasileira a Educação Superior engendra um projeto político-programático onde educação e mercado são indissociáveis edificando Instituições de Educação Superior reificadas que estariam focadas na reprodução da força de trabalho.

PALAVRAS - CHAVES: Social Democracia - Educação Superior – Mercado - Ideologia.

INRODUÇÃO

Em meados da década de setenta do século passado, a crise do *welfare state*², nos países centrais do capitalismo, demandou a reestruturação do processo de acumulação capitalista. Destarte, foi delegado a países periféricos, como o Brasil, abrir caminho para as expectativas de um desenvolvimento ajustado com as diretrizes institucionais do capital e se modernizar sem romper com o projeto burguês de dominação inserindo, de tal modo, suas instituições ao modelo de sociabilidade burguesa. A proposta desse artigo reflete à emergência de uma criteriosa investigação sobre a Educação Superior no marco da concretização da social-democracia brasileira.

Os anos que seguem posteriores à redemocratização abriram caminho para uma nova forma de construção do capitalismo brasileiro sem romper com a histórica situação de dependência conjugando modernização e conservação. É nesse contexto que a social-democracia se consolida politicamente mantendo-se estável e encaminhando as relações institucionais para a lógica de

² Estado de bem-estar-social: Modelo de governo onde cabe ao Estado gerir a garantia de padrões mínimos de emprego, educação, saúde, renda e seguridade social a todos os cidadãos.

Revista Digital Simonsen

mercado. Esse contexto servirá de base para o constructo histórico de prerrogativas e possíveis conclusões sobre a atual cultura mercantil da Educação Superior.

Apresentaremos o momento da concretização da social-democracia brasileira personificada nas figuras de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. Posteriormente, é analisada a reforma da Educação Superior observando o despertar de suas instituições como mais uma área de investimento para o capital privado.

O presente artigo apresenta uma pesquisa que tem a pretensão de entender os papéis da Educação Superior diante de sua funcionalidade econômica quando enquadrada no setor terciário da economia, sua relevância nas engrenagens do mercado mundial como consumidora de tecnologias de informação e conhecimento (TICs); e também, seu papel como propulsora de disseminação ideológica.

A SOCIAL-DEMOCRACIA BRASILEIRA

Após o fim da ditadura civil-militar; do turbulento governo, processo de impeachment e renúncia de Fernando Collor de Mello à presidência da república, a democracia brasileira passou por processos de valoração. É inequívoco atestar que a relativa estabilidade política durante os mandatos de Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva demonstrou a confiança popular no processo democrático.

Dos “caras pintadas” à estabilidade política, passando pela democratização dos meios de comunicação de massa, formou-se um cenário favorável aos câmbios eleitorais. No Brasil redemocratizado foi preciso conquistar votos e ganhar a confiança do eleitorado. Os dois partidos políticos que dominaram a cena da disputa eleitoral presidencial de 1994 até 2014, tiveram – além de buscar a governabilidade parlamentar para um efetivo mandato no poder executivo – que conquistar a maioria dos votos nas urnas.

Antes mesmo das primeiras eleições presidenciais diretas se efetivarem, forças políticas e intelectuais já se aglutinavam propondo alternativas que colocariam o país nos rumos da democracia. Não obstante, estes debates sobre o caminho social-democrata que o país deveria percorrer não se restringiam a um monopólio político-partidário dirigido por partidos políticos, eram também engendradas discussões no campo intelectual e acadêmico. O Partido da Social Democracia Brasileira nasce nesse contexto, síncrono à redemocratização e à elaboração da Constituição de 1988.

Para Hélio Jaguaribe, debater propostas e consolidar um projeto de Brasil de corte social-democrata se fazia emergente já em fins da década de 1980:

No caso do Brasil, pode-se observar, por um lado que só recentemente se configuraram, no nível da sociedade, condições objetivas sucessíveis de conduzir à emergência de um movimento social-democrata. Por outro lado, pode-se observar, igualmente, que, à medida

que se consolidam essas condições, torna-se cada vez mais nítida a demanda de um grande projeto social-democrata³.

Jaguaribe complementa, assinalando a relevância de proporcionar uma política que atendesse as demandas de uma sociedade que se industrializava, urbanizava e desenvolvendo acesso à comunicação de massa tinha ainda que se desvincular da política de seu recente passado autoritário, clamando por avanços democráticos: “o país exigia uma democracia, e está só podia ser uma democracia social de massas”⁴.

Desse modo, quando a dinâmica social urbana se desenvolveu em consonância com as liberdades que uma comunicação pautada na imprensa livre carece para se estabelecer e prosperar, tivemos um terreno fértil para o florescimento da democracia. E, parafraseando a citação de Hélio Jaguaribe, não era qualquer forma de democracia, mas uma democracia social.

Na Europa, a social-democracia* estabeleceu uma alternativa parlamentar ao socialismo, uma construção teórica, imanente ao modo de produção capitalista, que se tornara expressão da classe trabalhadora assumindo grande relevância no cenário político-partidário europeu, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, onde obteve sucesso em sua política econômica keynesiana⁵. O desgaste do modelo, nos últimos trinta anos do século XX, levou o pensamento social-democrata passar por várias transformações chegando ao que hoje se convencionou chamar de *social-democracia renovadora*⁶, *social-democracia modernizadora* ou *terceira via*⁷. Por motivações que não nos cabe aqui aprofundar, a nova cultura política da social-democracia perdeu seu caráter de classe em nome da manutenção da maioria eleitoral sustentando sua base reformista.

No Brasil, os princípios social-democratas se objetivaram politicamente no pacto social em partidos de massas e não de classes. Na economia, como pontuou o economista Cláudio Roberto Frischtak, temos duas características principais: o crescimento econômico associado à queda dos índices de pobreza e de desigualdade de renda; e, o avanço do consumo impulsionado por transferências de renda e aumento real do salário, atingindo, assim, as classes médias e as classes mais vulneráveis da sociedade⁸.

³ JAGUARIBE, Hélio; et al. A proposta Social-Democrata. Rio de Janeiro: José Olimpio, 1987, p. 14.

⁴ Ibidem, p. 15.

* A social-democracia surgiu na forma de partido político (o atual Partido Social-Democrata da Alemanha – SPD) no último quarto do século XIX na união da Associação Geral dos trabalhadores Alemães (partido político trabalhista ligado a Ferdinand Lassalle) com o Partido Social-Democrata dos Trabalhadores (de forte influência marxista).

⁵ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. Brasília: UNB, 1998, p. 1118-1196. Disponível em: https://mpassosbr.files.wordpress.com/2013/03/dicionario_de_politica.pdf. Acesso em: 03/07/2017.

⁶ Cf. POWER, Timothy J. A social democracia no Brasil e no mundo. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997, p.39.

⁷ Cf. GIDDENS, Antony. A terceira via e seus críticos. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 35.

⁸ FRISCHTAK, Cláudio R. A social-democracia brasileira: seu momento de definição. XXIV Fórum Nacional. 14 de maio de 2012, p. 2. Disponível em <http://www.inae.org.br/estudo/a-social-democracia-brasileira-seu-momento-de-definicao/>. Acesso em: 03/07/2017.

Revista Digital Simonsen

Na tese de doutoramento do cientista social Anderson Deo, a social-democracia aparece como uma forma de sociabilidade que tem caráter burguês e se insere no Brasil de forma anômala à social-democracia clássica. As massas passam a ser responsáveis pela legitimação da ordem dominante sendo influenciadas pelo *marketing* político. Nas palavras de Deo:

No Brasil, PT e PSDB monopolizam as maiores cifras destinadas pela atividade lobbyista aos processos eleitorais. Ambos os partidos se constituíram como paladinos do capital financeiro, o que explica as generosas doações – não só – dessas frações da burguesia para suas campanhas⁹.

Apresentamos assim, em conformidade com a tese Anderson Deo, os governos que foram representantes de uma mesma forma de domínio político-econômico da burguesia:

O lapso temporal que marca os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e o primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006) corresponde ao período de *Consolidação da Social Democracia no Brasil*¹⁰.

Os anos dessa consolidação, que se passaram durante governos do PSDB e do PT, representam um momento histórico de modernização da economia, desenvolvimento e diminuição das mazelas sociais; sem romper com os fundamentos do liberalismo econômico e com a histórica dependência do Brasil em relação aos países centrais do capitalismo e às instituições do capital*.

Em 1994, Fernando Henrique Cardoso apresentara o seu programa de governo: *Mãos à Obra Brasil*. Coerente com as futuras posturas adotadas em seus dois mandatos, o programa é uma avaliação da objetividade histórica e da totalidade político-econômica fundada na globalização. O Brasil, para o futuro presidente, deveria se desenvolver consonante aos países desenvolvidos para, assim, poder amenizar seus problemas sociais. A frase que abre o primeiro capítulo desse programa (*Um Novo projeto de desenvolvimento*) é emblemática: “O Brasil não é um país subdesenvolvido. É um país injusto”¹¹. Despreza o conceito de subdesenvolvimento e o nexos da, já mencionada, histórica dependência brasileira.

O programa segue insistindo que o país demanda um novo modelo de desenvolvimento baseado na inserção do Brasil na economia mundial. Com características pautadas na economia mista, propõe a redefinição do papel do Estado que aparece, com Fernando Henrique Cardoso, como uma agência reguladora dos mercados e da prestação de serviços públicos (pretensamente) defendendo os interesses do cidadão. Nesse contexto, apresenta a privatização como solução.

⁹ DEO, Anderson. *A consolidação da social democracia no Brasil: Forma tardia de dominação burguesa nos marcos do capitalismo de extração prussiano-colonial*. 2011. 303f. Tese (Doutorado – Ciências Sociais). Universidade Estadual Paulista – UNESP/Marília. São Paulo/Marília, p. 288. Disponível em: http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciasSociais/Dissertacoes/deo_a_do_mar.pdf. Acesso em: 15/04/2017.

¹⁰ Ibidem, p. 22.

* Neste artigo (consoante às fontes) é considerado que os governos de Fernando Henrique Cardoso e de Luiz Inácio Lula da Silva, independente de suas bases, podem ser enquadrados nos mesmos princípios político-programáticos identificados como social-democratas.

¹¹ CARDOSO, Fernando Henrique. *Mãos à obra Brasil: proposta de governo/Fernando Henrique Cardoso*. Brasília: s. Ed, 1994. Brasília, p.2.

Revista Digital Simonsen

Aparentemente, um milagroso mecanismo de arrecadação de verba, uma verdadeira fonte divinal que jorrava possibilitando financiar o desenvolvimento investindo em infraestrutura e nos setores produtivos. A educação também recebeu a benção do milagre. Já era prevista a parceria entre o setor privado e o governo com prestações de serviços de educação, pelo setor empresarial, financiadas pelo Estado¹².

Assim Fernando Henrique Cardoso, do Partido da Social Democracia Brasileira, apresenta ao Brasil um programa de corte social-democrata que tinha pretensões de inserir o país em um modelo assimétrico e hegemônico de desenvolvimento, estimulando a amenização da pobreza, baseado na economia de mercado. Nega em seu programa o fundamentalismo neoliberal, fazendo suas propostas serem viáveis eleitoralmente sem romper com a dominação burguesa. E, de certa forma, cumpre.

Em 1998 é apresentado o programa: *Avança Brasil*, proposta de governo da reeleição. Neste, é perceptível a ênfase nos desafios no campo social: “Eliminar a fome, combater a pobreza e a exclusão social, melhorar a distribuição de renda” passa a ser objetivo elementar. No discurso que perdura, inclusive, os caminhos traçados por seu sucessor, o crescimento econômico carece de sentido se não for acompanhado de uma sistemática distribuição de renda e valorização do trabalho¹³.

Fica claro que a teoria político-programática do peessedebista não propõe nenhum tipo de ruptura com a ordem burguesa. Deo, que fez uma criteriosa investigação sobre obras de Cardoso, afirma que para o sociólogo:

Qualquer processo de desenvolvimento no Brasil só é possível – devido aos fatores de sua estrutura socioeconômica, historicamente constituída – se pensado dentro dos quadros de dependência, ou seja, todo e qualquer processo de expansão econômica que possa ocorrer no Brasil está sujeito à forma como o país aproveita para se inserir nos ciclos de internacionalização do capital¹⁴.

Luiz Inácio Lula da Silva é eleito presidente em 2002 depois de ser derrotado por Fernando Collor de Mello em 1989 e Fernando Henrique Cardoso em 1994 e 1998. Veremos que a expressiva vitória do candidato do Partido dos Trabalhadores (52,8 milhões de votos) é menos uma vitória de classe que a expressão do remodelamento marqueteiro de um partido que surgira com bases sindicais.

O Partido dos Trabalhadores surgiu com a reorganização partidária do início da década de 1980, em São Paulo. Oficializado, foi reconhecido, efetivamente, como partido político em

¹² Ibidem, p. 4-7.

¹³ CF. Idem. *Avança Brasil* – mais 4 anos de desenvolvimento para todos. Brasília: s. Ed, 1998.

¹⁴ DEO, Anderson. op. cit., p.137.

Revista Digital Simonsen

fevereiro de 1982 pelo Tribunal Superior de Justiça Eleitoral¹⁵. Antes, em 1981, recebera a devidas críticas do líder comunista João Amazonas, que alertava para o caráter “falsamente proletário” do partido que surgia. O PT conseguiu se estabelecer como partido político legal, enquanto outras frações da esquerda continuavam na ilegalidade. A crítica do comunista ao partido e ao seu líder (Lula) referia-se, exatamente, à concordância com o caráter liberal da livre iniciativa do mercado no campo econômico e à indefinição ideológica do PT; para Amazonas, o partido era reformista e acreditava na paz social da conciliação de classes: “Seu objetivo principal, como o da social-democracia em toda parte, é desviar o proletariado da luta revolucionária, da luta pelo socialismo científico, impedir sua unidade e dificultar o avanço na formação de sua consciência de classe”¹⁶.

Contudo, o PT foi formado de “baixo para cima”, tinha como líder um ex-metalúrgico; e, era ele, acima de tudo, a própria raiz operária e popular do partido.

A candidatura vitoriosa de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002 teve uma postura diferenciada em relação às anteriores. O “Lulinha paz e amor”, de postura menos combativa e ríspida, lançara, não só um programa de governo, mas também, a “Carta ao Povo Brasileiro”. A carta afirma que o modelo econômico adotado pelo seu antecessor se esgotou e propõe medidas para a volta do crescimento¹⁷. Como assevera Deo, sua publicação tinha o “claro intuito de acalmar os mercados”. Deo ainda chama a atenção para a palavra “povo”, abordada no texto. Para o cientista social, esta é uma categoria sociológica genericoabstrata que nega a representação direta de uma classe, logo, é a negação da luta de classes¹⁸.

De fato, o genérico programa de governo do PT, não rompe com o processo de modernização conservadora mesmo considerando como indispensável um “gigantesco esforço de desprivatização do Estado”¹⁹. Durante os anos de sua gestão, não houve explícitas manobras políticas, do governo federal, que rompessem com a transferência de ativos do Estado para o mercado. A Educação Superior é um grande exemplo; e, por mais que tenha se expandido o número de estudantes e se tenha feito Universidades Federais públicas durante os mandatos do PT, foi durante a gestão deste partido que verbas públicas foram investidas de forma exponencial em Instituições de Ensino Superior (IES) privadas.

¹⁵ Disponível em: http://www.senado.gov.br/relatorios_sgm/RelPresi/2014/006-Parte_I-C_Situacao_Juridica_Partidos.pdf. Acesso em: 15/04/2017.

¹⁶ AMAZONAS, João. *A Social-Democracia, instrumento do Capitalismo*. Princípios, Revista Teórica, política e de informação. São Paulo: Anita Garibaldi, v.2, p.4-10, junho/1981, p.10.

¹⁷ CF. SILVA, Luiz Inácio Lula da. *Carta ao povo brasileiro*, por Luiz Inácio Lula da Silva. São Paulo: s. Ed, 2002. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br/uploads/cartaopovobrasileiro.pdf>. Acesso em: 15/04/2017.

¹⁸ DEO, Anderson. op. cit., p.219.

¹⁹ SILVA, Luiz Inácio Lula da. *Programa de Governo 2002. Coligação Lula Presidente – Um Brasil para todos*. São Paulo: s. Ed, 2002, p.2 Disponível em: <http://www2.fpa.org.br/uploads/programagoverno.pdf>. Acesso em: 15/04/2017.

Revista Digital Simonsen

A social-democracia à brasileira alavancou a inserção do país na dinâmica do mercado global, seguindo as diretrizes das instituições do capital, ressignificando o papel do Estado na parceria público-privada, regulando a relação capital-trabalho sem romper com a dominação burguesa, cada vez mais dependente de sua fração financeira:

Observa-se, dessa forma, um claro *continuum* no projeto político econômico entre os governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. Os grandes “beneficiados” foram os investidores e especuladores nacionais e internacionais, transvestidos na forma de bancos e fundos de investimento, que arrecadam “mais de R\$ 1 trilhão em juros da dívida pública”, ou o equivalente a 8% do PIB no segundo mandato de Fernando Henrique, e 8,2% no governo Lula²⁰.

A sociedade também mudou com o avanço da democracia. O sufrágio universal e a necessidade capitalista de reprodução da força de trabalho deram voz a segmentos da população excluídos do mundo do consumo.

A Educação, direito de todos e dever do Estado, aparece na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em 1996. A lei nasce e estabelece diligências democráticas, como por exemplo, o princípio básico de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; e a obrigatoriedade do Estado de oferecer a todos o ensino fundamental já com pretensões da extensão ao ensino médio²¹. A universalização da Educação Básica tornou-se a meta a ser alcançada.

No bojo do estabelecimento político-econômico dos paradigmas social-democratas, a necessidade de qualificação e ampliação da Educação Superior se fez com bases em marketing, desenvolvimento e ideologia.

CRISE ESTRUTURAL DO CAPITALISMO

Vimos que o momento da consolidação da social-democracia brasileira, como pressuposto de governo político-partidário (que fala em nome do “povo” e não de uma “classe”) está diretamente ligado ao movimento histórico da acumulação do capital que combina liberalismo econômico e democracia burguesa. Agora, estaremos percorrendo os caminhos pelos quais foram conduzidas as mudanças na Educação Superior brasileira. Mudanças a serviço de permanências: “para que tudo permaneça como está é preciso que tudo mude”^{*}.

Após a crise do *welfare state* nos países centrais do capitalismo, uma nova estratégia de desenvolvimento se configurou tendo como protagonistas as teorias burguesas e as agências

²⁰ Anderson Deo refere-se ao primeiro mandato de Lula. DEO. op. cit., p. 246.

²¹ BRASIL. Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 15/04/2017.

* A ideia de que “para que tudo permaneça como está é preciso que tudo mude”, — encontrada tanto na tese de Anderson Deo (epígrafe) quanto no livro de Kátia Lima (2007, p.82) — é ancorada na manutenção do *status quo* das classes burguesas dominantes.

Revista Digital Simonsen

multilaterais (de institucionalização do capital) em escala global como Banco Mundial (BM), e em escala local como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Para analisar o papel da Educação Superior brasileira no período proposto, foi necessário retomar o respeitável estudo da pesquisadora Kátia Lima, Doutora em Educação e professora da Universidade Federal Fluminense (UFF). Lima, que avalia a reformulação das políticas para a Educação Superior, atenta para as dimensões estratégicas elaboradas nos contornos da crise estrutural do capitalismo, cujo enfrentamento nos anos 1980, demandou uma “reestruturação na esfera produtiva, o reordenamento do papel dos estados nacionais e a difusão de um novo projeto de sociabilidade”. Tais estratégias estariam caracterizadas pela ressignificação de espaço (globalização), a inexorabilidade do uso das TICs, e o acesso às mercadorias e informação²². Kátia Lima, ao estudar a construção de conceitos como, *Humanização do capitalismo, globalização econômica e sociedade da informação*; assevera que são partes da ideologia burguesa alicerçada nos planos econômicos difundidos pelos organismos internacionais:

Para garantir a difusão destas importantes noções da ideologia burguesa e o movimento do capital em busca de novos mercados e novos campos de exploração lucrativa, o papel dos organismos internacionais é central. Eles direcionam os países periféricos para o enquadramento de cada economia nacional nas exigências econômicas e políticas do imperialismo. No exercício deste poder global, imperialismo e capitalismo dependente são duas faces de um mesmo projeto burguês^{23*}.

No contexto da internacionalização do capital e na sua busca por novos mercados a Educação Escolar, e em específico a Educação Superior, é protagonista. Serve de campo para investimentos e massificação ideológica.

Para desenvolver sua análise sobre a reestruturação dos processos de acumulação e reprodução capitalista, Kátia Lima, analisa o que chama de “A contrarrevolução neoliberal no Brasil”, o conceito é desenvolvido em três fases. Primeiro, a pesquisadora seleciona o período que o país teria se adaptado ao “Consenso de Washington”, durante os governos Collor e Itamar Franco.

O primeiro governo, marcado por adaptar o Brasil às políticas internacionais de hegemonia neoliberal, caracterizou-se pelas medidas privatistas e as tentativas de conter a inflação reduzindo a circulação de moedas confiscando cadernetas de poupança; Na gestão Itamar Franco, a estabilidade econômica, por meio do Plano Real, era a estratégia para conter a inflação. A segunda fase foi durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, que, como já vimos, representou, na teoria e na prática, um projeto de desenvolvimento dependente que resinifica o papel do Estado e estabelece

²² LIMA, Kátia. *Contra reforma na educação superior: de FHC A Lula*. São Paulo: Xamã, 2007, p.21.

²³ Ibidem, p.49.

* A situação de dependência e subordinação da economia brasileira é histórica em relação ao conjunto internacional e tem suas raízes na formação do país. Já a penetração do capital financeiro tem origem nos empréstimos concedidos pela Inglaterra logo após a independência. CF. JUNIOR, Caio Prado. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1976, p. 270.

Revista Digital Simonsen

relações de parceria com os setores privados para prestação de serviços públicos. Por fim, a terceira fase inicia-se com o primeiro governo Luiz Inácio Lula da Silva que mantém e aprofunda o processo de modernização conservadora:

O que está em curso no Brasil nos anos de contra-revolução neoliberal é a disputa entre PT e seus aliados e o PSDB e seus aliados, portanto, uma disputa entre frações da burguesia e da burocracia sindical e partidária dos trabalhadores pela condução do projeto burguês de sociabilidade²⁴.

Conquistada a estabilidade política por meio da democracia burguesa e a econômica por intermédio do desenvolvimento capitalista subordinado, podemos dizer, então, que a concretização da social-democracia brasileira ocorre no contexto de contrarrevolução neoliberal:

O eixo articulador da contra-revolução neoliberal em curso é portanto, a reconfiguração da luta de classes no Brasil, isto é, a reconfiguração das relações entre capital e trabalho, com o fim único de tornar possíveis novas e permanentes condições de acumulação capitalista²⁵.

Em um padrão de desenvolvimento dependente, onde, capitalismo, mercado mundial e subdesenvolvimento estão atrelados; a Educação Superior passa a ser um mecanismo ideológico de conformação aos valores burgueses e uma ferramenta econômica de simples reprodução da força de trabalho a serviço do capital.

FINANCIAMENTOS E O MERCADO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Os contornos da crise estrutural do capitalismo que entra os anos oitenta do século passado instituindo novas estratégias para garantir o movimento de reprodução da acumulação capitalista, também, estabelecem as diretrizes para a conformação da Educação Superior nos países periféricos à nova fase pós-crise do *welfare state*.

Por intermédio dos organismos internacionais: Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização Mundial do Comércio (OMC), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), os interesses financeiros passam a gerir a Educação Superior dos países periféricos preconizando a lógica produtivista e economicista como diretrizes nos conteúdos das reformas a serem implantadas. Nelsom Cardoso Amaral, ao pesquisar o financiamento da Educação Superior, asevera que:

Os organismos multilaterais, entre eles o Banco Mundial, desempenha papel importante em momentos especiais para os países em desenvolvimento. Nas negociações e renegociações de empréstimos e das dívidas externas, quando os rumos da macroeconomia são diluídos, as orientações desses organismos para as mais variadas políticas são colocadas na mesa²⁶.

²⁴ LIMA, Kátia. op. cit., p.124.

²⁵ Ibidem, p. 95.

²⁶ AMARAL, Cardoso Nelson. Financiamento da Educação Superior: Estado x Mercado. São Paulo: Cortez, 2003, p.90 – 92.

Revista Digital Simonsen

Desse modo, os países dependentes dos investimentos destes órgãos são obrigados a adequar a educação a uma realidade de restrição orçamentária, eficiência produtiva ligada à indústria, ou seja, útil aos mercados.

As orientações de cunho econômico, dos organismos internacionais do capital, passam a reger a economia dos países subdesenvolvidos a partir da década de 80. Reduzir gastos públicos, privatizar e diminuir a intervenção do Estado na economia, são exemplos das diretrizes do capital institucionalizado para os países periféricos. Ainda, as determinações privatizantes do BM estabelecem que os países em desenvolvimento não devam aumentar os gastos públicos com o aumento das matrículas no Ensino Superior. A saída óbvia seria, então, expandir o setor privado para garantir as vagas com o menor gasto público possível. Amaral cita, como característica marcante nesse momento de reformulação das políticas de financiamento da Educação Superior, o aparecimento do mercado como protagonista nas definições das ações institucionais²⁷.

Em seu *Mãos à Obra Brasil*, Fernando Henrique Cardoso, propôs, no seu programa para a Educação Superior, de seu primeiro mandato como presidente, a racionalização dos gastos, aumento de vagas e de produtividade. Cardoso pretendia condicionar as verbas recebidas pelas instituições públicas à avaliação de desempenho, serviços prestados e à quantidade de alunos formados; em fim, deixa claro o papel produtivista que as universidades públicas iriam cumprir na sua gestão²⁸. Em 1998, em seu *Avança Brasil*, chamou a atenção para a necessidade de aumentar o número de vagas, estimular cursos à distância e ampliar os programas de créditos educativos, entre outros²⁹. No programa de Luiz Inácio Lula da Silva, de 2002, os programas de crédito educativo aparecem, novamente, como solução alternativa para o projeto de ampliação de vagas³⁰.

Os programas de governo da social-democracia brasileira, para a Educação Superior, independente de partido político, expressaram modelos de garantia do domínio burgês na forma de desenvolvimento, ajustando setores públicos e privados ancorados em um discurso de democratização do Ensino Superior, mas, que seguem reproduzindo antigas relações sociais.

Segundo Amaral, – analisando os números de graduandos durante o governo Cardoso – a diversificação das IES e a ampliação dos estabelecimentos privados que prestam esse serviço aparecem como solução para os problemas desse setor da educação, no entanto, o número de estudantes matriculados em instituições privadas (69% em 2001) cresce desproporcionalmente ao de estudantes em universidades públicas; e atenta, com preocupação, para o fato que instituições

²⁷ Ibidem, p. 87 – 94.

²⁸ CARDOSO, Fernando Henrique. *Mãos à obra Brasil: proposta de governo*/Fernando Henrique Cardoso. Brasília: s. Ed, 1994. Brasília, p.50.

²⁹ Idem. *Avança Brasil – mais 4 anos de desenvolvimento para todos*. Brasília: s. Ed, 1998, p. 64.

³⁰ SILVA, Luiz Inácio Lula da. *Programa de Governo 2002. Coligação Lula Presidente – Um Brasil para todos*. São Paulo: s. Ed, 2002. Disponível em: <http://www2.fpa.org.br/uploads/programagoverno.pdf>. Acesso em: 15/04/2017.

Revista Digital Simonsen

utilitaristas não estariam desenvolvendo as funções culturais pertinentes ao Ensino Superior. O crescimento, na rede privada de 1995 a 2001 foi de 97,5%, enquanto no setor público federal 36,8% e no setor público estadual 49,2%³¹.

Ainda assim, existiam limitações para o crescimento do número de matrículas no setor privado. Em 1999 havia 3,7% de vagas ociosas no setor público e 21,1% no privado; em 2001 subiu para 4,3% no setor público e 30,1% no privado; isso, possivelmente, poderia dizer que estaria faltando dinheiro à sociedade para pagar mensalidades. A intervenção estatal ocorreu por meio de programas de financiamento estudantil, injetando indiretamente dinheiro nas instituições particulares por intermédio de créditos educativos concedidos a estudantes (que em grande parte não tiveram acesso às universidades públicas). Em 1999 criou-se o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), (hipoteticamente) uma forma de aumentar o número de matrículas com um custo reduzido para o governo se comparado a investimentos de ampliação destinados às instituições públicas. Conforme Amaral, esse modelo segue as orientações dos organismos multilaterais, como BM e FMI³²; logo, a subserviência do governo Cardoso às instituições do capital, representa a capacidade de adequação do país gerido por um partido, de corte social-democrata, às novas demandas do desenvolvimento capitalista sem romper com o discurso de democratização da Educação Superior.

Na hipótese levantada por Kátia Lima a reformulação da Educação Superior no Brasil, dos anos noventa do século passado até 2004, estaria caracterizada por medidas de alívio da pobreza, projeto de sociabilidade burguesa e construção de uma área de investimento para o capital internacional. Identifica, durante o governo Cardoso, a educação como um “serviço público não estatal”, onde o Estado se despe das responsabilidades com a Educação Superior estimulando setores privados, aumentando assim o número de matrículas e tomando aparência de democratização do ensino. Lima retoma o pensamento de Florestan Fernandes onde as categorias *padrão dependente de Educação Superior*, *colonialismo educacional* e *reforma universitária consentida*, tomam forma mais definida nos anos de *contrarrevolução neoliberal*. Para a pesquisadora, a apresentação da democratização do Ensino Superior para as classes mais pobres, por sistemas de financiamentos como FIES, PROUNE, políticas de cotas e cursos de ensino superior a distância, são formas de permanência de um padrão dependente de Educação Superior que se construiu “sob a aparência de modernização e adequação da educação à globalização econômica e à sociedade de informação”. Seu livro, baseado em sua tese de doutorado, finda explicitando a defesa:

³¹ AMARAL, Cardoso Nelson. op. cit., p. 95 -97.

³² Ibidem, p.99 – 105.

Revista Digital Simonsen

[...] de um sistema nacional de educação laica, financiado, implementado e coordenado pelo Estado; da locação de verbas públicas *exclusivamente* para a educação pública; da democratização do acesso à educação pública e gratuita em todos os níveis; e do papel fundamental da educação na ruptura com o capitalismo dependente³³.

Desse modo, a Educação Escolar teria papel fundamental no processo “descolonização” do país, já que:

A privatização da educação brasileira não é um elemento político exclusivo do projeto neoliberal de sociabilidade: constitui-se em uma marca histórica da inserção capitalista dependente do Brasil na economia-mundo, seja por intermédio da privatização interna das universidades públicas ou do estímulo à abertura de cursos privados³⁴.

Durante o processo de reformulação da Educação Superior, na social-democracia brasileira, as diversificações das instituições, dos cursos e das formas de financiamento representaram um marco político-pedagógico e tiveram as TICs – principalmente no uso da educação a distância (EAD) – como aparato discursivo de modernização.

Kátia Lima, em estudos mais recentes (2011), asseverou que o “ensino superior a distância no Brasil, viabiliza a massificação da formação e aprofunda a mercantilização da educação por meio da ampliação do número de instituições e cursos privados a distância”³⁵. Sua pesquisa demonstrara que, durante o governo Cardoso, foram estruturadas as bases jurídicas e políticas para a EAD nas Instituições de Ensino Superior. Medidas como a portaria nº2.253/01 do MEC, que regularizou a utilização de 20% da carga horária dos cursos na Educação Superior na modalidade EAD; a resolução da CES/CNE nº 1/2001 que regularizou a pós-graduação *stricto sensu* a distância; o Programa de Apoio à Pesquisa em Educação a distância (PAPED); Sistema de Financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento do Ensino Superior (CAPES) à teses ou dissertações sobre aplicações tecnológicas à Educação; entre outras (que abrangem, inclusive, a Educação Básica). Políticas como estas ampliaram o campo de atuação da EAD e, também foram estratégicas no governo Lula, que as aperfeiçoou³⁶.

No projeto político-pedagógico da social-democracia brasileira o determinismo tecnológico aparece como forma indispensável na formação técnico-profissional em cursos de nível superior.

Kátia Lima esclarece que as políticas de EAD estão baseadas nos seguintes pontos:

A “atualização tecnológica” dos professores e das escolas/universidades e a “ampliação do acesso” ao ensino, fazendo com que o EAD apareça como (1) a oportunidade para que a educação não se torne obsoleta; (2) capacitação docente em serviço e (3) o passaporte de cada indivíduo para, com suas habilidades e competências, superar o “analfabetismo tecnológico”, alcançando, conseqüentemente, a empregabilidade, bem como o passaporte

³³ LIMA, Kátia. *Contra reforma na educação superior: de FHC A Lula*. São Paulo: Xamã, 2007, p.190.

³⁴ *Ibidem*, p. 130.

³⁵ *Idem*. A política de ensino superior a distância no Brasil nos anos de neoliberalismo. *Perspectiva*, Florianópolis: v.29, jan/jun.2011, p. 20-47. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2011v29n1p19/19406>. Acesso em: 15/04/2017.

³⁶ *Ibidem*, p. 21 – 24.

dos países capitalistas dependentes, como o Brasil, para ingresso da “nova ordem mundial”³⁷.

A fraseologia burguesa, expressada pela pesquisadora supracitada, consiste no nexo ideológico onde o conhecimento transforma-se em meio de produção. Assim, depois de adquirido, pertenceria ao produtor e, devido à velocidade da obsolescência do saber construído, o indivíduo deveria manter-se sempre em formação; e esta, sempre conquistada por intermédio de compra de pacotes tecnológicos produzidos nos países centrais do capitalismo. Tal fato, além de aprofundar as relações de dependência do nosso capitalismo e de nossa educação, esconderia, segundo Lima: “a) o processo de certificação em larga escala que vem se configurando, especialmente, nos países periféricos, e b) o mercado de trabalho não absorverá todos os trabalhadores”³⁸. Ou seja, articula e aprofunda a noção de subdesenvolvimento e dependência; permanência do desemprego e desigualdade social. Ainda, a exclusão dos “analfabetos tecnológicos” configuraria um mecanismo de exclusão mais sofisticado onde estes nem estariam contidos no contingente reserva para o mercado formal de trabalho.

A expansão das TICs como paradigma de boa educação, inovação, e elemento inexorável da produtividade seria, então, parte de um projeto burguês de reprodução das condições de acumulação capitalista e de hegemonia cultural burguesa. Nesse contexto, a certificação em massa (cuja formação técnica e acadêmica ainda pode ser considerada de qualidade duvidosa) e a oferta de cursos que apresentam o domínio e o uso das TICs como condição *sine qua non* para a aprendizagem, aprofundam a mercantilização da Educação Superior fazendo a palavra educação ser resinificada, tomando a forma de *ensino massificado*.

A mercantilização da Educação Superior brasileira não encontrou relevantes barreiras nas reações populares e foi determinante nas políticas planejadas por políticos eleitos, em partidos de corte social-democrata, que fizeram de palanque eleitoral as parcerias do Estado com as instituições privadas seguindo as normas dos organismos internacionais capitalistas e se valendo de sofisticados aparatos ideológicos.

Qual seria, pois, o papel da Educação Escolar, em específico da Educação Superior, na sociedade?

Para a LDB, a Educação Escolar deve estar vinculada ao mundo do trabalho e à prática social³⁹. É inequívoco atestar que, no que concerne à Educação Superior, o seu financiamento está diretamente ligado ao que se espera dela. Portanto, leis, incentivos financeiros (e a falta destes) e metas fiscais, estariam direcionando as instituições de Ensino Superior para uma via pragmática de

³⁷ Ibidem, p.27

³⁸ Ibidem, p.41.

³⁹ BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 15/04/2017.

Revista Digital Simonsen

mercado, apoiada pela parceria entre Estado e setores privados; assim, a Educação Superior estaria, perigosamente, produzindo em larga escala uma certificação em massa de graduados despolitizados.

IDEOLOGIA BURGUESA: PRAGMATISMO E CULTURA MERCANTIL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA

A Educação Superior brasileira, historicamente, vem sendo direcionada pelo Estado e pelo mercado; seu desempenho vem cumprindo papéis produtivistas na sociedade. O trabalho realizado pelo historiador Rodrigo Patto de Sá Motta, sobre a reforma universitária, ocorrida durante o período da ditadura civil-militar, demonstrou que a decisão de reformar as universidades esteve atrelada ao incentivo da pesquisa científica e tecnológica na finalidade prática do projeto político-econômico desenvolvimentista. A reforma universitária de 1968 reestruturou as universidades em busca de produção de tecnologias e de recursos humanos que as operassem. Em nome do progresso, por vias economicistas e tecnicistas, as portas se abriram à participação e parcerias com instituições estadunidenses como, por exemplo, a USAID*⁴⁰.

O pragmatismo tecnicista das IES brasileiras esteve presente em boa parte de sua história. É exemplar no projeto de reforma universitária do modelo modernizador-autoritário, conduzido pelo Estado militarizado; e na democracia burguesa, conduzida por partidos social-democratas, comprometidos com o processo de modernização da economia. Tais perspectivas de Educação Superior moldaram boa parte da produção acadêmica e da certificação em massa pelas demandas do mercado.

Nelson Cardoso Amaral, que pesquisou o financiamento das IES durante o governo Cardoso, explicitou sua inquietação com a prestação de serviços das Instituições Federais de Ensino Superior:

O processo de degenerescência que as IES estão sujeitas poderia levá-las, no médio prazo, a se tornar instituições puramente utilitaristas, com alguns poucos núcleos de excelência científica e intelectual, que, para sobreviver nesse patamar, teriam de angariar recursos no mercado, vinculando os seus trabalhos e projetos aos interesses dos financiadores, sejam eles governos sejam empresas. Como consequências, o Brasil perderia o seu maior complexo de instituições de ensino superior, espaços em que ainda impera um esforço significativo de elaboração da cultura de que o país necessita⁴¹.

* United States Agency for International Development que firmou acordos com o MEC baseando padrões educacionais impostos pelos EUA.

⁴⁰ Cf. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As Universidades e o Regime Militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

⁴¹ AMARAL, Cardoso Nelson. *Financiamento da Educação Superior: Estado x Mercado*. São Paulo: Cortez, 2003, p. 204.

Revista Digital Simonsen

As bases do processo de reestruturação da produtividade capitalista demandam a propagação de um projeto hegemônico de sociabilidade burguesa na qual a social-democracia brasileira esteve a seu serviço e as IES ocuparam papel de destaque.

O caráter mercantil de nosso Ensino Superior atesta que apresentar a educação como neutra é uma forma visceral de massificação da cultura dominante. A educação não é neutra, portanto, é política. O que quer dizer que a perpetuação da heteronomia cultural, produto de um projeto burguês de sociabilidade, dentro das IES, pode ser perspectivada academicamente, inclusive, de dentro de IES privadas com histórico produtivista e economicista que tem parcerias com o Governo Federal ou com Universidades Estadunidenses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A forma política, partidária e programática que se insere no Brasil, por partidos de corte social-democrata, e seus mecanismos de financiamento, a produção e a reprodução das condições de produção acadêmica, seja na esfera pública ou privada, requereram um modelo ético pragmaticamente utilitário para o Ensino Superior.

As políticas públicas elaboradas para Educação Superior vêm exercendo papel consubstancial para as IES, reificando e condicionando o educando ideologicamente, orientando-o ao histórico pragmatismo tecnicista. A social democracia-brasileira serviu-se dos pressupostos do capitalismo dependente atingindo um modelo de Educação Superior também dependente que consome *Know-how*, tecnologia e cultura dos países centrais do capitalismo, configurando, assim, uma forma neocolonialista de educação propulsora de retificação e ideologização do conhecimento.

O processo político e econômico que engendra a Educação Superior brasileira dentro do maquinário sociometabólico capitalista — cuja natureza é fundada na sociabilidade burguesa e na reprodução da força de trabalho — foi construído historicamente por perspectivas político-partidárias que não rompem com a dependência institucional das universidades com o capital financeiro, cultivando, desse modo, o florescimento de uma cultura universitária mercantil cujas objetivações tendem a se resumir em *business*. Portanto, a prostração da Educação Superior perante sua condição de produtora cultural, definitivamente, é rentável e válida ideologicamente, por intermédio da cultura universitária mercantilizada, o não rompimento com a dependência brasileira em relação aos países centrais do capitalismo.

Então, qual seria o papel político das instituições de Ensino Superior para além da perspectiva social-democrata?

As ponderações postas neste artigo não deixam dúvidas que há muito a ser feito no Ensino Superior. E, para romper com as prerrogativas que fixam a educação apenas como um campo econômico de

Revista Digital Simonsen

exploração, tendo desafios que transcendem uma simples relação de formação técnica, se faz emergente a responsabilidade da gestão, de docentes e discentes nos processos que conduzem a produção das condições de construção do conhecimento. Logo, é edificada a demanda por formação política e cultural.

Por fim, daremos voz a Paulo Freire:

É na diretividade da educação, esta vocação que ela tem, como ação especificamente humana, de “endereço-se” até sonhos, ideias, utopias e objetivos que se acha o que venho chamando de politicidade da educação. A qualidade de ser política, inerente à sua natureza. É impossível, na verdade, a neutralidade da educação. E é impossível, não porque professores e professoras “baderneiros” e “subversivos” o determinem. A educação não vira política por causa da decisão deste ou daquele educador. **Ela é política**⁴².

A Educação Superior da social-democracia brasileira, e todo o seu caráter político-ideológico, assumiu determinados papéis direcionados pelo Estado e suas bases econômicas. Não obstante, suas defectividades podem (e devem) ser estudadas com objetividade se a produção acadêmica for tomada como ato político produzido por seres históricos.

⁴² FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e terra, 2000, p.124. (grifo nosso)

REFERÊNCIAS

AMAZONAS, João. *A Social-Democracia, instrumento do Capitalismo*. Princípios, Revista Teórica, política e de informação. São Paulo: Anita Garibaldi, v.2, p.4-10, junho/1981.

AMARAL, Cardoso Nelson. *Financiamento da Educação Superior: Estado x Mercado*. São Paulo: Cortez, 2003.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: UNB, 1998. Disponível em: https://mpassosbr.files.wordpress.com/2013/03/dicionario_de_politica.pdf. Acesso em: 03/07/2017.

BRASIL. *Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 15/04/2017.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Mãos à obra Brasil: proposta de governo*/Fernando Henrique Cardoso. Brasília: s. Ed, 1994.

_____. *Avança Brasil – mais 4 anos de desenvolvimento para todos*. Brasília: s. Ed, 1998.

DEO, Anderson. *A consolidação da social democracia no Brasil: Forma tardia de dominação burguesa nos marcos do capitalismo de extração prussiano-colonial*. 2011. 303f. Tese (Doutorado – Ciências Sociais). Universidade Estadual Paulista – UNESP/Marília. São Paulo/Marília, p. 277. Disponível em: http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciasSociais/Dissertacoes/deo_a_do_mar.pdf. Acesso em: 15/04/2017.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e terra, 2000.

FRISCHTAK, Cláudio R. *A social-democracia brasileira: seu momento de definição*. XXIV Fórum Nacional. 14 de maio de 2012. Disponível em <http://www.inae.org.br/estudo/a-social-democracia-brasileira-seu-momento-de-definicao/>. Acesso em: 03/07/2017.

GIDDENS, Antony. *A terceira via e seus críticos*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

JAGUARIBE, Hélio; et al. *A proposta Social-Democrata*. Rio de Janeiro: José Olimpio, 1987.

JUNIOR, Caio Prado. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1976.

LIMA, Kátia. *Contra reforma na educação superior: de FHC A Lula*. São Paulo: Xamã, 2007.

_____. *A política de ensino superior a distância no Brasil nos anos de neoliberalismo*. Perspectiva, Florianópolis: v.29, jan/jun.2011, p. 20-47. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2011v29n1p19/19406>. Acesso em: 15/04/2017.

MOTTA, Rodrigo Pato Sá. *As Universidades e o Regime Militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

POWER, Timothy J. *A social democracia no Brasil e no mundo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

Revista Digital Simonsen

SILVA, Luiz Inácio Lula da. *Carta ao povo brasileiro*, por Luiz Inácio Lula da Silva. São Paulo: s. Ed, 2002. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br/uploads/cartaopovobrasileiro.pdf>. Acesso em: 15/04/2017.

_____. *Programa de Governo 2002. Coligação Lula Presidente – Um Brasil para todos*. São Paulo: s. Ed, 2002. Disponível em: <http://www2.fpa.org.br/uploads/programagoverno.pdf>. Acesso em: 15/04/2017.

Revista Digital Simonsen

Como citar: Vieira, Cindye Esquivel. *”Tudo marcha, pela grandeza da Pátria”*: a Nação Armada em defesa do ufanismo nacional. In: Revista Digital Simonsen, Nº 7, Agosto. 2017. Disponível em: www.simonsen.br/revistasimonsen ISSN:2446-5941

HISTÓRIA

“TUDO MARCHA, PELA GRANDEZA DA PÁTRIA”: A NAÇÃO ARMA EM DEFESA DO UFANISMO NACIONAL

Por: Cindye Esquivel Vieira¹

¹ Mestranda no programa de pós-graduação em História do Brasil pela UNIVERSO sob orientação do Prof. Dr. Francisco Falcon.

RESUMO

É esperado que uma revista publicada num ambiente militar tenha uma predisposição de temáticas, contudo, caberá aqui a análise de artigos que fogem do tradicional corpo militar e manuais de táticas. Foram encontradas referências literárias e educacionais que serão, aqui, o cerne de uma avaliação dessa postura autoritária aplicada nessas áreas com autoria tanto de civis quanto de militares.

PALAVRAS-CHAVES: Revista Militar – Literatura – Ensino – Militarismo – Conservadorismo.

TUDO MARCHA, PELA GRANDEZA DA PÁTRIA”: A NAÇÃO ARMA EM DEFESA DO UFANISMO NACIONAL

O presente trabalho terá como cerne a interpretação de alguns artigos da revista Nação Armada no seu primeiro ano de publicação. Seu primeiro número aprece em Novembro de 1939 com uma proposta muito clara de patriotismo, nacionalismo e valorização das forças armadas, para isso, contou com artigos de civis e militares nas suas páginas. Embora esbarrássemos com cartilhas de tática de guerra, manuais de equipamento, intensas propagandas anticomunistas aos montes e colunas destinadas aos discursos de figuras como o Ministro da Guerra e o Presidente da República, encontramos também espaço para Literatura, poesia e educação. Para a nossa análise, selecionamos alguns artigos que chamaram atenção e que servirão de norte para tecermos alguns comentários.

Logo na apresentação do seu primeiro número, lê-se:

Depois de quase cinquenta anos de República, passados no advento da democracia liberal – expressão que deve soar nos quartéis como “um tambor rufando no quarto de um doente” – regime intoxicado de teorias contrárias ao espírito militar e gasto num processo impertinente de descentralização e desprestígio das forças nacionais, o Brasil ficou emancipado das forças negativas que conspiravam contra a unidade nacional e o fortalecimento das forças armadas²

Nota-se que a preocupação com o bem da Pátria é imediatamente vinculada com o prestígio das suas armas. Esta apresentação conta também com um caloroso convite para todos que queiram contribuir com assuntos de interesse do Brasil, visando sempre o seu engrandecimento.

Logo no próximo volume³ aparece uma honrosa homenagem ao grande poeta brasileiro Olavo Bilac. Foi a primeira, mas não a última, vez que o escritor apareceria com destaque:

O Exército, por intermédio das suas vozes mais autorizadas, acaba de prestar excepcionais homenagens à memória de OLAVO BILAC. Dentre elas saem a decisão do Govêrno,

² NAÇÃO ARMADA, I/ Nov, 1939. P.2. Foi preservada a escrita original do documento.

³ Que só saiu em Janeiro do ano seguinte.

Revista Digital Simonsen

instituindo o “DIA DO RESERVISTA”, a 16 de Dezembro, data de nascimento de quem se tornou o “PRINCIPE DOS POETAS BRASILEIROS”, e a inauguração de se retrato em todas as casernas e escolas militares.

Nada mais justo.⁴

Bilac seria lembrado também anos mais tarde quando a canção do reservista foi escrita pelo 1º Tenente Leonardo Silva Nunes Santos em 2016. Nela há homenagens à parte militar que até “pode um dia tirar a farda, mas fardado é o coração”⁵ e faz menção também ao poeta em questão:

O serviço militar forma a praça e o oficial.
Dever cívico que edifica a segurança nacional.
Nobre herança de Bilac,
um patriota imortal.⁶

Naquele momento, o Exército precisou de um nome civil para sua propaganda e encontrou no antiflorianista o nome patriótico que necessitavam. O clamor nacional que o autor exaltava trazia para o âmbito civil todo o prestígio e renome que a Pátria merecia, e que as Forças Armadas tanto clamavam. No mesmo artigo couberam críticas intensas aos artistas que “ignoravam e deformavam o Brasil”, acusam a arte e a literatura de focar na internacionalidade artística, seriam esses os “imoralistas, deformistas e intelectuais desorientados”. Atacam também pinturas que dizem caracterizar um “PALÁCIO DE GARGALHADAS” por serem extremamente anti-brasileiros.

Machado de Assis, Castro Alves, Rui Barbosa e nem mesmo Freud⁷ escaparam dos incisivos açoites. Machado é uma miscelânea de sátira com um toque céptico universalista, “é uma crítica desenganada, sem esperanças nem proposta”⁸, para um meio conservador como o de uma revista militar era complicado de aceitar que “a sua forma estilística é o capricho. A sua expressão existencial é o humor”⁹. Castro Alves é quem dá voz ao Navio Negreiro, é o poeta sem meias palavras que vivia ates mais democráticas mas impregnados com a moral do senhor e servo.

Com ele fluem sem meandros as correntes de uma renovada lírica erótica tanto mais forte e limpa quanto menos reclusa no labirinto de culpas sem remissão. A palavra do poeta baiano seria, no contexto em que se inseriu, uma palavra aberta. Aberta à realidade maciça de uma nação que sobrevive à custa de sangue escravizado.¹⁰

É óbvio que sua “palavra aberta” e crítica ao modo em vigor não agradava aos redatores da Nação Armada. Porém, acredito que de todos os nomes causadores de repulsa, o de Rui Barbosa é o

⁴ NAÇÃO ARMADA, II/ Jan, 1940. P.3. Foi preservada a escrita original e os destaques originais do documento.

⁵ 3º e 4º versos da 4ª estrofe da “Canção do Reservista”.

⁶ Canção contida no Boletim do Exército nº 9, de 3 de Março de 2017. P. 14.

⁷ Definido no artigo como “judeu gênio cuja obra soube com tanta sutileza dar dignidade à cousas obscenas”. P. 5.

⁸ BOSI, ALFREDO. *Entre a Literatura e a História*. P. 82.

⁹ Idem, p. 82.

¹⁰ BOSI, Alfredo. *História concisa da Literatura Brasileira*. P. 126.

Revista Digital Simonsen

campeão de asco; Declarava-se civilista justamente pela postura anti-militar. “O seu ideário aparece hoje esquemático: a democracia jurídica, formalizada nos princípios de liberdade de pensamento e expressão e no direito, e no direito de propriedade”, sem dúvidas que toda essa expressão não foi bem recebida e nem seria, sob nenhum aspecto, benquista uma pessoa que esteve em oposição por duas vezes a candidatos militares à presidência.¹¹ Mas Bilac em nada tinha de similar a esses artistas, foi canonizado pelo Exército devido ao seu patriotismo que transpirava brasilidade.

Nesta hora de fé apaixonada nos destinos do Brasil, de realidade construtiva e de franco renascimento nacional, hora vibrante do ESTADO NOVO – OLAVO BILAC é um símbolo.

A Pátria nele se contempla, através da beleza e do patriotismo.¹²

Olavo Bilac era para a Força tudo aquilo que se procurava num civil: um homem que usava a sua inteligência para ser um “soldado” lutando a favor do ideal (militar) de nação.

Na mesma edição há um artigo intitulado “Olavo Bilac e o Exército”¹³, três páginas que atêm-se em falar de como a nossa arte desmereceu as ações do nosso Exército em batalhas tão caras à Nação. Fala do quanto esses artistas focaram nos problemas e defeitos e nada disseram de positivo sobre seus feitos, caindo numa doutrina de depreciação. Mas não Bilac. Este era um “patriota, buscava despertar na consciência, apenas adormecida, dos filhos de sua terra, a imagem comovedora do Brasil”¹⁴. Esse artigo se finda com o seguinte agradecimento rasgado:

As comemorações que ora fazemos, explica o reconhecimento dos homens que, entre nós, vestem farda e a gratidão do nosso povo pela memória iluminada daquele que não se contentando em ser, na sua pátria, um grande poeta, quis ser, também, um grande patriota.¹⁵

Aquele tipo de liderança que Milliband chama de “popular, demagógico, carismática, politicamente sagaz”¹⁶ dificilmente encontrada nas altas patentes, devido ao toque tradicional da sua formação, fora encontrada num civil mártir ao Exército.

Como o assunto “comunismo” também é pauta frequente, na coluna “Documentário Nacional” foi transcrita uma fala do então Ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, proferida no dia 25 de Novembro de 1939. Intitulando a transcrição estava “CONTRA O COMUNISMO”. O General discorre sobre o seu ressentimento frente 1935 e em como os “assassinos, covardes e traidores” são “capazes dos maiores artifícios” para “explorar as coisas mais sagradas, como os sentimentos de cordura e tolerância do povo brasileiro”. Ele elucida que é inadmissível “defender

¹¹ Marechal Hermes Fontes, em 1909 e Epitácio Pessoa, em 1919.

¹² NAÇÃO ARMADA, II/ Jan, 1940. P.6. Foram mantidos os grifos originais do documento.

¹³ Assinado por Luiz Edmundo.

¹⁴ NAÇÃO ARMADA, II/ Jan, 1940. P. 48.

¹⁵ Idem, p. 49. Foi mantida a escrita original do documento.

¹⁶ MILLBAND, Ralph. *O Estado na sociedade capitalista*. P. 163.

Revista Digital Simonsen

atitudes de tolerância, e até de perdão” desses bárbaros atentados que lesaram a pátria. Ele finda se pronunciando com um tom inconformado e sem rodeios:

Nada mais perigoso e revoltante, porém, que a detração desse sentimento, quando inteiramente fora de hora e sem razões que o justifiquem, porque redundaria na glorificação do crime e no paradoxo de a Pátria espontaneamente prestigiar seus inimigos, assim se conformando com a sua destruição.¹⁷

O próximo recorte escolhido foi o editorial da edição número cinco (Abril, 1940) que trata do ensino secundário. O texto inicia com uma louvável crítica acerca da inexistência de uma disciplina “História do Brasil”, contudo, esta crítica é recheada muito mais de receio a que preocupação educacional. A aversão incômoda por trás da falta de ensino nacional e patriota estava besuntada de asco por conta de os alunos serem obrigados a estudar a Comuna de Paris e a Revolução Russa. “Parece realmente inacreditável. Mas é verdade, verdades das mais límpidas e cortantes, como cristal”¹⁸. O que provava a ineficácia desta forma de estudo era o rendimento dos candidatos nos concursos da Escola Militar e Naval, para Dutra.

Não nos cansamos de repetir que a defesa nacional não cabe apenas ao Exército. Todas as forças nacionais devem concorrer convergentemente e com vigoroso espírito de colaboração para a rija estrutura da nação armada.

O eixo da defesa nacional não está unicamente no Quartel-General. Passa, também, pelo Ministério da Educação¹⁹

Meses depois da homenagem ao dia do reservista, Olavo Bilac torna a aparecer nas páginas da revista. Desta vez no artigo intitulado “Olavo Bilac e a Defesa Nacional do Brasil” sob assinatura de Mario Bulhão na edição de número 8, referente ao mês de Julho de 1940. Aqui o autor estende-se a falar sobre o serviço militar obrigatório e claro que o poeta não ficaria excluído desta temática. Sob esse aspecto, Edmundo Campos Coelho escreve:

Confessando-se antilitarista, Bilac via, entretanto, no serviço militar a solução dos problemas da organização nacional. O quartel, dizia ele, apura as qualidades do indivíduo, infunde-lhe o sentido de hierarquia, da disciplina e do patriotismo. O quartel seria a expressão mais acabada da democracia porque nivela as classes no mesmo dever e tarefa de defesa nacional, funde o civil com o militar na medida em que ambos influenciam-se mutuamente e, assim, afasta o perigo do surgimento de uma casta militar. Com o serviço militar obrigatório, o “Exército será o povo e o povo será o Exército”, e desaparecerá o “divórcio monstruoso” entre o Exército e a Nação²⁰

Nota-se que o viés de Bilac denota um apelo maior ao patriotismo a que à racionalidade do seu apoio. Olavo Bilac representava a simbiose entre o povo e as Forças Armadas, se houvesse

¹⁷ NAÇÃO ARMADA, II/ Jan, 1940. P. 107

¹⁸ NAÇÃO ARMADA, II/ Abr, 1940. P. 4

¹⁹ Idem, p. 5. Cabe ressaltar que neste período o Ministério da Educação e da Saúde Pública pertencia a Gustavo Capanema e o chefe de gabinete era Carlos Drummond de Andrade.

²⁰ COELHO, Edmundo Campo. *Em busca de Identidade*. PP 89-90.

Revista Digital Simonsen

aderência da sociedade no Exército, este seria formado pelo seu próprio povo, evitando que se formasse um corpo fanático e unilateral em seus ideais. Mais uma vez, o escritor é lembrado por ser o “apóstolo da defesa nacional”. Mesmo no mundo literário, o poeta é lembrado como sendo o que

[...] melhor exprimiu as tendências conservadoras vigentes depois do interregno florianista. À política renovadora que animara alguns fautores da República seguiu-se um meufanismo estático e vazio, amante da tradição ela tradição considerada em si mesma como beleza. Bilac, poeta dos nautas portugueses em *Sagres* e dos bandeirantes no “Caçador de Esmeraldas”, será também o cantor cívico da bandeira, das armas nacionais e o didata hosanante das *Poesias Infantis*.²¹

Cabe aqui uma observação acerca do serviço militar obrigatório, a abordagem convicta do poeta pode se fazer convincente mas não foi a única que despertou atenção. Como já apontado anteriormente, a defesa de Bilac tinha muita paixão revestida de uma salvação das boas maneiras cívicas que seria realizada por militares comprometidos e profissionais mas não era um posicionamento único. Alberto Torres, opositor a Bilac, defendia que o “quartel educava o soldado para a faina, viciando o indivíduo, pervertendo o homem de família, deseducando o indivíduo da comunidade nacional”²², sendo assim, a Força Armada corromperia o que temos de democrático (enquanto povo), além de sermos ineficientes (enquanto Exército) frente aos exércitos externos. Havia também o posicionamento dos Jovens Turcos que apoiavam-se no serviço militar obrigatório para obter braços de defesa para a Nação através de um Exército bem treinado e profissional²³.

O último estrato a ser verificado é o editorial da edição do 1º aniversário da revista. Dentre os assuntos devotados a representar a trajetória de sucesso, ressaltava-se a alegria de terem passado (e escrito sobre) pelos 10 anos da Revolução Nacional e o aniversário do Estado Novo, com sua intensa atividade para que a Pátria tivesse um dos anos “mais ricos e fecundos”²⁴

Se motivos tínhamos em 1939 para a atitude patriótica que adotamos, com o nosso passo à frente em prol da defesa nacional e com um apreensivo toque de reunir, entre civis e militares, para um esforço ainda mais enérgico e acelerado em favor da armadura militar da Nação, hoje, depois de um ano de Guerra, assinalada com a mais catastrófica das violências, sobram-nos motivos que justificam o nosso programa, inspirado, como foi, por uma penetrante intuição da realidade e um apaixonado desejo de bem servir ao Brasil.²⁵

Por fim, faz-se necessário trazer à luz, dados conforme mostrado no quadro abaixo, acerca das participações na revista:

²¹ BOSI, Alfredo. *História concisa da Literatura Brasileira*. Pp 242-243.

²² RODRIGUES, Fernando. *Indesejáveis*. P. 70.

²³ BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. P. 750. Está sendo usado aqui o conceito de profissionalização militar adotado por Bobbio que ressalta o amplo processo que diferencia a estruturação da sociedade, sendo identificadas as relações entre as forças armadas e a sociedade, entre o oficialato e as elites e entre os chefes das forças armadas e os líderes políticos.

²⁴ NAÇÃO ARMADA, II/ Nov, 1940. P. 4.

²⁵ Idem, p. 3

Quadro 1 – Publicações referentes à páginas de propaganda

	CIVIS	MILITARES	PÁGINAS DE PROPAGANDA
ANO I/01/1939	6	8	2
ANO II/02/1940	3	6	3
ANO II/03/1940	7	8	3
ANO II/04/1940	6	5	6
ANO II/05/1940	7	8	8
ANO II/06/1940	4	6	8
ANO II/07/1940	6	5	20
ANO II/08/1940	5	11	16
ANO II/09/1940	4	12	20
ANO II/10/1940	8	10	19
ANO II/11/1940	4	10	18
ANO II/12/1940	5	4	27

A exposição desses dados é fundamental para mostrar que mesmo tendo um caráter conservador, os contribuintes civis e militares não estavam em disparate de um em diminuta participação do outro. As edições com maior discrepância foram aquelas com temáticas de homenagens e personalidades militares e por isso, a participação de civis foi menor. A ascendência do número de páginas de propaganda²⁶ também configura o aumento do prestígio alcançado pela revista. Na edição de aniversário, estes não passaram despercebidos aos agradecimentos:

Com o registro do nosso primeiro aniversário, queremos, ao final, trazer o nosso agradecimento a todos aqueles que nos animaram e nos ajudaram durante a jornada- chefes, companheiros e amigos, leitores e anunciantes – pois foi com seu auxílio e o se estímulo que marcamos a primeira estaca da vitória, no caminho que decidimos percorrer e que percorreremos, porque é inquebrantável a nossa fé no rendimento de todo o trabalho que se inspira no amor ao Brasil.²⁷

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A seleção dos escritos foi feita de modo a extrair o que era tido como cerne do desenvolvimento da revista em questão. De forma alguma tentamos exprimir a obrigatória conduta das edições, e sim ressaltar que não era unicamente a vida de caserna que era abordada nas páginas da Nação Armada.

²⁶ Dentre as mais repetidas estavam as de sabão, cassinos, móveis/equipamentos militares e farinha de trigo.

²⁷ NAÇÃO ARMADA, II/ Nov, 1940. P.5.

Revista Digital Simonsen

O intenso apreço patriótico ultrapassava os muros do quartel, com isso, gostaríamos que fosse mostrado que o nacionalismo não era, necessariamente, uma doutrina fardada e sim uma sinestesia compartilhada nas camadas da nossa sociedade.

BIBLIGRAFIA

BOBBIO, Norberto; METTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 5. Ed. São Paulo: Editora UnB, 2004.

BOSI, Alfredo. *Entre a Literatura e a História*. 2. Ed. São Paulo: Editora 34, 2015.

BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. 50.ed. São Paulo: Cultrix, 2015.

COELHO, Edmundo Campo. *Em busca da Identidade. O exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

MILIBAND, Ralph. *O Estado na sociedade capitalista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

MINISTÉRIO DA DEFESA. Boletim do Exército, nº 9/2017.

REVISTA NAÇÃO ARMADA. Rio de Janeiro: Bibliex, 1939-1940.

RODRIGUES, Fernando. *Indesejáveis, Instituição, Pensamento político e formação profissional dos oficiais do Exército Brasileiro (1905 – 1946)*. São Paulo: Paco Editorial,

2010.

Revista Digital Simonsen

Como citar: SANTOS, Danielle Guedes. *Uma Análise Sobre as Estatuetas Funerárias do Reino Novo (c. 1550 – 1070 a.c)*. In: Revista Digital Simonsen, N° 7, Agosto. 2017. Disponível em: www.simonsen.br/revistasimonsen ISSN:2446-5941

HISTÓRIA

UMA ANÁLISE SOBRE AS ESTATUETAS FUNERÁRIAS DO REINO NOVO (c. 1550-1070 a.C)

Por: Danielle Guedes dos Santos¹

¹ Especialista em História Antiga e Medieval pela UERJ. Graduada em História pelas Faculdades Integradas Simonsen. Pesquisadora pelo Centro de Memória Realengo Padre Miguel.

RESUMO

O presente artigo destina-se em analisar as características das estatuetas funerárias (*Shabtis*) presentes no Egito antigo do Reino Novo (c. 1550-1070). Itens esses que faziam parte da preparação para a vida após a morte, enfatizando a natureza funerária dos antigos egípcios como forma de estabelecer sua intensa relação e preocupação com a extensão da vida no plano terreno. Propomos nesse trabalho, analisar uma peça de *Shabti* datada da XIX dinastia atribuindo ao longo de nosso discurso, a importância da História Cultural como fator expresso do diálogo entre simbolismo e representações presentes na cultura material deixada ao longo do tempo pela história egípcia, como base de compreensão para a sua visão de mundo.

PALAVRAS-CHAVES: Egito Antigo – Objeto – Shabti – Estatuetas Funerárias – Reino Novo.

INTRODUÇÃO:

A Cultura Material propõe relacionar o objeto com os aspectos e as características da sociedade ao qual pertence, não podendo separar um do outro, pois, a análise do contexto se faz presente pelo significado impregnado naquele objeto, a fim de compreender as ações da vida diária de uma determinada sociedade.

“De berço e por vocação sedimentada, optou por privilegiar as fontes escritas de toda espécie, conferindo à cultura material, no melhor dos casos, um papel ilustrativo ou de corroboração”².

Por muito tempo as ciências – a História, Arqueologia e até mesmo as Artes – trataram a cultura material como simples ilustrativa, para uma justificativa na produção dos discursos sobre as culturas estudadas. É preciso pensar e estabelecer o objeto não como ilustração, mas sim como documento, como fonte de vestígio do passado destinado a dialogar, a promover problematização a partir de suas características pertinentes ao meio humano que ele pertence, destacando que os objetos arqueológicos nunca são inertes, mas sim investidos de significados, de memórias através da relação de associações e usos, pois “foi este o espírito que marcou as primeiras definições de artefato, na Arqueologia ou na Antropologia”³, considerando a partir das revisões historiográficas do final do século XIX, que as produções materiais do homem são pontes que permitem compreender seu passado.

² CARDOSO, Ciro Flamarion S.; VAINFAS, Ronaldo. *Novos Domínios da História*. São Paulo. Elsevier – Campos. 2011.

³ Ibid, idem.

OS SERVOS FUNERÁRIOS DO REINO NOVO:

O defunto desejava evitar esse trabalho obrigatório, transferindo tal dever para o *chauabti*, que se tornava assim numa réplica do trabalho manual e da hierarquia social do dia-a-dia do mundo terreno. No Império Novo, esta dupla função é reforçada pela introdução de instrumentos agrícolas (...)⁴.

O *Shabti* ou *Ushabti*⁵, aquele que responde quando solicitado, ordenado são estatuetas funerárias que eram colocadas nas tumbas dos Faraós e membros de sua família, bem como de particulares da elite do Egito Antigo, a fim de realizar as tarefas que o morto eventualmente fosse convocado a fazer. São objetos relacionados ao aspecto religioso dos antigos egípcios, para auxiliar na preparação da vida no outro mundo, ressaltando sua crença na vida pós-morte, pois acreditavam que a vida no plano terreno era uma extensão da vida no além, destacando uma visão cíclica capaz de expressar sua forma de perceber o mundo. Através de um "encantamento" (CARDOSO, 2003, p. 90), uma fórmula mágica de rito presente em uma passagem do Livro dos Mortos⁶, era possível convocar os trabalhadores fúnebres.

Os *Shabtis* eram produzidos em pedra, madeira e bronze, de Faiança Azul ou Verde. Um exemplar do Livro dos Mortos era colocado no sarcófago junto ao morto, para ordenar que seus serviços fossem designados a trabalhar em seu lugar, servindo o deus Osíris nos campos ou nos canais. As estatuetas tinham constantemente ferramentas – instrumentos dedicados ao trabalho na terra, outras portavam vasos ou aparelhagem para panificação – nas mãos e em algumas, era possível perceber a presença de cestos (desenhados ou confeccionados) para transportar sementes, na parte traseira das pequenas estatuas.

No Reino Novo (c. 1550 – 1070 a.C) chegaram a ser colocadas até 700 miniaturas nas tumbas, dependendo do grau de importância dentro da sociedade que era atribuído ao falecido, destacando todo o luxo presente nesse período, pois “sua presença impõe-se nos túmulos e passa a constituir uma das peças importantes do acervo funerário até finais do I milênio a.C, que compreende a Época Baixa e a Época Greco-Romana” (CORREIA, 2007, p. 38), tendo ao seu dispor uma quantidade significativa de trabalhadores, dispostos em imagens, necessários para garantir sua

⁴ CORREIA, Cristina Chautard Martins. *Estatuetas Funerárias Egípcias do Império Novo em Traje dos Vivos*. Tese para o Mestrado em História e Cultura Pré-Clássica. Universidade de Lisboa – Faculdade de Letras: Departamento de História, 2007, p. 9.

⁵ Seguimos a referência exposta por Ciro Flamarion Cardoso. CARDOSO, Ciro Flamarion S. *O Trabalho Compulsório na Antiguidade*. Rio de Janeiro. Edições Graal, 2003.

⁶ O Livro dos Mortos (cujo nome original, em egípcio antigo, era Livro de Sair Para a Luz) é a designação dada a uma coletânea de feitiços, fórmulas mágicas, orações, hinos (somado as formulas e encantamentos dos Textos dos Sarcófagos e das Pirâmides) do Antigo Egito, escritos em rolos de papiro e colocados nos túmulos junto as múmias. O objetivo destes textos era ajudar o morto em sua viagem para o outro mundo, afastando eventuais perigos que este poderia encontrar na viagem para o além. <http://portalpesquisa.com/egito/antigo-egito/o-livro-dos-mortos.html> Consultado em 19/07/2017.

Revista Digital Simonsen

existência cotidiana no além, visto que o outro mundo deveria ser uma cópia bem feita do plano terreno, usufruindo das mesmas práticas cotidianas essenciais ao qual o falecido estava acostumado.

Vede-o, ó deuses, espíritos e mortos que estais no céu e na terra, ele tomou posse de sua força e de seu poder, ele tomou posse para si de seus tronos, ele veio para governar entre os rebanhos (de homens) que foram feitos para N de acordo com a ordem dos deuses. Se N for escolhido para a remoção de um dique e para a nivelção de um distrito (de irrigação), para irrigar (?) as terras ribeirinhas e para revolver novos campos para o monarca reinante, vós direis a qualquer mensageiro que vier buscar N, no lugar dele: “– Vede, aqui estou!” Tomai então vossas picaretas, vossas enxadas, vossas varas e vossas cestas em vossas mãos, exatamente como qualquer jovem faz para seu senhor. Ó shabtis feitas para N, se N for escolhido para sua tarefa, ou se uma obrigação lhe for imposta como trabalhador, vós direis: “– Aqui estamos!” Se N for escolhido para ser capataz daqueles que trabalham revolvendo novos campos, plantando as terras ribeirinhas ou transportando areia que estava no leste para o oeste e vice-versa, Vós direis quanto a isto: “– Aqui estamos!” (...)⁷.

Segundo Cardoso os textos dos Sarcófagos e das Pirâmides contém encantamentos, onde sua função consistia em proteger e guiar o defunto quando renascesse para uma nova vida no além⁸. “A inscrição do capítulo VI nas estatuetas funerárias, implica uma importante mudança no que diz respeito ao seu significado, tornando-se este mais preciso, pois a imagem do «bem-aventurado junto de Osíris» torna-se num *chauabti*, figura destinada a servir o defunto no Além”⁹.

O encantamento presente no capítulo VI do Livro dos Mortos, permitia fazer com que o *Shabti* executasse os serviços no além túmulo. As fórmulas mágicas para convocar os pequenos servos, eram gravadas nas estatuetas, algumas levavam o nome de seus donos, outras de parentes, ou até mesmo de funções específicas que os trabalhadores deveriam empreender. A forma estética das estatuetas funerárias expressava um valor profundo, inteiramente relacionado à concepção religiosa e de uma continuidade da vida, bem como do exercício do trabalho. “Esta noção de eternidade é o fundamento das suas normas estéticas, ou seja, a base de unidade do estilo egípcio”¹⁰, reunindo elementos que tornavam útil a vida no além.

As figuras dos serviçais eram projetadas de forma frontal, “representadas sentadas, ajoelhadas ou de pé, estão destinadas a permanecer de frente, não existindo qualquer inclinação ou rotação do corpo ou da cabeça”¹¹. Suas feições tinham traços bem decorados, algumas apresentavam cabelos longos, outras continham uma barba bem semelhante a do faraó. Suas mãos ficavam bem visíveis, ora com instrumentos para utilizar no campo, ora com amuletos, podiam aparecer com as mãos cruzadas sobre o peito ou dispostas para baixo. De fato, os *Shabtis* foram

⁷ Encantamento 472 para fazer com que os *Shabtis* trabalhem para seu dono no Reino dos Mortos . Onde se lê **N**, deve se inserir o nome do morto dono da tumba. Tradução do encantamento 472 feita por CARDOSO, 2003, p. 91.

⁸ CARDOSO, 2003, p. 90.

⁹ AUBERT, Jacques-F. AUBERT, Liliane. Statuettes Égyptiennes. Chaouabtis, Ouchebtis, Paris: Librairie d'Amérique et d'Orient Adrien Maisonneuve, 1974. Citação retirada de: CORREIA, 2007, p. 42.

¹⁰ CORREIA, 2007, p. 22.

¹¹ Ibid, idem, p. 26.

Revista Digital Simonsen

produzidos para cumprir uma função específica que consiste em servir aos deuses no lugar do morto, “prontas a agir magicamente, conforme a sua finalidade”¹² no contexto das práticas religiosas dos egípcios antigos, garantindo a execução dos trabalhos e do provento da alimentação eterna.

ANÁLISE DO OBJETO:

Utilizaremos a Metodologia de análise da Educação Patrimonial disposta na Tabela Para Análise do Objeto¹³ – presente no **quadro 1** – desenvolvida por Maria de Lourdes Parreira Horta, onde buscaremos ressaltar as características e finalidades da estatueta funerária estudada por nós como base de análise para este artigo – presente na **figura 1**.

QUADRO 1

Quadro para Análise do Objeto¹⁴

1. Observação:	<i>Shabti</i> , uma estatueta funerária provavelmente da XIX dinastia.
2. Registro:	Utilizamos uma fotografia (imagem) da estatueta funerária (<i>Shabti</i>) do período do Reino Novo (c. 1550 – 1070 a.C).
3. Exploração:	Baseando-se na leitura do trabalho de Cristina Chautard Martins Correia ¹⁵ , conseguimos compreender a natureza funerária dos <i>Shabtis</i> , inserida no contexto religioso dos antigos egípcios.
4. Apropriação:	Possível recriação do objeto utilizando os mesmos elementos e características de sua composição.

Nosso objeto é denominado como *Shabti*, uma estatueta funerária datada provavelmente da XIX dinastia no Egito antigo do Reino Novo. Confecciona em pedra de serpentina preta¹⁶ com boa

¹² Ibid, idem, p. 25.

¹³ Seguimos a tabela exposta por Maria de Lourdes Parreiras Horta. HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. Guia Básico de Educação Patrimonial. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1ª ed; 1999, p. 11.

¹⁴ A nomenclatura da tabela segue o padrão disposto pela Metodologia Patrimonial.

¹⁵ CORREIA, Cristina Chautard Martins. *Estatuetas Funerárias Egípcias do Império Novo em Traje dos Vivos*. Tese para o Mestrado em História e Cultura Pré-Clássica. Universidade de Lisboa – Faculdade de Letras: Departamento de História, 2007, p. 150; fig 19.

¹⁶ **Serpentina Petra** é uma pedra terrena, o nome desse cristal vem do latim e significa serpente, sendo uma referência às suas estrias que lembram esse animal. A Serpentina é encontrada em muitos lugares, como Noruega, Rússia, Estados

Revista Digital Simonsen

modelagem; Apresenta traços bem definidos em sua face, uma rachadura transversal nos pés (frontal) e um corte em toda base de sustentação da estatueta; Possui danos na parte posterior da cabeça e nas costas (atingindo o ombro direito e braço esquerdo); Contem inscrições hieroglíficas em todo o seu avental; Colar (adornos) com muitas voltas; Mãos bem visíveis cruzadas sobre o peito e segurando instrumentos agrícolas, em suas costas um cesto para coleta disposto na lateral.

Figura 1: *Shabti* da XIX dinastia em Serpentina Preta¹⁷



Utilizamos uma fotografia (imagem) da estatueta funerária do Reino Novo (c. 1550 – 1070 a.C) com localidade de cidade desconhecida, registrada em três (3) posições: frente, costas e lateral; Sua dimensão é aproximadamente de 17,8 cm de altura; Seu cabelo é duplo disposto na altura dos ombros, seus pés descalços enfatizam seu sentido de servo.

Baseando-se na leitura do trabalho de Cristina Chautard Martins Correia¹⁸, conseguimos compreender a natureza funerária dos *Shabtis*, inserida no contexto religioso dos antigos egípcios. É

Unidos, África do Sul, Ilha de Chipre, Alemanha, Grã-Bretanha, Itália, Austrália e Brasil. É uma pedra bastante comum e, embora predominantemente verde, pode também aparecer nas cores preto-esverdeado, vermelho, marrom-avermelhado e amarelo e branco. Isso vai depender da região onde ela se formou. <http://significado-das-pedras.blogspot.com.br/2014/04/significado-da-pedra-serpentinita.html>. Último acesso em 11 de Junho de 2016.

¹⁷SCHLÖGL, Hermann A.; BRODBECK, Andreas. *Ägyptische Totenfiguren aus Öffentlichen und Privaten Sammlungen der Schweiz*. Orbis Biblicus et Orientalis, Series Archaeologica, n°7, Universitätsverlag Freiburg Schweiz, Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 1990, p. 90-91.

Revista Digital Simonsen

utilizado como item para auxiliar na outra vida, agindo em função do morto para desempenhar os trabalhos em seu lugar. Notamos a “inscrição *Shedj* introdutório, título de Osíris, o nome do proprietário, numa coluna vertical no avental; versão do capítulo 6 do Livro dos Mortos em cinco colunas horizontais”¹⁹, demarcando sua funcionalidade mágica, expressando também sua característica de servo por meio das ferramentas em suas mãos e por vezes os cestos nas costas (característica esta, que surge no Reino Novo), voltando seu uso para a continuidade do processo iniciado na vida terrena.

Como recurso de apropriação do objeto, o método de recriação que pode ser utilizado para esse artefato da cultura material, seria o Desenho de Linha, que possibilita a reconstrução dos detalhes através de uma ferramenta de informática, muito utilizado por arqueólogos, ou desenvolver um novo objeto partindo dos mesmos detalhes e recursos, com a utilização dos métodos da arqueologia experimental, possibilitando analisar e reconstruir cada material utilizado em sua confecção, interagindo com o objeto empregando as técnicas de fabricação dos *Shabtis* no Antigo Egito.

Ao analisar a estatueta funerária apresentada neste artigo, buscamos suporte teórico na História Cultural, correlacionada a cultura material produzida pelos antigos egípcios, dialogando com os conceitos de *simbolismo*²⁰ e *representações*²¹ que manifestam o sentido mais amplo da compreensão religiosa no contexto da história egípcia.

O termo cultura costumava se referir às artes e às ciências. Depois, foi empregado para descrever seus equivalentes populares – música folclórica, medicina popular e assim por diante. Na última geração, a palavra passou a se referir a uma ampla gama de artefatos (imagens, ferramentas, casas, e assim por diante) e práticas (conversar, ler, jogar)²².

¹⁸ CORREIA, Cristina Chautard Martins. *Estatuetas Funerárias Egípcias do Império Novo em Traje dos Vivos*. Tese para o Mestrado em História e Cultura Pré-Clássica. Universidade de Lisboa – Faculdade de Letras: Departamento de História, 2007, p. 150; fig 19.

¹⁹ Ibid, idem, p. 150.

²⁰ O conceito de simbolismo expressado por Pesavento: “Trata-se, antes de tudo, de pensar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo. A cultura é ainda uma forma de expressão e tradução da realidade que se faz de forma simbólica, ou seja, admite-se que os sentidos conferidos às palavras, às coisas, às ações e aos atores sociais se apresentam de forma cifrada, portanto já um significado e uma apreciação valorativa (...) como um ajustamento da realidade do mundo às formulações explicativas do homem para dar conta do próprio mundo”. PESAVENTO, Sandra Jatáhy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2ª ed.; 2ª reimp.; 2008, p.15.

²¹ Conceito de representações expressado por Pesavento: “As representações construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência. São matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade”. PESAVENTO, Sandra Jatáhy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2ª ed.; 2ª reimp.; 2008, p.39.

²² BURKE, Peter. *O que é História Cultural?* Tradução de Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar, 2ª ed.; 2008, p.43.

Revista Digital Simonsen

A História Cultural nos permite a leitura da construção de identidade de uma civilização, povo, grupo ou indivíduo. É reforçada nas ações correntes da vida diária, pelos traços que tornam únicos as características mais marcantes dessa sociedade. Uma das principais funções da história cultural é estabelecer conexões entre os fatos²³ através das artes, religião, política, costumes, economia – por exemplo.

O termo História Cultural, vem principalmente dos estudos abordos pela Antropologia Histórica e Cultural, que através dessa relação com a Antropologia, proporcionou a História Cultural um destaque para o uso das representações como um “conceito chave no âmbito das ciências humanas”²⁴ possibilitando a aplicação do método de análise das representações ao documento histórico, caracterizando o “processo de construção mental da realidade, produtor de coesão social e legitimidade (...) por meio de ideias, imagens e práticas dotadas de significados que os homens elaboravam para si”²⁵.

A História Cultural representa o ponto de questionamento da história, pois se interessa pelas práticas cotidianas que enunciam os costumes e modos de fazer e pensar, analisando como cada objeto, rito ou cântico – por exemplo – é capaz de expressar a forma como a humanidade nota o mundo que habita, conferindo valor aos seus meios culturais impregnados de significados. “Afim, a História trabalha com a mudança no tempo, e pensar que isso não se dê no plano da escrita sobre o passado implica negar pressupostos”²⁶. A História Cultural pretende revisar a forma como a História foi escrita, fugindo das abordagens nos moldes do historicismo e positivismo, que estabeleceram um grande valor na utilização do documento escrito como única forma de acessar o passado. A História Cultural vai além. Penetrando e buscando estabelecer uma nova análise da produção cultural e a maneira como as sociedades humanas constroem suas explicações e visão de mundo, ou seja, como estruturam e identificam suas manifestações a partir dos elementos que compõem a “produção de sentidos sobre o mundo construída pelos homens do passado”²⁷.

A força das representações e do simbolismo para os egípcios antigos estava ligada inteiramente a sua forma de religião. Uma religião completamente voltada para a visão cíclica, nascida no contato com a natureza, onde o Rio Deus – o Rio Nilo – estimava forte adoração. Simbolismo, expressando em sua rica mitologia a maneira como o universo era relacionado com o povo. O culto ao Sol – ao Deus Rá e em Amarna, ao Aton como personificação do disco solar –

²³ Ibid, idem, p.45.

²⁴ PESAVENTO, 2008, p.24.

²⁵ Ibid, idem.

²⁶ Ibid, idem, 2008, p. 16.

²⁷ PESAVENTO, 2008, p.16.

Revista Digital Simonsen

simbolizava as etapas agrícolas da morte e o renascimento das colheitas, da mesma forma que se expressava as etapas correspondentes a vida, em uma plena corrente que se prolongava para a vida no “além”. São essas concepções que buscam estabelecer um equilíbrio cósmico, uma ordem no plano terreno e mítico que é refletido nos campos da vida cotidiana, muito presente em sua produção material – arte, escrita, objetos de culto e proteção – para reforçar sua relação com a religião e contar sua história a partir de seus próprios olhos, nos possibilitando refletir sobre as múltiplas formas de perceber e compreender a História Cultural a partir de suas crenças, ritos e costumes.

Nesse contexto o uso das representações culturais voltadas para a religião dos antigos egípcios se tornam capazes ao longo do tempo de externar a realidade daquele povo. Para os egípcios a vida não tinha uma divisão, tudo era interligado para construir a certeza de um caminho contínuo. A vida terrenal era conectada à vida após a morte, enfatizando um “sentido cíclico do

Tempo e do universo”²⁸ apontando que o “conhecimento (mítico) do passado das coisas permitiria, pois, entender o seu desenrolar atual e futuro”²⁹.

CONCLUSÃO

Portanto, os *Shabtis* se configuram como uma expressão intensa da relação com a preparação da consciência dos antigos egípcios para a vida no pós-morte. São capazes de refletir a preocupação com a estabilidade do tempo cíclico *neheh* e o tempo linear do pós-morte, o *djet*. Atribuindo ao mundo dos mortos uma organização idêntica a vida terrenal, para que todo o equilíbrio do antigo Egito possa se encontrar em harmonia.

²⁸ CARDOSO, 2012, p. 94.

²⁹ Ibid, idem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AUBERT, Jacques-F. AUBERT, Liliane. *Statuettes Égyptiennes. Chaouabtis, Oucheptis*. Paris: Librairie d'Amérique et d'Orient Adrien Maisonneuve, 1974.

BURKE, Peter. *O que é História Cultural?* Tradução de Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar, 2ª ed.; 2008.

CARDOSO, Ciro Flamarion S.; VAINFAS, Ronaldo. *Novos Domínios da História*. São Paulo. Elsevier – Campos. 2011.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *O Trabalho Compulsório na Antiguidade*. Rio de Janeiro. Edições Graal, 2003.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *O Egito Antigo*. São Paulo, Brasiliense, 2ª ed., 2012.

CORREIA, Cristina Chautard Martins. *Estatuetas Funerárias Egípcias do Império Novo em Traje dos Vivos*. Tese para o Mestrado em História e Cultura Pré-Clássica. Universidade de Lisboa – Faculdade de Letras: Departamento de História, 2007.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1ª ed; 1999.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2ª ed.; 2ª reimp.; 2008.

SCHLÖGL, Hermann A.; BRODBECK, Andreas. *Ägyptische Totenfiguren aus Öffentlichen und Privaten Sammlungen der Schweiz*. Orbis Biblicus et Orientalis, Series Archaeologica, n°7, Universitätsverlag Freiburg Schweiz, Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 1990.

<http://www.museunacional.ufrj.br/dir/exposicoes/arqueologia/egito-antigo/estatuetas.html>

Consultado em 11/06/2016.

<http://significado-das-pedras.blogspot.com.br/2014/04/significado-da-pedra-serpentinita.html>

Consultado em 11/06/2016.

<http://portalpesquisa.com/egito/antigo-egito/o-livro-dos-mortos.html>.

Consultado em 19/07/2017.

Revista Digital Simonsen

Como citar: JUNIOR, Antônio Modesto dos Santos. *Os Partidos Políticos e o Golpe de 1964 na Bahia*. In: Revista Digital Simonsen, Nº 7, Agosto. 2017. Disponível em: www.simonsen.br/revistasimonsen ISSN:2446-5941

HISTÓRIA

OS PARTIDOS POLÍTICOS E O GOLPE DE 1964 NA BAHIA

Por: Antônio Modesto dos Santos Júnior¹

¹ Mestrando em História no programa de Pós-Graduação da Universidade Salgado de Oliveira.

RESUMO

O golpe civil-militar deflagrado em 1964 ocorreu com a participação dos partidos políticos em várias partes do Brasil. A Bahia, como outros estados, foi atingida pelos reflexos da derrubada do poder central pelos militares, os políticos que se opuseram ou não apoiaram a conspiração tiveram seus nomes cassados e alguns daqueles que conspiraram, também foram alcançados pelos atos de cassação. Alguns políticos, que eram simpatizantes com as reformas propostas pelo presidente João Goulart, para permanecerem no poder tiveram que apoiar o golpe. Na Bahia o político baiano Antônio Carlos Magalhães teve sua carreira política beneficiada com os militares e como presidente da UDN na Bahia fez articulações buscando visibilidade nacional.

PALAVRAS-CHAVES: Partidos – Golpe – Bahia – PSD - UDN.

INTRODUÇÃO

O golpe² instaurado em 1964 se deu em estreitas relações com partidos conservadores, como a UDN³ e o PSD⁴, sendo esse um dos motivos para muitos historiadores e cientistas políticos denominarem o processo como um golpe civil militar. O golpe de Estado foi legitimado pelo Congresso Nacional, de modo que o senador Auro de Moura Andrade declarou a vacância do cargo de presidente da República, estando João Goulart ainda em território nacional.

Propõe-se com este artigo abordar os impactos causados nos partidos políticos com o golpe de 64 na Bahia, fazendo referências a outros estados, que também foram atingidos com as mudanças estruturais na política no início da década de 1960. Alguns dos políticos que apoiaram o golpe, tiveram posteriormente seus nomes expurgados da política, sendo alcançados com os atos de cassação que foram predominantes neste período, como foram os casos do ex-presidente Juscelino Kubitschek, que se encontrava no mandato de senador por Goiás, e os governadores da Guanabara e de São Paulo, respectivamente, Carlos Lacerda e Adhemar de Barros.

O historiador norte-americano Thomas Skidmore (1988, p.45) apresenta o episódio ocorrido no Brasil em março de 1964, como um golpe civil militar. Ele destaca em sua obra alguns trechos do manifesto expedido pelo chefe do Estado-Maior do Exército Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, “o qual se justificava com dois objetivos; frustrar o plano comunista de conquista

² Utilizaremos neste trabalho o conceito de golpe de Estado defendido por Carlos Barbé, (1994, p.547) como um ato efetuado por órgãos do Estado, que na maioria dos casos é desenvolvido por um grupo militar ou pelas forças armadas como um todo, para o autor as consequências mais habituais consistem na mudança de lideranças políticas.

³ União Democrática Nacional.

⁴ Partido Socialista Democrático.

Revista Digital Simonsen

do poder e defender as instituições militares, como também restabelecer a ordem de modo que se pudessem executar as reformas legais” (SKIDMORE, 1988, p.45). O autor anteriormente citado demonstra que os militares com o golpe de 64:

Contrariaram a Constituição de 1946, a qual estipulava apenas três formas legais pelas quais um presidente vivo podia abandonar o cargo antes do fim do seu mandato: por renúncia, por impedimento votado pelo Congresso ou por se afastar do país sem aprovação legislativa. (SKIDMORE, 1988, p.45).

De acordo com Skidmore (1988, p.45), o governador da Guanabara Carlos Lacerda, líder nacional da UDN apresentava-se como um perigo para Castelo Branco e seus auxiliares, pois este político participou de momentos cruciais na dinâmica da conjuntura política brasileira, conforme se pode observar:

Em 1954 ele mobilizara a opinião pública (e, mais importante, a opinião militar) contra Getúlio Vargas que se suicidou em vez de renunciar. Em 1961 foi ele quem ajudou a incitar Jânio Quadros à renúncia, e em 1964 foi ainda ele, com a estridência de sua oratória, quem liderou a oposição civil contra João Goulart. (SKIDMORE, 1988, p.45)

A historiadora Maria Victoria Benevides (1981, p.137) demonstra que a UDN, tinha uma trajetória em 1964 de vinte anos recorrendo a intervenção militar, de modo que em todas as grandes crises, que vão desde 1945 a 1964, a UDN desempenhava forte vínculo com os militares. Benevides (1981, p.179) destaca que, de acordo com Hélio Jaguaribe a UDN desempenhava relações clientelísticas na Bahia, como em Minas Gerais e Espírito Santo.

Logo na Bahia a UDN se encontrava dividida entre as fortes correntes políticas; o “juracissimo”⁵, o “vianismo”⁶ e o “balbinismo”⁷. Entre estas correntes se encontrava uma tendência liberal, apoiada socialmente no pequeno e médio empresariado baiano e nos extratos intermediários da população representados em Lomanto Júnior e nos seguidores do ex-governador Otávio Mangabeira, e outra tendência conservadora, tendo a frente Luís Viana Filho⁸ e os Magalhães: Jutahy e Juracy, e ainda um grupo que militava duramente em oposição a Jango defendendo, sobretudo interesses da grande burguesia baiana.

O cientista político Paulo Fábio Dantas Neto (2006, p.16) assinala que houve um entendimento entre as duas fortes correntes políticas os “autonomistas”, seguidores de Otávio Mangabeira e os “juracissistas”, este entendimento resultou na eleição do governador Juracy

⁵ Seguidores do ex-interventor baiano Juracy Magalhães.

⁶ Seguidores do governador baiano Luís Viana Filho.

⁷ Seguidores do ex-governador baiano Antônio Balbino.

⁸ Exerceu seis mandatos de Deputado Federal (nos anos 30, pela LASP, liga eleitoral vinculada ao movimento autonomista, opositor ao governo de Juraci Magalhães e, depois de 45, pela UDN e PL), foi Chefe da Casa Civil e, por duas vezes, ministro interino da Justiça no Governo Castelo Branco, tornando-se governador da Bahia, por eleição indireta, em 1966. Posteriormente, pela Arena, elegeu-se senador, em 1974, assumindo a Presidência do Senado de 1979 a 1981, sendo reeleito Senador em 1982, já pelo PDS. Faleceu em 1990, no exercício do mandato.

Revista Digital Simonsen

Magalhães⁹ em 1959, que era udenista e em 1964 militou na Bahia duramente em favor do golpe, sendo beneficiado com os cargos de embaixador nos Estados Unidos e ministro da Justiça e Relações Exteriores nos governos militares.

O historiador Muniz Gonçalves Ferreira (2004, p.7) aponta que a Bahia experimentou no início da década de 60, assim como outros estados brasileiros um momento importante de modernização que coincidiu com a conjuntura golpista de 64. Partindo de estudos de autores como Dantas Neto (2006) que realizou uma biografia sobre um dos políticos baianos que compôs esse quadro da elite política baiana, podemos observar a importância de Antônio Carlos Magalhães, líder estadual da UDN, na consolidação do golpe de 64 na Bahia.

A sua chegada à Prefeitura de Salvador em 1967 foi apoiada pelos militares de maneira nítida, sendo indicado prefeito biônico recebeu “vultosas” verbas do presidente militar Castelo Branco, o que lhes rendeu o título de “prefeito do século”, por revistas que circulavam na época.¹⁰ O governador baiano Lomanto Junior¹¹ não foi favorável a decisão da entrega da prefeitura de Salvador a Antônio Carlos Magalhães, entretanto para o governador permanecer no cargo teve que aceitar a nomeação do prefeito e a perda de influência na Secretaria de Segurança Pública, que ficou sob a égide dos militares.

A sociedade política baiana passou por mudanças significativas em sua estrutura com o golpe de 64, Juracy Magalhães teve sua influência recuperada, e ascenderam nomes como Antônio Carlos Magalhães e Luís Viana Filho. Neste aspecto o autor João Carlos Teixeira Gomes (2001, p.55) aponta que “nenhum político baiano obteve mais proveitos em suas carreiras, com o golpe de 64, do que Antônio Carlos Magalhães, que apesar de suas notórias (e proclamadas) ligações com o cassado Juscelino, logo conquistou as simpatias de Castelo Branco” (GOMES, 2001, p.57).

⁹ Integrante do [movimento tenentista](#). Em [1933](#) atingiu a patente de Capitão; em [1940](#), a de Major; Tenente-Coronel em [1945](#); Coronel em [1950](#) e General em [1957](#). Apesar de nascido no [Ceará](#), foi na [Bahia](#) que fez carreira política. Sua trajetória política foi muito beneficiada pela proximidade com os militares. Exerceu os seguintes cargos: senador da República, deputado federal, adido militar e embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Ministro da Justiça e Relações Exteriores. Foi também o primeiro Presidente da [Petrobras](#) e presidiu a [Companhia Vale do Rio Doce](#).

¹⁰ Ver GOMES, João Carlos Teixeira *Memória das Trevas* São Paulo: Geração Editorial, 2001. p.59.

¹¹ Aliado ao governador [Otávio Mangabeira](#), elege-se prefeito, servindo-se do cargo para atrair a atenção de políticos de expressão nacional - o que o colocou na proa do cenário estadual. Iniciou, para isto, uma campanha municipalista, pregando a reforma da Constituição - tendo presidido a "Associação Brasileira dos Municípios". Esta administração alavancou sua estatura política, de forma a eleger-se deputado estadual e novamente prefeito, até pleitear a candidatura ao Governo, em 1962. A subsequente adesão de Lomanto à ditadura que se instalava, proporcionou ao seu governo a concretização na Bahia de algumas obras de destaque, tais como a estrada federal conhecida por "Rio-Bahia" (ainda em 1963), a estrada [Feira de Santana-Juazeiro](#), o [Teatro Castro Alves](#) e ampliação da usina hidrelétrica de [Paulo Afonso](#).

Revista Digital Simonsen

Como presidente regional da UDN, Antônio Carlos Magalhães se destacou como liderança e colaborou para a permanência da conjuntura golpista na década de 1960. O seu crescimento político ao lado das Forças Armadas fez com que este almejasse cargos majoritários como a Prefeitura de Salvador em 1967 e posteriormente o governo do Estado em 1970. A sua facilidade em fazer manobras políticas fez com que o político se aproximasse cada vez mais do poder central, por sua vez, concentrado nas mãos dos militares, de forma que Antônio Carlos Magalhães passou a não mais se subordinar aos caciques políticos baianos Juracy Magalhães e Luiz Viana Filho, os quais o político rompeu posteriormente.

Ao ser questionado sobre a sua participação no golpe de 64, Antônio Carlos Magalhães (1995, p.210) respondeu na obra *Política é Paixão* que “conspirou com pessoas de menor calibre: militares baianos e coronéis.”. O político ressaltou que no dia 31 de março de 1964 leu um discurso na Câmara dos Deputados, o qual foi elaborado por vários políticos da UDN. O referido parlamentar destacou que o discurso apresentava denúncias sobre as terras do presidente João Goulart, e que o líder nacional da UDN Carlos Lacerda pediu que ele lesse o discurso e não Aliomar Baleeiro um dos mentores da obra. De acordo com Magalhães (1995, p.211) o discurso foi muito tumultuado na Câmara, onde teve muita briga e foi relatado sobre a “apropriação indevida de terras por Jango em Goiás, Mato Grosso e Cáceres”.

É válido ressaltar que a Bahia no início da década de 1960 assistiu um cenário de mudanças na sua estrutura política, Dantas Neto (2006, p.93) destaca que os aliados de Jango na Bahia da linha PTB e PR, principalmente os da ala esquerda de ambos os partidos e ligados a sindicatos tiveram muitos de seus nomes cassados, entre eles os prefeitos de grandes cidades na Bahia como: Francisco Pinto em Feira de Santana; Pedral em Vitória da Conquista, Herval Soledade em Ilhéus e Virgildásio Sena em Salvador.

Em Feira de Santana, Francisco Pinto se candidata a prefeito pelo PSD em 1962 e vence o candidato da UDN, João Durval Carneiro, por uma diferença de apenas 40 votos. Ao assumir a prefeitura Chico Pinto, como era conhecido, buscou realizar uma administração inovadora para a época, se tornando o prefeito pioneiro no país a adotar o orçamento participativo. Entretanto com o golpe deflagrado, Feira de Santana também foi atingida com os impactos e o exército local cercou toda a praça do Paço Municipal, onde funcionava, além da prefeitura, a Câmara Municipal de Vereadores, tendo à frente das tropas o major Hélio Moreira, representante da VI Região Militar. O que resultou no afastamento do prefeito e na sua prisão posteriormente. Por sua vez a bancada da

Revista Digital Simonsen

UDN, sendo apoiada pelo PTB¹² aprovou a vacância do cargo, dando lugar aos militares empossarem o vereador Joselito Falcão Amorim como prefeito biônico.¹³

O prefeito de Salvador foi “deposto pelos militares por uma ação ostensiva e espetacular.” (GOMES, 2001, p.52). De forma que além de ter sido destituído com atos de violência, foi preso. Virgildásio Sena foi apoiado pelo udenista baiano Heitor Dias, mas foi eleito pelo PTB e se propunha com uma política modernizante, valorizando o planejamento e se comprometendo com reformas urbanas e sociais.

O historiador Muniz Ferreira (2004, p.18) assinala que Virgildásio Sena era um partidário da UDN, porém ao se manifestar a favor das reformas de base, foi considerado uma ameaça para os militares, os quais os destituíram do cargo e os confinaram na 6ª Região Militar cassando seus direitos políticos.

Logo, em Vitória da Conquista, terceira maior cidade da Bahia, o historiador Belarmino de Jesus Souza (2011, p.2) destaca que o candidato a prefeito pelo PSD José Fernandes Pedral nas eleições municipais de 1962 venceu o candidato da UDN Jesus Gomes dos Santos, o qual era vereador e presidente da Câmara dos Vereadores. Na sua gestão o prefeito de Vitória da Conquista se aliou ao governador do estado Lomanto Júnior, o qual de acordo com Belarmino (2011, p.6), no ano de 1963 se transferiu para a cidade com todo o secretariado permanecendo quase uma semana despachando com os prefeitos de cidades vizinhas. Ao fim da visita de Lomanto Júnior, a cidade recebeu o presidente João Goulart, ambos discursaram defendendo as reformas de base, dando ênfase a reforma agrária. Com a deflagração do golpe o Comando da VI Região Militar com sede em Salvador enviou o capitão Bendochi Alves Filho que determinou a prisão do prefeito, que para Belarmino (2011, p.8) foi uma virada de mesa oportunizando a chegada ao poder pelos udenistas derrotados em 1962.

Além dos prefeitos das grandes cidades da Bahia foram cassados outros prefeitos de cidades menores no interior, o jornal FOLHA DO NORTE apresenta uma matéria informando a cassação dos prefeitos de Esplanada e Itamaraju. O Jornal informou com o objetivo de tranquilizar o povo e se apresenta da seguinte forma: “Fique o povo tranquilo porque os traidores da Pátria serão punidos e não terão armas para tramar a destruição da liberdade e da Democracia”. (Jornal FOLHA DO NORTE 11 de Abril de 1964).

A cassação do ex-presidente Juscelino Kubitschek pode ser considerada um episódio fundamental no entendimento das relações partidárias no período do regime militar. O jornalista Carlos Chagas (2013, p.34) aponta que o ex-presidente esteve na reunião da cúpula do PSD na residência do

¹² Partido Trabalhista Brasileiro.

¹³ JORNAL FOLHA DO NORTE, 3 de abril de 1964.

Revista Digital Simonsen

deputado Joaquim Ramos, onde estavam presentes as principais lideranças do partido. Nesta reunião Juscelino Kubitscheck externou preocupação com as eleições presidenciais que deveriam acontecer em 1965 e o general Castelo Branco assegurou que as eleições ocorreriam. Antônio Carlos Magalhães (1995, p.32) também relata esta reunião e destaca que Castelo Branco aceitou o voto de Juscelino e o apoio do PSD no Congresso em troca da candidatura de José Maria Alckmin como vice-presidente.

Skidmore (1988, p.67) assinala que o nome de Juscelino Kubitscheck ao entrar na lista de cassação causou surpresa para a elite política da década de 60. O ex-presidente quando foi cassado se encontrava no mandato de senador pelo estado do Goiás e o presidente Castelo Branco, de acordo com o autor fez objeções para não puni-los com a cassação, pelo fato dele ser o presidente de honra do PSD, além de possuir uma força importante no Congresso devido a sua apreciável diplomacia. Antônio Carlos Magalhães (1995, p.32) observa que a cassação de Juscelino foi uma das fraquezas de Castelo Branco e afirma que quem cassou o ex-presidente foi Carlos Lacerda e o general Costa e Silva.

É válido ressaltar que a cassação do ex-presidente causou repercussão também nos Estados Unidos, Skidmore (1988) destaca que a embaixada americana advertiu Castelo Branco e a cúpula militar que o expurgo de Juscelino seria mal recebido pela opinião pública americana e europeia. (SKIDMORE, 1995, p. 61).

A autora Maria Helena Moreira Alves (1987, p.108) ao abordar sobre a cassação do ex-presidente apresenta que os militares tinham como intenção eliminá-los de qualquer futura sucessão presidencial. Ela aponta que esse temor dos militares em relação a Juscelino Kubitschek se pautou no fato do ex-presidente ainda obter forte prestígio popular, ficando explícito nas eleições para governador, onde o PSD, partido do ex-presidente, sob a tutela do mesmo, saiu vitorioso em vários estados.

O episódio da cassação do Juscelino Kubitscheck contribuiu para a admiração dos militares com Magalhães, particularmente a do presidente Castelo Branco. De acordo com o político baiano em sua obra *Política é Paixão* o ex-presidente Juscelino, ao ser cassado do seu mandato de senador entra em contato por telefone com ele, e demonstra seu descontentamento com o governo militar, afirmando que o “Castelo com esse ato irá entrar pelas portas do fundo da história” (MAGALHÃES, 1995, p.34). Logo, Antônio Carlos Magalhães ao conversar telefonicamente com o ex-presidente defendeu o Castelo Branco e atribuiu a sua cassação ao Carlos Lacerda e ao Costa e Silva e por fim os repeliu dizendo “O Castelo não é isso que o senhor está dizendo”. Magalhães (1995, p.35) relata que Castelo Branco tem acesso a conversa por meio de escuta telefônica, o político baiano não revela se a defesa foi proposital, mas sublinha que sabia da escuta.

Revista Digital Simonsen

A defesa feita por Antônio Carlos Magalhães garantiu-lhes a aproximação com o presidente militar. Após o episódio da escuta telefônica se estreitam os laços de aproximação entre o político baiano e o presidente militar Castelo Branco. Gomes (2001, p.58) destaca que o presidente lhe concedeu a administração da capital baiana em 1967 além de contribuir com “vultosas verbas”. Magalhães (1995, p.63) descreve que Castelo Branco apostou nele como administrador a ponto de fazer o ato complementar nº 32, antecipando a posse de um ou dois prefeitos, pois de acordo com o político baiano o presidente sabia que o seu sucessor Costa e Silva revogaria sua nomeação.

A cientista da informação Clarissa Maria de Azevedo Amaral (2007, p.69) aponta que Antônio Carlos Magalhães buscou a todo o momento se aproximar de Castelo Branco e além do episódio da escuta telefônica o político baiano se ofereceu para rebater um discurso que Carlos Lacerda dirigiu contra Castelo Branco os chamando de “Lili da rua Conde Lage” (onde ficava localizada naquela época a zona do meretrício carioca).

De acordo com Amaral (2007, p.69), Antônio Carlos Magalhães telefonou para Castelo Branco se oferecendo para fazer o discurso contra Carlos Lacerda na Câmara e no dia seguinte o general Golbery do Couto e Silva informou que o presidente havia autorizado uma hora na rede de televisão para que ele respondesse a Carlos Lacerda. O político baiano se reuniu com Roberto Marinho e arquitetou um pronunciamento, fundamentado em pesquisas feitas pelo empresário nos arquivos do Jornal *O Globo* contra Carlos Lacerda. “No dia seguinte de pé segurando o papel com resumo das denúncias, Antônio Carlos Magalhães atacou Carlos Lacerda durante uma hora, ao vivo, em horário nobre.” (AMARAL, 2007, p.69).

O estudo das relações políticas na Bahia no início da década de 60 permite o entendimento da permanência de alguns políticos no poder, abordar nomes como o de Lomanto Junior, Antônio Carlos Magalhães e dos arautos da política baiana Juracy Magalhães e Luís Viana Filho elucidam as relações que a elite política baiana manteve com o poder central durante o regime militar, neste contexto pode se observar aspectos das relações partidárias da UDN, PTB e PSD no plano estadual. Neste aspecto, o cientista político Antônio Sergio Alfredo Guimarães (2003, p.103) destaca que a nas eleições de 1962 na Bahia o PTB, que embora no plano nacional fosse aliado do PSD, na Bahia se une a UDN em prol da candidatura de Lomanto Júnior.

Dentre essas elites políticas, pode-se destacar a influência da UDN, de forma que muitos dos políticos que não se encontravam inseridos neste partido que foi fundamental na articulação do golpe tiveram seus nomes “expurgados” da política. A UDN, partido conservador, tinha grande influência na conjuntura política do período antes do golpe e ainda no momento do golpe, fato evidenciado na relação cautelosa que o presidente militar Castelo Branco mantinha com Carlos Lacerda.

Revista Digital Simonsen

Carlos Chagas (2013, p. 77) demonstra que o governador da Guanabara Carlos Lacerda, um dos principais nomes da UDN no país, desempenhou um papel influente nos momentos que sucederam ao golpe, enquanto o governador mineiro também da UDN Magalhães Pinto atuou mais intensamente no momento do golpe. Carlos Chagas (2013, p.78) ainda aponta que o apartamento do governador da Guanabara foi palco de diversas reuniões com os governadores conspiradores: Ney Braga, eleito pelo PDC¹⁴ no Paraná; Fernando Correia, eleito pela UDN no Mato Grosso; Ildo Menegheti, eleito por uma coligação do PSD, UDN, PL¹⁵, PRP¹⁶ e PDC no Rio Grande do Sul. Nessas reuniões também frequentavam nomes que se beneficiaram com os desdobramentos do golpe ocupando importantes cargos durante o regime como: Juracy Magalhães, o deputado federal Armando Falcão eleito pelo PSD, que exerceu o cargo de ministro da Justiça nos governos militares e a deputada federal eleita pela UDN Sandra Cavalcanti, que foi nomeada presidente do Banco Nacional de Habitação.

O historiador Muniz Ferreira (2004, p.13) assinala que o golpe de estado de 1964 na Bahia e no restante do país foi um divisor de águas. Ao tempo que atraiu apoio dos segmentos mais conservadores e antidemocráticos da sociedade civil, mobilizou contra si as ações e as vontades dos setores democráticos, progressistas e reformadores da sociedade brasileira e baiana. E nesse cenário de mudanças, alguns políticos que construíam a sua trajetória política em seus respectivos estados tiveram seus nomes “ofuscados” pelo golpe, resultando no declínio do populismo, foi o que ocorreu na Bahia com o governador Lomanto Junior:

O golpe de 64 acelerou substanciais transformações na dinâmica do poder neste estado. O triunfo da conspiração de Mourão Filho representou, no plano local, a derrota do “populismo moderado” de Lomanto Júnior e o colapso da política pendular da ala liberal da UDN. Com a formação do Governo Castelo Branco, ascende ao primeiro plano da política baiana, aumentando concomitantemente sua influência política na esfera federal, a facção conservadora de Luís Viana Filho. (FERREIRA, 2001, p.14)

É importante destacar que apesar dos impactos políticos sofridos no governo de Lomanto Júnior, o golpe de 64, de acordo com Ferreira (2001, p.14) não interrompeu, mas atribuiu continuidade e êxito a afirmação de interesses econômicos modernizantes, que já vinham se articulando na Bahia na década anterior. Ferreira (2001, p.12) ainda aponta que o governo de Lomanto Júnior foi resultado da aliança da UDN e PTB na Bahia, a qual tinha como oposição Waldir Pires pelo PSD, Lomanto Júnior para permanecer no poder teve que atuar no período anterior ao golpe dialogando com os Magalhães e João Goulart, buscando pacificar os atritos entre a UDN e o PTB.

¹⁴ Partido Democrata Cristão.

¹⁵ Partido Libertador.

¹⁶ Partido da Representação Popular.

Revista Digital Simonsen

Gomes (2001, p.54) assinala que Lomanto Junior teve que obedecer às ordens dos militares e iniciou através da Secretaria de Segurança Pública uma política repressiva no Estado. Os políticos que conseguiram se manter nos cargos aderiram a nova ordem, e se inseriram posteriormente na ARENA e no MDB. Logo, a estrutura do PSD sofreu com cassações ficando fora do plano estadual baiano, e políticos como Waldir Pires, ex - Consultor - Geral da República, tido como liderança dos correligionários do ex-governador Antônio Balbino se exilou e Oliveira Brito¹⁷, ministro no governo Jango, ficou de fora da política nacional sendo vitimado pelo Ato Institucional n° 5.

É válido ressaltar que Lomanto Júnior detinha um relacionamento de aproximação com o então presidente João Goulart. De acordo com Guimarães (2001, p.123) o governador baiano buscava exercer uma liderança baseada na prudência e conciliação. Já Ferreira (2001, p.6) aponta que Lomanto Júnior ao se encontrar triunfante na corrida eleitoral e investido no governo do estado teve como tarefa o empreendimento de uma apreciável obra de engenharia política, sendo que o governador da Bahia procurou conter os ânimos das forças sociais em confrontação ao presidente João Goulart, como também buscou amenizar a luta contra as reformas de base, de maneira que Lomanto Júnior era apreciador do projeto.

Sendo assim, Ferreira (2001, p.6) assinala que o governador ofereceu apoio ao presidente João Goulart, no entanto procurou distanciar-se dos componentes mais reformistas de suas proposições governamentais. O governador da Bahia em uma de suas primeiras entrevistas depois de eleito teve como primeira declaração de apoio a Jango a denúncia da pobreza crônica que pairava no estado e defendeu o presidencialismo, prestigiando a SUDENE¹⁸, criada por Juscelino Kubitschek.

Contudo, o autor anteriormente citado destaca que depois da visitação no Palácio da Aclamação pelo general de Brigada Manoel Mendes Pereira a decisão do governador sofreu modificações pendendo para o lado dos golpistas, e no dia 2 de abril de 1964 comunicou pela televisão ao povo baiano o apoio ao golpe de 64.

O governador de Pernambuco Miguel Arraes eleito pelo PST¹⁹ e apoiado pelo PCB²⁰ e PSD venceu o candidato da UDN nas eleições de 1962, e embora seu governo obtivesse apoio de parcelas do PTB e da Igreja enfrentou forte resistência dos grandes proprietários rurais do Estado, mais precisamente os usineiros, como também de muitos deputados na Câmara. Arraes se projetou meteoricamente no Nordeste e chegou a oferecer risco a Jango e seu cunhado Leonel Brizola, de modo que Arrais chegou a idealizar uma frente única dos governadores da região, e procurou se

¹⁷ Deputado Federal pela Bahia de 1951 a 1968, ministro da Educação e das Minas e Energia.

¹⁸ Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.

¹⁹ Partido Social Trabalhista.

²⁰ Partido Comunista Brasileiro.

Revista Digital Simonsen

relacionar com o de Sergipe, Bahia, Piauí, Paraíba e Rio Grande do Norte, entretanto essa frente não saiu do campo das ideias.

O governador Arraes esteve presente no comício decisivo do dia 13 de março na Central do Brasil e com a deflagração do golpe de 64 o general Justino Alves Bastos colocou tropas do IV Exército de prontidão em Pernambuco. O comandante do 3º Distrito Naval, Vice-Almirante Augusto Roque Dias Fernandes, tentou convencer o governador de Pernambuco a assinar um documento de renúncia, entretanto ele não cedeu, o que lhes resultou na sua deposição do cargo e prisão ainda do dia 1º de abril pelo coronel João Dutra de Castilho e o tenente-coronel Ivan Rui Andrade de Oliveira.

Por sua vez, o governador de Sergipe Seixas Dória foi eleito pela coligação formada pelo PSD e PRT²¹ e algumas parcelas do PTB e PR²², chegou a fazer parte do manifesto dos governadores democratas encabeçado por Adhemar de Barros. Assim como Arraes, também esteve presente no comício da Central do Brasil e devido a sua aproximação com o líder comunista Gregório Bezerra e apoio a Jango nas reformas de base, foi deposto e preso, tendo seus direitos políticos suspensos por dez anos.

Diferentemente, dos governadores nordestinos que foram depostos e presos, o governador do estado do Rio de Janeiro Badger Silveira, eleito em uma coligação entre o PTB e o PDC foi afastado do governo através de um impeachment, e logo depois cassado pelo ato institucional nº 1. Embora, Badger Silveira em sua campanha eleitoral defendesse a implantação das reformas de base e também tivesse comparecido ao comício na Central do Brasil, chegando apoiar a constituição de uma Frente de Apoio às Reformas de Base, idealizada pelo deputado Francisco Clementino, o governador do Rio ao se sentir ameaçado pelos atos de cassação e impeachment que vinha ganhando força na Assembleia Legislativa nega qualquer ligação com os comunistas e chega a destacar veemente que nomeou um padre para chefiar o Plano Agrário Estadual, buscando assim afirmar sua posição de católico e antiesquerdista. Na posse de Castelo Branco, o governador o governador carioca chegou a comparecer, mas acabou sendo afastado no mês seguinte.

Já os governadores Petrônio Portella do Piauí, eleito pela UDN e Virgílio Távora do Ceará, eleito pela coligação PSD, UDN e PTN²³ chegaram a simpatizar com as reformas janguistas, mas com a deflagração do golpe acabaram ficando ao lado dos militares, como aconteceu com o governador baiano Lomanto Júnior, que conseguiu permanecer no cargo, tendo que aceitar uma série de concessões aos golpistas, iniciando pela Secretaria de Segurança Pública que ficou sob a égide dos militares, e a aceitação da nomeação de Antônio Carlos Magalhães na Prefeitura de

²¹Partido Rural Trabalhista.

²²Partido Republicano.

²³Partido Trabalhista Nacional.

Revista Digital Simonsen

Salvador em 1967. Ferreira (2004, p.7) assinala que o governador Lomanto Júnior chegou a se reunir com sindicalistas na expectativa de organizar um movimento em defesa do mandato de João Goulart.

A adesão do governador Lomanto Junior é algo bastante analisado, pois é nessa decisão que as relações partidárias se apresentam de maneira nítida, o político Antônio Carlos Magalhães se encontra inserido neste contexto, de maneira que ele exercia a função de presidente regional da UDN, partido que deu forte apoio ao golpe, e foi decisivo na pressão dada ao governador baiano.

Os jornais noticiaram a posição do governador e apresentaram que não apenas ele apoiava o golpe, mas também as forças políticas do Estado, representadas por fortes partidos como a UDN, que tinha como principal liderança a figura do deputado Antônio Carlos Magalhães. O político revelou na obra *Política é Paixão* que mesmo sem ser deputado comandava a bancada da UDN, e assinalou ainda que “tinha mais prestígio do que muitos deputados” (MAGALHÃES 1995 p. 55)

Pode-se perceber de acordo com Ferreira (2004) que a pressão dos militares sobre o governador foi essencial para sua mudança política. A Revista *O Cruzeiro* ainda na matéria sob os efeitos da “Revolução” no Nordeste apresentou o papel do deputado Paranhos de Oliveira na decisão tomada pelo governador. A revista demonstrou que o deputado foi responsável por aproximar Lomanto Junior dos militares, onde o mesmo acabou por entender que não restava outra saída.

A Revista A MANCHETE apresentou que o General Justino Alves foi um homem muito significativo na decisão do governador que não aderiu ao golpe de estado instaurado em 1964 desde o início, diferentemente de Antônio Carlos Magalhães, Juracy Magalhães e Luiz Viana Filho, os quais se beneficiaram com cargos em ministérios e embaixadas. Lomanto Júnior buscou a neutralidade nos acontecimentos até os últimos instantes. A Revista A MANCHETE de maio apresentou um depoimento do general Justino Alves, no qual assinalava a relação dos militares com o governador baiano e se referiu da seguinte maneira “As relações entre o IV Exército e o Governador Lomanto Junior, como sempre são excelentes, pois se consolidaram num clima de admiração e perfeita confiança.” (Revista A MANCHETE 2 de maio de 1964)

Dantas Neto (2004, p.56) assinala também que os políticos baianos que apoiaram o golpe, entenderam que não era o caso de depor o governador Lomanto Junior, como fizeram com o prefeito de Salvador e de outras cidades. O fato de o governador ser popular ajudou a convencer os militares a não cassá-lo, sendo assim, de acordo com Dantas Neto era inconveniente e desnecessário confrontar o senso político comum. O governador não foi deposto, porém teve que formar um novo secretariado, a princípio Lomanto Júnior se apresentou contrário a reforma em seu governo e teve como resposta o manifesto das bancadas da UDN, PDC e PL. A UDN foi o único partido a

Revista Digital Simonsen

conservar espaço no governo do estado e ocupou em consórcio informal com Luís Viana Filho do PL a Secretaria da Fazenda.

Ao analisar o livro *Política é Paixão*, escrito por jornalistas, que se reuniram e interrogaram Antônio Carlos Magalhães durante dez horas por dois dias consecutivos abordando episódios relevantes da elite da política brasileira, pode-se observar a intrínseca relação entre os militares e os políticos baianos. As revistas que circularam na época como *A Manchete* e *O Cruzeiro*, e o jornal da cidade de Feira de Santana o *Folha do Norte* também apresentam fatos importantes que explanam essas relações partidárias.

FONTES

Revista Cruzeiro abril e maio de 1964.

Revista A Manchete maio de 1964.

Jornal Folha do Norte de 1964.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Maria Helena Moreira *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)* / Bauru, São Paulo: Edusc, 2005.

AMARAL, Clarissa Maria de Azevedo. *Controle e uso da informação: estratégia de poder e dominação do grupo liderado por Antônio Carlos Magalhães (1985-2006)* / Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Instituto de Ciência da Informação. UFBA - 2007

CHAGAS, Carlos, *A ditadura militar e os golpes dentro do golpe*. 2ºed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

FALCÃO, Armando. *Tudo a declarar*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira 1989.

FERREIRA, Muniz Gonçalves *O Golpe de Estado de 1964 na Bahia*. *Clio - Revista de Pesquisa Histórica* (ISSN 0102-9487), 2004.

FICO, Carlos *Além do golpe, a tomada de poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar*, Rio de Janeiro, Record, 2004.

GOMES, João Carlos Teixeira *Memória das Trevas* São Paulo: Geração Editorial, 2001. p.57

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo *A formação e a crise da hegemonia burguesa na Bahia (1930-1964)*, dissertação apresentada ao Mestrado de Ciências Humanas da UFBA, 1982.

MAGALHÃES, Antônio Carlos, 1927- *Política é Paixão / Antônio Carlos Magalhães*; participam, Ancelmo Góis, Marcelo Pontes, Maurício Dias, Miriam Leitão, Rui Xavier. – Rio de Janeiro: Revan, 1995.

Revista Digital Simonsen

NETO, Paulo Fábio Dantas. *Tradição, autocracia e carisma: a política de Antônio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954 – 1974)*. Belo Horizonte, Editora UFMG/Rio de Janeiro, IUPERJ, 2006.

NETO, Paulo Fábio Neto, *Dobrando a esquina: as elites baianas diante do golpe de 64*. Jornal A Tarde - Salvador /BA. 2004.

PEREIRA, Carla Galvão, *Continuidade ou Mudança? Análise comparativa entre os governos de Antônio Carlos Magalhães em 1971-1975 e 1991-1995*, Salvador 2007.

RUBIM, Antônio Albino Canelas ACM: *Poder, Mídia e Política*, Salvador 2000.

SKIDMORE, Thomas E., *Brasil de Castelo a Tancredo, 1964 – 1985* trad. Mario Salviano Silva. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 45.

Revista Digital Simonsen

Como citar: CESAR, Caio. “*O pertencimento do samba*”: análises do carnaval carioca (1929 – 1945). In: Revista Digital Simonsen, N° 7, Agosto. 2017. Disponível em: www.simonsen.br/revistasimonsen ISSN:2446-5941.

HISTÓRIA

O PERTENCIMENTO DO SAMBA – ANÁLISES DO CARNAVAL CARIOCA (1929 – 1945)

Por: Caio Cesar Soares Pereira²⁴

²⁴ Mestrando no programa de pós-graduação em História do Brasil pela UNIVERSO sob a orientação da Prof. Dr. Karoline Carula.

RESUMO

Uma escola de samba vai além do carnaval, tais agremiações compartilham de experiências do cotidiano da comunidade a qual pertence. Caberemos aqui investigar o desenvolvimento do processo de pertencimento das escolas de samba no carnaval carioca.

PALAVRAS-CHAVE: Escola de Samba – Carnaval – Cultura – Política – Imprensa

INTRODUÇÃO**O SAMBA “DOMINANDO” O MUNDO**

Com a decadência dos partidos regionais, oriundos da “Política dos governadores” também extinta, e a vitória da revolução de 30, um novo ciclo brasileiro iniciara e em três de novembro de 1930, Getúlio Dornelles Vargas ocupa o posto da presidência do Brasil²⁵, carismático, buscando sempre uma aproximação com setores mais populares a ponto de ser chamado de “Seu Gegê” ou de “Pai dos pobres” pelos sambistas da época. De uma ideologia nacionalista forte e presente no governo, o então presidente Getúlio Vargas seria responsável por um projeto de caráter trabalhista visando uma valorização do trabalhador e da cultura nacional, ou também chamado “coisas nossas”²⁶, pensamento este que já viria a ser manifestado por intelectuais na década de 1920²⁷. O fenômeno, então recente, das escolas de samba passou a ser constantemente presente nos carnavais do Rio de Janeiro competindo em desfiles primeiramente organizados pela imprensa carioca. Posteriormente tais agremiações carnavalescas receberiam o apoio do poder público na década de 1930, lutando assim para um pertencimento de maior relevância dentro da pluralidade cultural presente no carnaval carioca.

O samba seria um dos principais produtos da cultura brasileira a ser explorado, é claro que com esse crescimento do samba o “pai dos pobres” foi um dos presidentes mais cantados na história do Brasil:

“No palácio das Águias foi o senhor
Levantando o povo, trabalhador
Do solo fez jorrar o negro ouro
E a usina do aço, transformou em tesouro
Ô, ô, ô, ô Getúlio Vargas
O guerreiro vencedor”.

²⁵ BERCITO, Sonia de Deus Rodrigues. Nos tempos de Gétulio – Da revolução de 30 ao fim do estado novo. P.3; Editora: Atual; Ed: 19ª ; São Paulo; 1990;

²⁶ DINIZ, André. Almanaque do samba – A história do samba, o que ouvir, o que ler, onde curtir.p.78; Editora: ZAHAR; Ed.3ª; Rio de Janeiro;2012.

²⁷ VIANNA, Hermano. O mistério do samba.p. 27, 28. Editora:ZAHAR; Ed.2ª; Rio de Janeiro;2012.

Apesar do primeiro concurso das escolas de samba ser reconhecido como o que viria a acontecer em 1932, outra disputa de conjuntos carnavalescos já havia ocorrido em 1929, concurso promovido pelo sambista Zé Espinguela em sua casa, no bairro de Engenho de Dentro, no dia de São Sebastião e não no carnaval. Os conjuntos a se apresentarem foram: Mangueira (que seria oficializada em Outubro do mesmo ano), conjunto de Oswaldo Cruz (o que se tornaria futuramente na escola de samba Unidos da Portela) e os sambistas do Estácio. Este concurso recebeu o apoio do jornal “A Vanguarda” mas não seria considerado como um desfile, já que não ocorreu um desfile, apenas um embate entre os sambas concorridos, cada conjunto apresentaria dois sambas, o conjunto de Oswaldo Cruz sairia vencedor com o samba de Heitor dos Prazeres “A tristeza me persegue”²⁸.

Em 1932 o jornal “Mundo Sportivo” promoveu o que se seria conhecido como o primeiro desfile das escolas de samba no Rio de Janeiro. Jornal dirigido pelo jornalista Mário Filho que também era seu proprietário; Tal jornal, como já se sugere o nome, era especializado em esportes e quando o campeonato de futebol chegava ao fim o jornal tinha suas temáticas de publicações limitadas como afirma o desenhista e compositor Antônio Nassara em uma entrevista para a revista “Eu&Ela” reescrita por Sergio Cabral:

Naquele tempo, praticamente, só existia futebol e um pouco de remo. [...] Quando acabava o campeonato, o jornal ficava três, quatro meses sem muito o que noticiar. Foi então que um repórter teve uma ideia genial. Foi o Pimentel[...]Estava por dentro dessa história de escola de samba. Então Mário Filho, que era um homem de grande, enorme visão, encomendou a Pimentel entrevistas com o pessoal da escola de samba. Sinhô, Almirante e até Noel apareciam e davam entrevista. Mas o pessoal das escolas de samba, não. Ninguém sabia da existência deles. [...]Quando dá um estalo genial, genial mesmo, no Mário Filho “Ô Pimentel! E se, em vez de entrevistas, a gente fizer uma disputa entre eles(interrogação)” Eu estava lá na sala e ouvi tudo. Naquele momento, nascia o concurso das escolas de samba

Dava-se início ao primeiro desfile das escolas do samba do Rio de Janeiro, o local escolhido seria a Praça Onze, chamada de “África em miniatura” por Heitor dos Prazeres. Dezenove escolas participaram do concurso, cada escola teria o direito de cantar até três sambas, a Mangueira foi campeã contando apenas dois sambas “Pudesse meu ideal”, de Cartola e Carlos Cachça, e “Sorri”, de Lauro dos Santos, o Gradim. O segundo lugar foi da escola de samba Vai como pode²⁹ (novo nome do conjunto de Oswaldo Cruz que se tornaria futuramente em Portela), que se tornaria a escola a ter o samba de maior sucesso naquele ano, o “Dinheiro não há”, de Ernani Alvarenga.

²⁸ LOPES, Nei;SIMAS, Luís Antônio. Dicionário da história social do samba.p.117; Editora: Civilização brasileira; Ed:1ª; Rio de Janeiro; 2015;

²⁹ CABRAL,Sergio.Escolas de samba do Rio de Janeiro.p.75;Editora:Lazuli; Ed.1ª; São Paulo; 2011;

Revista Digital Simonsen

O primeiro desfile das escolas de samba, ocorrido em 1932, foi um sucesso a ponto de ser apoiado por vários outros jornais, incluindo o jornal “O globo” que com o fim do jornal “Mundo sportivo” aderiu à missão de promover e cobrir o desfile de 1933. Entretanto o carnaval das escolas de samba também contou com o jornal “Correio da Manhã” para fazer a cobertura dos desfiles de domingo³⁰. O jornal “O globo” apresentava novas regras para o desfile, seriam julgados a poesia do samba, o enredo, a originalidade e o conjunto, cada “escola” deveria executar dois sambas, entregando aos juízes as letras dos respectivos sambas. O carnaval de 1933 foi o primeiro desfile das escolas de samba que recebeu auxílio financeiro do poder público, o então prefeito da época, o interventor Pedro Ernesto, liberou uma modesta verba para o carnaval daquele ano³¹.

O jornal “O globo” oferecia troféus para as cinco primeiras escolas de samba³². A escola de samba “Estação primeira de mangueira” consagrou-se novamente campeã no carnaval de 1933 com o enredo “Uma segunda-feira no Bonfim, na Ribeira” desfilando fazendo uma homenagem a imprensa carioca em seu segundo painel apresentado no desfile “Salve a Imprensa”, nota-se o sentimento de gratidão por parte da “escola”. O segundo lugar seria da “Azul e branco” “escola” do morro do salgueiro, o terceiro a “Unidos da Tijuca”, a escola de samba “Vai como pode” (antes chamada de conjunto de Oswaldo Cruz e posteriormente a famosa Portela) ficou em quarto lugar empatada com a “De mim ninguém se lembra” localizada no bairro de Bento Ribeiro.

Em 1934 a “Azul e branco” e outras três “escolas” do morro do salgueiro entravam em crise, sete mil moradores do morro do salgueiro estavam sofrendo ameaças de despejo por Emílio Turano, um italiano que afirmava ter comprado o morro do Salgueiro por 20 contos de reis, houve resistência por parte dos moradores, tal luta liderada pelo sambista Antenor Gargalhada, sambista da “Azul e branco” que se tornou a primeira associação de moradores do Rio de Janeiro. A escola de samba mobilizou a população do morro do Salgueiro e contratou um advogado, Dr. João Luiz Regadas. Em 8 de Janeiro de 1934 a causa foi favorável à população do morro do Salgueiro³³, isto viria a prejudicar a escola de samba “Azul e branco” que somente começou a arquitetar o seu carnaval com o fim do embate na justiça, a situação da “escola” pirou quando o carnaval de 1934 foi antecipado pelo prefeito Pedro Ernesto para o dia de São Sebastião, dia 20 de janeiro.

O carnaval de 1934 ocorreu no campo do Santana, a festa foi promovida pelo jornal “O país”, os ingressos eram pagos e o desfile foi em homenagem a Pedro Ernesto, entretanto somente

³⁰ Idem.p.84.

³¹ LOPES, Nei; SIMAS, Luiz Antônio. Dicionário da história social do samba. p.117 – 118. Editora: Civilização brasileira; Ed:1ª; Rio de Janeiro; 2015.

³² CABRAL,Sergio.Escolas de samba do Rio de Janeiro.p.85.Editora:Lazuli; Ed.1ª; São Paulo; 2011.

³³ COSTA,Haroldo.Salgueiro academia de samba.p.29.Editora: Record;Ed. 1ª; Rio de Janeiro;1984.

Revista Digital Simonsen

7% da receita distribuída para o carnaval foi destinada para as escolas de samba³⁴, que recebiam menos do que os blocos carnavalescos, revelando o baixo prestígio das escolas de samba na primeira metade da década de 1930.

No ano de 1934 a “Estação primeira de Mangueira” se consagraria novamente a campeã com o enredo “República da orgia”, apresentando um enredo de sabor humorístico, a escola de samba “Vai como pode” ganhou o segundo lugar, prêmio recebido por Paulo da Portela³⁵

Em Setembro de 1934 foi criada a união das escolas de samba, a União das escolas de samba - UES, tal organização tinha como finalidade organizar os festejos e os desfiles como também representar as escolas de samba em reuniões para buscar favores com autoridades municipais ou federais. A primeira ação da UES foi a oficialização dos desfiles, garantindo um apoio financeiro oficial, como já aconteciam com as grandes sociedades carnavalescas, os blocos e com os ranchos, alegando que os desfiles das “escolas” era uma atração turística, a reivindicação foi aceita e a verba seria transferida para a UES, para que a mesma repassasse para as 25 filiadas à União das escolas de samba.

Graças a UES o carnaval de 1935 teria o primeiro desfile carnavalesco oficialmente financiado pela prefeitura do Rio de Janeiro, as escolas de samba concordaram em apresentar o enredo “A vitória do samba” naquele carnaval, a escola campeã receberia o troféu Pedro Ernesto. A escola de samba “Vai como pode” agora chamada de “Portela” deu início naquele ano à uma série de vitórias nos desfiles das escolas de samba apresentando o enredo “O samba dominando o mundo”.

Em 1942 o Brasil recebia a visita de Walt Disney por conta da política da “Boa vizinhança”, segundo ao pesquisador Sergio Cabral, no dia 24 de Agosto Paulo da Portela fazia as honras de receber Walt Disney na quadra da Portela. O envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial era cada vez maior, em Maio de 1942 o Brasil assina um acordo militar com os Estado Unidos da América, em Agosto navios brasileiros são torpedeados e afundados por submarinos alemães, o que causaria a entrada do Brasil na guerra, dentre os sobreviventes do navio “O Itagiba” estava um dos maiores compositores de samba-enredo da história do carnaval carioca: O mestre Silas de Oliveira³⁶

³⁴ CABRAL, Sergio. Escolas de samba do Rio de Janeiro. P.95. Editora: Lazuli; Ed. 1ª; São Paulo; 2011;

³⁵ Iden.p.95 -96.

³⁶ Compositor da escola de samba “Império Serrano”, das suas obras se destacam os sambas “Aquarela Brasileira”, “Meu drama” e “Heróis da liberdade”.

Revista Digital Simonsen

Em 1943 a prefeitura do Distrito Federal não ofereceu nenhum financiamento às instituições carnavalescas, os blocos e os ranchos decidiram suspender as suas atividades naquele carnaval, entretanto, as escolas de samba decidiram que não iriam cancelar o carnaval, contribuindo e colocando-se na disposição da União nacional dos estudantes e da Liga de defesa nacional. Apresentaram-se em janeiro de 1943 no campo de São Januário, a pedido da primeira dama, Darci Vargas, as escolas de samba: Azul e Branco, Unidos da Tijuca, Unidos do Salgueiro, União de Sampaio, Portela, Cada ano sai melhor, Estação primeira de Mangueira, Paz e amor, Deixa malhar, Lira do amor, Depois eu te digo, Império da Tijuca e Mocidade louca de São Cristóvão. Naquele ano a Portela se apresentaria com um samba em propaganda ao Brasil na guerra, mas com palavras nada agradáveis ao Estado Novo de Getúlio Vargas³⁷:

Democracia
 Palavra que nos traz felicidade
 Pois lutaremos
 Para honrar nossa liberdade
 Brasil! Oh! Meu Brasil!
 Unidas nações aliadas
 Para o front eu vou de coração
 Abaixo o Eixo
 Eles amolecem o queixo
 A vitória está em nossa mão
 [Carnaval de Guerra da Portela, 1943.]

O SAMBA DE CAMPANHA

Com o fim do Estado Novo de Getúlio Vargas em 1945, possibilitando uma redemocratização do país, o Partido Comunista do Brasil conquistou a quarta maior votação nas eleições de 1945, o grande crescimento do PCB também se deu pela exploração da imagem de martírio de Luiz Carlos Prestes.³⁸

Em 1946 o jornal do partido, “Tribuna Popular”, organizou e promoveu, graças a sua parceria com a União das Escolas de Samba (agora chamada de União Geral das Escolas de Samba), um festival de desfiles de 22 escolas de samba no campo de São Cristóvão em homenagem

³⁷ Golpe aplicado pelo então presidente Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937 com a justificativa de manter a estabilidade social do país.

³⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Introdução a história dos partidos políticos brasileiros. p.90; Editora : UFMG; Ed.1ª; Belo Horizonte; 1999.

Revista Digital Simonsen

a Luiz Carlos Prestes. Devido a esse festival os adversários do PCB, passaram então a chamar a UGES (união geral das escolas de samba), de união geral das escolas Soviéticas. Presente no desfile, Paulo da Portela apresentou o samba “Luiz Carlos Prestes: O cavaleiro da esperança”:

És o cavaleiro que sonhamos
 De ti tudo esperamos
 Com todo amor febril
 Para amenizar nossas dores
 E levar bem alto as cores
 Da bandeira do Brasil

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destacamos aqui alguns carnavais e festivais ocorridos na primeira metade do século XX, tomando como ponto de partida o carnaval no Rio de Janeiro. Mediante ao exposto, neste artigo procuramos evidenciar a falta de organização política das populações oriundas das comunidades mais carentes do Rio de Janeiro no século XX de modo que fizeram com que prática do clientelismo³⁹ pudesse contaminar e influenciar as decisões e ratificar os processos paternalistas quando do aparecimento a UES, extrapolando este consenso, vemos isso ainda claramente presente na política nacional, e evidenciada desde o nascimento da UES, já que servia para pedir favores diretamente ao governo municipal ou federal, lutando para uma presença respeitável no carnaval carioca, tudo isso nos mostra que o carnaval do samba também fazia parte de uma pluralidade cultural presente no território do Rio de Janeiro e no Brasil e como tal, estava também a mercê desta influência clientelista.

³⁹ DE SOUZA, Mario Do Carmo Campello. Estado e partidos políticos no Brasi 1930 a 1964l.p.34; Editora :ALFAOMEGA; Ed.3ª; 1990.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERCITO, Sonia de Deus Rodrigues. *Nos tempos de Getúlio – Da revolução de 30 ao fim do Estado Novo*. Ed. 19^a. São Paulo: Atual, 1990.
- COSTA, Haroldo. *Salgueiro acadêmica de samba*. Ed.1^a; Editora: Record; Rio de Janeiro;1984;
- CABRAL, Sergio. *Escolas de samba do Rio de Janeiro*. Ed.1^a; São Paulo; Lazuli, 2011;
- DE SOUZA, Mario Do Carmo Campello. *Estado e partidos políticos no Brasi 1930 a 1964*. Ed.3^a; Editora: ALFAOMEGA; 1990.
- DINIZ, André; CUNHA, Diogo. *A república cantada – do choro ao funk a história do Brasil através da música*. Ed.1^a; Rio de Janeiro; ZAHAR, 2014;
- DINIZ, André. *Almanaque do samba – a história do samba, o que ouvir, o que ler, onde curtir*. Ed.3^a; Rio de Janeiro; ZAHAR, 2012;
- EFEGÊ, Jota. *Figuras e coisas do carnaval carioca*. Ed. FUNARTE; Rio de Janeiro; MAC-FUNARTE, 1982.
- Franco, Afonso Arinos de Melo. *História e teoria dos partidos políticos no Brasil*. Ed.3^a; São Paulo; Alfa-Omega, 1980;
- LOPES, Nei; SIMAS, Luiz Antônio. *Dicionário da história social do samba*. Ed.1^a; Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 2015;
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução a história dos partidos políticos brasileiros*. Ed.1^a; Belo Horizonte; UFMG, 1999.
- Tinhorão, José Ramos. *História social da música popular brasileira*. Ed : 1^a; São Paulo; Editora: 34, 1998;
- VIANNA, Hermano. *O mistério do samba*. Ed.2^a; Rio de janeiro; ZAHAR, 2012;
- VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 1935 – sonho e realidade*. Ed.3^a; São Paulo; Expressão popular, 2011.

Revista Digital Simonsen

Como citar: MENDES, Giuliana Pereira. *A Importância Da Educação Na Profissionalização E Inserção Dos Jovens Aprendizes Da Associação Nova Casa Do Trabalho: Reflexões A Partir Do Serviço Social*. In: Revista Digital Simonsen, N° 6, Maio, 2017.

Disponível em: www.simonsen.br/revistasimonsen ISSN:2446-5941

SERVIÇO SOCIAL

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO NA PROFISSIONALIZAÇÃO E INSERÇÃO DOS JOVENS APRENDIZES DA ASSOCIAÇÃO NOVA CASA DO TRABALHO: REFLEXÕES A PARTIR DO SERVIÇO SOCIAL

Por: Giuliana Pereira Mendes¹

¹ Graduada em Serviço Social pela Universidade Candido Mendes (UCAM).
E-mail: giulianarj2010@hotmail.com Revista Digital Simonsen

RESUMO

O mundo contemporâneo constitui-se de transformações constantes em diversos setores da economia, em especial no setor terciário. Quando observamos de maneira crítica tudo o que se fundamenta em uma criação inovadora, diversos conceitos surgem, fazendo com que um determinado ambiente se torne exclusivo. A faixa etária de jovens que necessitam de apoio quanto planejamento estratégico para a construção do conhecimento no decorrer de suas vidas é bem variada. Tudo demanda da qualidade do ensino geral ministrado em comunidades alheias à desorganização do Estado. Sem querer apontar danos a um sistema de governo democrático, apenas o olhar amplo sobre geografia da população leva a compreensão de tudo o que presenciamos em nossa sociedade. O desenvolvimento de jovens que por algum momento em suas vidas não imaginariam ter um incentivo por parte de profissionais que dedicam-se no compromisso de despertar em seus cotidianos a visão da conquista de um futuro promissor, faz com que o exercício de ONGs tenha um papel importante na comunidade a qual foi criada.

O estudo sistemático de projetos inovadores que visam o equilíbrio e o aperfeiçoamento do ser humano e aplicam investimentos em ações sem fins lucrativos, como é o caso do projeto jovem aprendiz da Associação Nova Casa do Trabalho reflete diretamente no campo de atuação profissional do Assistente Social. A Associação tem por finalidade a defesa dos interesses das pessoas com deficiência, dos adolescentes e jovens do projeto jovem aprendiz e o encaminhamento de interessados ao mercado de trabalho através do balcão de empregos, sendo o órgão mediador na defesa dos direitos desses jovens enquanto trabalhadores e cidadãos como também o local de desenvolvimento da presente pesquisa.

INTRODUÇÃO

Este artigo decorre da minha pesquisa de graduação para o trabalho de conclusão de curso na Universidade Cândido Mendes (UCAM).

O cotidiano de trabalho de um Assistente Social consiste em assegurar os direitos sociais dos indivíduos, que estão inseridos em áreas, as quais não possuem um planejamento ordenado para que as pessoas tenham uma qualidade de vida adequada. Além da defesa intransigente dos direitos humanos e sociais, princípio fundamental do Código de Ética do Serviço Social de 1993.

No Rio de Janeiro, em especial na zona oeste, existem diversas ONGs que trabalham em prol da emancipação dos direitos dos indivíduos sociais e de seus familiares. Como forma de transmitir assistência e equilibrar as contradições e desigualdades oriundas de um sistema capitalista e do Estado, que se omite, não presta assistência necessária à população usuária dos serviços sociais e ainda transfere a sua responsabilidade para a sociedade, culpabilizando o indivíduo.

Como uma reanálise do Liberalismo Clássico, o Neoliberalismo que prega a defesa da liberdade política e econômica, tem grande destaque na abordagem de instituições que primam pela igualdade dos bens de serviço ao cidadão, resultando na ideia de que para se ter retorno naquilo esperado pelo investimento social, precisa-se que uma “regra” tenha fundamento na construção do pleno desenvolvimento arbitrário (estratégico), para que o objetivo geral seja alcançado.

A proposta deste artigo surgiu da intenção de demonstrar a importância da educação na vida do ser humano, a partir de um entendimento de que educação é cidadania. E ser cidadão em sua plenitude, é alcançar a emancipação. O processo de profissionalização para melhor inserir um jovem aprendiz no mercado de trabalho necessita de uma bagagem educacional de qualidade.

A IMPORTÂNCIA DA CATEGORIA PROCESSO DE TRABALHO E SUAS TRANSFORMAÇÕES NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

A categoria Processo de Trabalho pode ser definida como um conjunto de atividades que transforma insumos em mercadorias agregando valor a eles e atendendo as demandas dos clientes. O uso da força de trabalho é o próprio trabalho. O dono dos meios de produção e empregador da força de trabalho consome a na medida em que faz trabalhar o seu empregado. Este último torna-se assim, força de trabalho atuante, operário.

Para manifestar o seu trabalho em mercadorias (valores de uso, coisas que servem para a satisfação de necessidades de qualquer ser humano), a produção de valores de uso ou bens não modifica a sua natureza universal por se processar a favor do capitalista e sob o seu controle. O processo de trabalho é, pois, de considerar, antes de tudo, independentemente de qualquer forma social determinada.

Revista Digital Simonsen

O trabalho é, sobretudo, um método entre homem e Natureza, um procedimento em que o homem medeia, regula e controla a sua troca material com a Natureza através da sua própria atuação. Ele faz face à própria matéria da Natureza como um poder da Natureza. Ele põe em movimento as forças da Natureza que pertencem à sua força de trabalho — braços e pernas, cabeça e mão — para se apoderar da matéria da Natureza numa forma utilizável para a sua própria vida. Ao atuar, por este movimento, sobre a Natureza, modificando-a, o homem transforma simultaneamente a sua própria natureza.



Disponível em: www.brasilecola.uol.com.br²

Disponível em: www.jataovaqueiro.blogspot.com.br³

Ao fazermos uma retrospectiva histórica, observamos que o trabalho constitui-se, um importante, se não o principal determinante de formação das sociedades, sendo, o mesmo um conjunto de atividades realizadas, é o esforço feito por indivíduos, com o objetivo de atingir uma meta. O mercado de trabalho é um sistema de compra e venda da força de trabalho e de redistribuição da mais-valia (horas de trabalho excedente que o empregador não paga ao trabalhador). O lado mais fraco, que é o proletariado tem a sua mão de obra expropriada pelo lado mais forte, que é a burguesia (empresariado).

Realizando uma busca na história do trabalho pode-se observar que no começo dos tempos, o trabalho era a luta constante para sobreviver (acepção bíblica, após a queda do homem no Éden). A necessidade de comer, beber, de se abrigar etc, era determinante à necessidade de trabalhar. O avanço da agricultura, de seus instrumentos e ferramentas trouxe progressos ao trabalho e mais tarde, a Revolução Industrial impactou a produção do trabalho e a vida do trabalhador, que começou a sair do campo para trabalhar nas grandes cidades com jornadas de trabalho muito extensas, levando esses trabalhadores a lutarem pelos seus direitos.

² Disponível em: <http://brasilecola.uol.com.br/geografia/espaco-urbano-rural>

³ Disponível em: <http://jataovaqueiro.blogspot.com.br/2011/06/charges-da-falta-de-respeito-ao-meio>

Revista Digital Simonsen

Nos tempos da Revolução Industrial na Inglaterra, a jornada de trabalho era abusiva e desumana, já que ela variava de dez, 12 ou até mesmo 18 horas de trabalho. O que fazia com que os empregados simplesmente não tivessem uma vida fora do ambiente fabril. Fora isto, em uma época pré-legislação trabalhista, nas primeiras fábricas as condições de trabalho eram realmente irregulares, especialmente por causa da falta de cuidados para com a segurança, sendo que acidentes eram comuns, com mutilações de pessoas, entre outras coisas.

A origem do Serviço Social está ligada a questão de que no século XIX na Europa, com a Revolução Industrial e com o surgimento do Capitalismo, onde a classe dominante (Burguesia) subordinavam as demais pessoas que eram utilizadas como mão de obra (Classe de Proletariados).

A classe burguesa apoiada pela Igreja Católica resolveu criar um assistencialismo financeiro, alienando o proletariado, buscando ao mesmo tempo maiores resultados na produção e subordinação dos trabalhadores, tudo isso com o apoio do Estado.



Disponível em: historiacem01

No Brasil as primeiras escolas de Serviço Social surgiram no final da década de 1930, quando se desencadeou no país o processo de industrialização e urbanização, na era de Getúlio Vargas. Neste período o Serviço Social foi usado pela burguesia com o objetivo de atender os interesses burgueses e controlar/amenizar os conflitos sociais da classe trabalhadora.

O emprego da mão de obra industrial nos dias atuais representa a escala produtiva flexível em todos os setores que movimentam a economia bruta de um determinado país, região ou de todo um continente, totalizando na comercialização de bens duráveis para as convenções entre as nações de maior potência política mundial (integralização dos setores terciários – PIB).

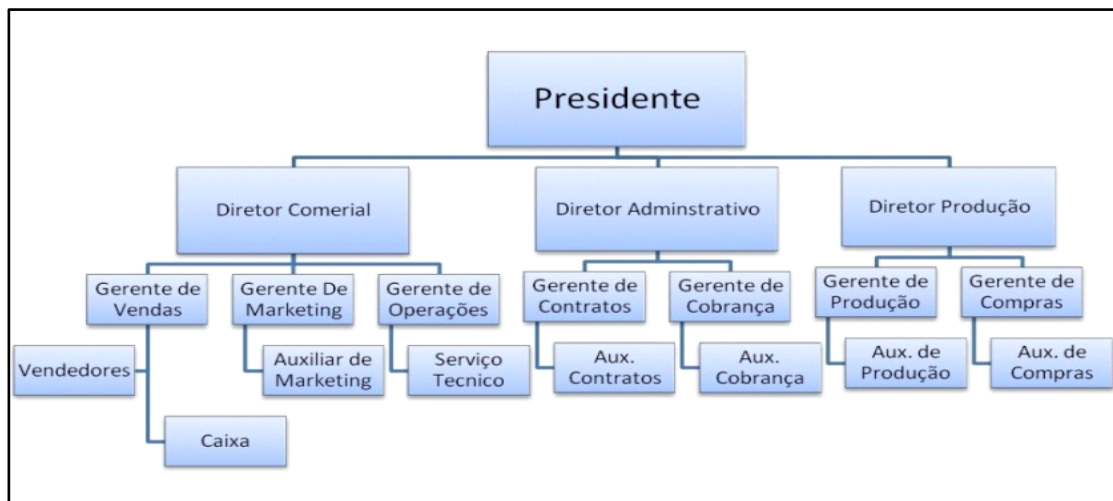
Em uma análise prévia do que no passado representou para a Revolução Industrial, podemos citar os aspectos de ordem política que imperava absolutamente sobre tudo que era extraído como matéria prima da natureza, para o comércio popular em geral (não havia divisões dos setores /

Revista Digital Simonsen

exemplos: primeiro, segundo e terceiro setor), ou seja, desde o emprego de um operário regido por um chefe comum ou incomum (oficial).

O trabalho humano, portanto, libera e domina forças e adereços presentes objetivamente na natureza, que independem da consciência humana, constituindo-se dessas forças naturais e irradiando-as por meio do trabalho. Forças essas que ao mesmo tempo, aprimoram em escalas mais elevadas, a própria capacidade dos trabalhadores.

Merece ser lembrado que o trabalho é também criação de novas necessidades e, neste sentido, um ato histórico. A ação de atendê-las e as ferramentas criadas para a sua consecução desdobram-se em novas necessidades sociais e na produção de impulsos para o consumo. O trabalho tem como visão um conjunto de valores e deveres que o ser humano precisa ter para se orientar quanto às finalidades sociais “hierarquias” (ALMEIDA; 2011).



Disponível em: Nibo organograma tradicional.

O essencial do trabalho é ter não apenas o controle das tarefas a serem executadas, mas também as estratégias naturalmente criadas para termos uma autossuficiência nos processos dependentes nas etapas do trabalho formal, com direitos avançados o trabalho informal requer um olhar mais crítico devido o mesmo não possuir legislações até então reconhecidas pela sociedade econômica (globalização) e flexibilizar direitos sociais trabalhistas conquistados historicamente.

(IAMAMOTO, 1982) tem como objetivo esclarecer o significado social e a importância da profissão. Destaca que o Serviço Social se situa na posição de reproduzir, recriar, participar do cotidiano das relações sociais que envolvem questões econômicas, políticas e sociais. Para a autora, o Serviço Social está inserido na divisão sócio-técnica do trabalho na sociedade capitalista.

Neste Sentido, o Serviço Social possui uma extrema importância em todo o processo de trabalho, pois é uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho capitalista. Exerce,

Revista Digital Simonsen

portanto, seu fazer profissional no contexto da contradição e luta de classes (Burguesia x Proletariado). Nesse espaço ocupacional o assistente social participa do processo de produção e reprodução das relações sociais, fazendo com que a mesma ação interventiva atenda aos interesses das duas classes sociais antagônicas, revelando o caráter dialético da profissão.



Disponível em: CRESS-PR

AS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO E SUAS REPERCUSSÕES NA VIDA DA CLASSE TRABALHADORA, E EM ESPECIAL NA JUVENTUDE

Na década de 1970, surgiram novos movimentos que ampliaram a esfera do capital. Devido ser uma ação contra o estado, os mesmos não se portavam diretamente com as questões sociais, favorecendo o capitalismo e a ideologia neoliberal. A ditadura militar foi um período de denúncias, de perseguições e luta pela democracia. Entre 1945 a 1975 ocorreram os trinta anos gloriosos da época de excepcional crescimento econômico, ocorrido durante o Regime Militar no Brasil: “Anos de Chumbo”, mas com a crise de 1975 ocorreu o fim do milagre econômico.

Com a transição de um governo militar para um democrático, o país herda problemas oriundos do modelo de governo autoritário, não só na esfera da crise econômico- social, como também dos acordos de interesses firmados entre os políticos, militares e governantes além de ser uma resposta aos anseios das demandas reprimidas. Os sucessivos governos militares causaram ao país uma grave crise econômica, impondo cortes nos financiamentos das atividades internas.

Tivemos então um cenário econômico com alto índice inflacionário, endividamento interno e externo, que trouxe como consequência uma situação de extrema pobreza da população brasileira. Com o fim do governo autoritário, veio à tona a questão social de forma nunca vista. A pobreza, a

Revista Digital Simonsen

exclusão social e as difíceis relações sociais, são influenciadas pelo início da globalização que chegou ao Brasil, provocando instabilidade em todas as áreas. Dessa forma, era preciso muito mais do que romper com o modelo autoritário que havia se instalado, se fazia necessário a criação de um novo modelo que trouxesse desenvolvimento em todas as áreas.

Os acordos firmados entre partidos políticos, militares e governo, serviram de entrave para uma rápida mudança do regime autoritário para um regime democrático (Pactuação pelo alto), havendo um distanciamento entre discurso falado e sua plena implementação.

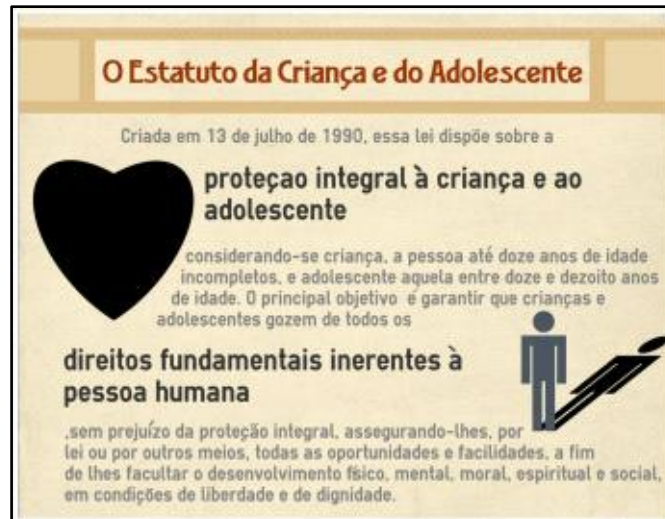
De Acordo com Ricardo Antunes:

No final da década de 80 o mundo do trabalho sofre uma grande crise que vai impactar duplamente aquele que vive do trabalho. Esse impacto duplo vai afetar a materialidade, que está ligada ao modo de produção, formas de contrato, de especialização do trabalhador, e a subjetividade está ligada ao trabalhador, seus sentimentos, como ele se sente com as consequências que são: competitividade, individualismo e insegurança. (ANTUNES, 2011, p.78).

Os anos de 1980 caracterizou um processo de redemocratização do país, com o movimento “Diretas Já⁴ e o fim da ditadura militar. A Constituição Federal de 1988 trouxe consigo muitas conquistas para a profissão de Serviço Social, pois surgiram muitas legislações e políticas sociais como: o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social), o Estatuto do Idoso, a consolidação do SUAS (Sistema único de Assistência Social), em 2005.

Também surgiu o tripé da seguridade social (saúde, previdência e assistência), com colaboração efetiva dos Assistentes sociais nas políticas sociais, sobretudo a Assistência Social, política social que foi menos priorizada e mais prejudicada devido às dificuldades de se libertar o padrão de ditadura e transferência de renda com discurso político e relações clientelistas, patrimonialistas e autoritárias, bem como os sérios problemas de mau direcionamento e aplicação de recursos públicos.

⁴ foi um dos movimentos de maior participação popular, da história do Brasil. Teve início em 1983, no [governo de João Batista Figueiredo](#), [Disponível em:www.infoescola.com/historia/diretas-ja/](#).



Disponível em: ufsccontexto.wordpress.com

A Constituição Federal de 1988 fortaleceu o projeto ético político do Serviço Social, que é um projeto societário de caráter emancipatório. Neste sentido, não tem como discutir sobre trabalho e não refletir sobre o processo histórico, as conquistas da classe trabalhadora, os avanços com a Constituição Federal de 1988 e os retrocessos com o neoliberalismo da década de 1990.

Iamamoto afirma que:

As transformações no mundo do trabalho vêm acompanhadas de profundas mudanças na esfera do Estado, consubstanciadas na reforma do estado, exigida pelas políticas de ajuste, tal recomendadas pelo Consenso de Washington. Em função da crise fiscal do estado em um contexto recessivo, são reduzidas as possibilidades de financiamento dos serviços públicos, ao mesmo tempo, preceitua-se o enxugamento dos gastos governamentais, segundo os parâmetros neoliberais. Cabe, entretanto, indagar: O enxugamento do Estado para quem? (IAMAMOTO, 2013, p.34)

Os anos de 1990 trouxeram consigo o pacote neoliberal do consumismo, privatizações, precarizações nas políticas públicas e sociais, terceirizações entre muitas outras coisas que esbarraram na construção do projeto ético político do serviço social, que é o atual código de ética de 1993, expressando e evidenciando o compromisso ético- político assumido pela categoria, que se posiciona a favor da classe trabalhadora. A profissão de Serviço Social continua sendo objeto de

Os Autores Carlos Montano e Maria Lúcia Duriguetto Afirmam:

[...] Todos os governos aplicaram, em determinado momento, o receituário neoliberal, como privatização das empresas públicas, abertura comercial, a flexibilização da legislação trabalhista, a redução orçamentária, a privatização da seguridade social e o combate a atividade sindical. (MONTANO, 2011, P.294).

Os direitos trabalhistas foram alterados ao longo do tempo, dificultando o acesso da classe que vive do trabalho, como o FGTS (Fundo de Garantia), do qual o trabalhador precisa contribuir com a previdência social mensalmente para ter direito e se ficar desempregado ou quando se aposentar realizar o resgate da sua aposentadoria.

Revista Digital Simonsen

Outra consequente mudança do neoliberalismo foi o enfraquecimento e a fragmentação dos sindicatos dentro de uma mesma empresa que possui diversos setores com grandes diferenças de salários, cargos e interesses distintos dos trabalhadores, de acordo com a sua realidade individual dentro da empresa.

O Plano Diretor de Reforma do Estado ocorreu em 1995 no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso e foi um plano pactuado juntamente com os organismos internacionais, trazendo consigo políticas neoliberais com três facetas: focalizadas, descentralizadas, privatizadas e também partindo para uma falta de desresponsabilidade do Estado com a sociedade.



Disponível em: SOS Ponta Negra - WordPress.com

O Estado privatizou e mercantilizou a saúde, pois a mesma traz maior lucratividade e ampliou a assistência social, que é uma política focalizada, ou seja, é somente para aquele que comprove dela necessitar, sendo assim há também uma ampliação do terceiro setor da sociedade. Foi a partir dos anos 1990, que ocorreu uma década de complementaridade do estado, no atual contexto, as ONGs assumem um papel de extrema importância na emancipação dos indivíduos sociais.

Podemos analisar como esses acontecimentos influenciaram em nossa sociedade e conhecer como o Assistente Social vai desenvolver seu papel frente a essas demandas geradas a partir do capitalismo, que é o sistema econômico dominante e hegemônico em grande parte do Brasil e do mundo.

Com essas transformações no mundo do trabalho surgem novas demandas para o Assistente Social, pois as empresas mudam o seu modo de produção, gerando uma grave questão social que é o desemprego. Isso vai refletir para o trabalhador de forma negativa. Neste Caso, todas as conquistas trabalhistas de 1988 acabam retrocedendo, sem distanciar da realidade, observa-se que o cenário apresentado hoje, se expressa pelo conjunto de fatos simultâneos fundamentados basicamente,² nas transformações no modo de produção capitalista, sinalizando desdobramentos

diferenciados e permutáveis no que se referem aos processos produtivos, formas diversas de contratação e de definição para o mercado de trabalho.

LIMITES E POSSIBILIDADES DA INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA CAPACITAÇÃO E INSERÇÃO DOS JOVENS NO MUNDO DO TRABALHO

O Jovem é considerado pela maioria dos cidadãos como o futuro da nação, essa perspectiva otimista, é sem dúvida uma das possibilidades para a nossa juventude de construção de um país melhor, com soberania, justiça e democracia. A nova geração vem sendo uma das parcelas mais afetadas pelas transformações no mundo do trabalho, pois na busca por qualificação profissional, os jovens por possuírem pouca ou nenhuma experiência ficam impossibilitados de ingressarem no mercado global, o que causa muita ansiedade e muita das vezes desânimo na busca do primeiro emprego.

As questões sobre a juventude vêm adquirindo um novo status no marco social e institucional. Há um número cada vez mais elevado de movimentos e de iniciativas para que a juventude se organize, tornando não só objetos, mas também sujeitos criativos de sua cidadania. Estado, Organizações não Governamentais (ONGs – 3º Setor)⁵, iniciativas empresariais e, sobretudo, os poderes públicos tem sido convocados a se posicionar e propor respostas a esse eminente movimento de transformação.

Segundo o artigo 5º do Estatuto da Juventude, lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013: Art. 5º A interlocução da juventude com o poder público pode realizar-se por intermédio de associações, redes, movimentos e organizações juvenis. Parágrafo único. É dever do poder público incentivar a livre associação dos jovens. (BRASIL, 2013).

AUMENTOU NAS PRIMEIRAS DECADAS DO SÉCULO XXI, DA CONTRATAÇÃO POR EMPRESAS TERCERIZADAS, VIA OS'S; OSCIPS (ORGANIZAÇÃO SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO).

A capacitação e inserção do jovem no mundo do trabalho são estabelecidas através de uma formação profissionalizante e de qualidade, que envolve todos os níveis e modalidades de ensino e de educação, porém os segmentos mais pobres da população são os principais alvos de cursos profissionalizantes e muitas vezes não possuem uma formação de qualidade e que também seja crítica politizante.

⁵ Aumentou nas primeiras décadas do século 21 a contratação das empresas terceizadas, Oss oscips, organização sociedade civil de interesse publico.

Ter empregabilidade implica certa polivalência, escolaridade, condições de renda, conhecimentos, inclusive linguísticos, e que não foram acessíveis aos pobres através das políticas vigentes, que têm privilegiado as classes médias. Na política educacional, por exemplo, os mais pobres não têm a mesma chance de permanência e progressão que os filhos das classes médias. (FALEIROS, 2011, p.190)

Atualmente o trabalhador seja ele jovem ou não é transformado em colaborador, onde o mesmo possui características de polivalência, sendo o desemprego determinado como falta de iniciativa do mesmo e falta de qualificação profissional, ou seja, questão de plena culpabilização e incompetência individual. A capacitação profissional em uma sociedade capitalista é entendida como responsabilidade de cada indivíduo limitada ao atendimento das necessidades do mercado de trabalho e a produção e reprodução do capital.

As mudanças que ocorrem no mundo do trabalho trazem impactos na vida do trabalhador e definições de alguns conceitos importantes que ressaltam as contribuições do Assistente Social, das empresas parceiras e da Associação Nova Casa do Trabalho no processo de preparação e inserção do jovem aprendiz que está buscando uma primeira oportunidade no mercado de trabalho atual.

O papel do Serviço Social é a ampliação do acesso à dignidade humana por intermédio do direito, trabalho e renda. Todos os segmentos, inclusive o de jovens sofrem tais efeitos das constantes mudanças no mundo do trabalho, respeitadas suas particularidades que não atenuam e sim incrementam a problemática atual do trabalho.

Segundo o Autor Vicente de Paula Faleiros:

A equidade horizontal considera apenas a possibilidade do atendimento igual a todos, enquanto a equidade vertical visa privilegiar os mais excluídos, implementando, por exemplo, ações afirmativas para garantir aos mais pobres um nivelamento de acesso às políticas sociais. A inclusão implica uma série de medidas e uma gestão do social flexível e complexa, descentralizada e adaptada aos que têm direitos a ela uma vez de adaptar os usuários às normas vigentes. Do contrário criam-se formas de se manter a exclusão através dos mecanismos destinados à inclusão social, com efeitos perversos sobre os usuários. (FALEIROS, 1987, p.189)

Portanto, o Serviço Social vai responder crítica e criativamente as exigências colocadas de acordo com as mudanças no mundo do trabalho, sobrevivência e acesso aos direitos, enfrentando grandes desafios que são postos dentro do campo de trabalho. O Assistente Social deve estar atento para ações que levem a uma gestão social baseada nos princípios básicos, os quais os usuários possam ser incluídos e não excluídos.

A motivação que leva um jovem aprendiz a ingressar em um programa de aprendizagem se encontra em muitos casos em adquirir a primeira experiência profissional, ter o seu primeiro registro em carteira, mas o jovem também pode ingressar em um projeto deste tipo pela necessidade

Revista Digital Simonsen

de ajudar a sua família e de ter a sua independência financeira. O projeto jovem aprendiz da Associação Nova Casa do Trabalho é voltado para jovens que possuem dificuldade financeira.

Um Jovem inserido no mercado de trabalho em nossa sociedade é importante, pois impede a ociosidade do mesmo evitando o envolvimento com a criminalidade, auxilia na ampliação do rendimento familiar, proporciona amadurecimento psicológico e intelectual, atua como forma de socialização, complementando a ação da família e da escola. Além disso, a condição de produtor e reprodutor da vida social e material está associada também ao desejo de conquista, de autonomia, de liberdade e também de consumo dos bens que os pais não podem proporcionar.

De Acordo com Márcio Pochmann:

Além disso, a presença de pessoas entre 15 e 24 anos de idade no trabalho, na condição de pai ou de mãe ou ainda morando distante dos pais, não pode definir a priori a fase de vida juvenil. Da mesma forma, como a educação passa a ser identificada cada vez mais como condição preparatória e sequencial na vida toda, não cabe mais estabelecer a conclusão dos estudos como fase estritamente juvenil. (POCHMANN, 2000 P. 10)

Para o Assistente Social que trabalha diretamente neste contexto social de emancipação juvenil, a inserção do jovem no mercado de trabalho é um desafio constante e muito maior do que o das outras gerações, pois o desemprego cresce assustadoramente e a competição torna-se cada vez mais acirrada. Isso ocorre devido à má estruturação do país em todos os níveis: social, econômico e político.

Neste caso, surgem novas manifestações da questão social relevantes, que são marcadas por indicadores de pobreza, violência, analfabetismo, evasão escolar, falta de políticas de planejamento familiar, que são geradoras de outros problemas como a gravidez precoce, entre outras questões, que se tornam alvos da destruição de expectativas do sucesso de jovens brasileiros.

Segundo o Artigo 62 do Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei Nº8069 de 13 de Julho de 1990: “Considera-se aprendizagem a formação técnico-profissional ministrada segundo as diretrizes e bases da legislação de educação em vigor.” (BRASIL, 1990).

O significado de aprendizagem pelo Estatuto é a formação técnico-profissional que pretende essencialmente prover ao estudante competências e informações teóricas estritamente imprescindíveis a determinada intenção como o exercício de uma atividade, acrescentando ao ensino regular que a criança/adolescente recebe colaborará para o desenvolvimento pleno. Para o ECA a aprendizagem insere-se no processo educacional

Aprendiz é um jovem que tem entre 14 e 24 anos de idade, que esteja matriculado em um programa de aprendizagem em uma ONG, Escola Técnica ou Sistema. Ele faz a aprendizagem teórica em alguma dessas instituições e a coloca em prática em alguma empresa. A atuação da

Revista Digital Simonsen

Associação Nova Casa do Trabalho no projeto Jovem aprendiz vai além da qualificação, pois há também um acompanhamento multidisciplinar e psicossocial que engloba atendimento social ao jovem e suas respectivas famílias.

Simone Eliza do Carmo Lessa em sua Tese de Doutorado, afirma:

A qualificação de trabalhadores é um campo educacional de grande visibilidade, situação que permanece inalterada mesmo na atual conjuntura de crise. Basta que fiquemos atentos aos noticiários, às mensagens, mais ou menos explícitas, nos programas de televisão, aos discursos dos governantes e lá está a educação, e de modo especial, a qualificação de trabalhadores, como elementos salvacionistas dos indivíduos, mais significativamente, daqueles que se encontra em dificuldades de ordem social e econômica. (LESSA, 2010, P. 15)

Entende-se que a educação tem uma relação com a política na construção da democracia ocupando um lugar central no âmbito das lutas sociais e a ampliação para o entendimento da educação como direito humano interligado as práticas sociais organizadas em torno de diversos e extensos processos da construção humana, criando um espaço de disputas ideológicas fortemente mobilizadoras dos paradigmas educacionais em disputa no âmbito do Estado e da sociedade civil como os de: empreendedorismo, empregabilidade e emancipação.

Sendo assim, a educação de jovens passa a ser vista apenas como uma preparação para o mercado de trabalho, principalmente para as classes pauperizadas, pois os mesmos lutam contra a desigualdade social e a inadequação da educação ao trabalho. Porém, muitos jovens possuem a capacidade de olhar e analisar o processo educativo e de reconhecer a si mesmos como sujeitos de direitos, com necessidades e interesses particulares.

Trazendo à tona uma educação emancipadora, que visa em última instância, desenvolver a autonomia e a consciência crítica reflexiva dos sujeitos sociais voltada para a Práxis Social.

Segundo (VASCONCELOS; 1997) a práxis enquanto atividade prática material e social transformadora, adequada às finalidades, que modificam o mundo natural e humano está concomitantemente relacionada a práxis do assistente social e também ao projeto ético-político do Serviço Social. A autora defende uma concepção filosófica da práxis de uma prática consciente, crítica e reflexiva, em que o Serviço Social tentaria transformar o mundo material e também se autotransformar.

A proposta de educação da ONG nova casa do trabalho está voltada para a práxis social, pois os alunos são formados com o intuito de terem uma consciência crítica e reflexiva da realidade social, enquanto cidadãos conscientes de seus direitos e deveres contribuindo e realizando ações que remetem esta atividade social transformadora.

O Serviço Social no âmbito da Política de Educação primeiramente traz a tona uma reflexão crítica sobre o contexto desta política social nos níveis: econômico, social, político e cultural da

Revista Digital Simonsen

sociedade, pois a educação é uma das dimensões mais complexas e importantes da vida social, por englobar o sujeito, a sua família, a política, as organizações de cultura e, dentre elas, a “escola”.

CONCLUSÃO

Neste Artigo, a educação foi considerada como uma estratégia que caminha junto com a cidadania, pois quanto mais educados forem os cidadãos, mais serão capazes de lutar e exigir seus direitos e cumprir seus deveres. Educação, não só pode como deve ser empreendida nas mudanças e avaliando a juventude, como uma fase que necessita de oportunidades e condições para desenvolver-se, discutindo os desafios inerentes a este processo.

Desafios estes que dizem respeito à própria fase da adolescência, mas principalmente pelas limitações impostas pelo sistema capitalista. Defende-se desta forma as políticas públicas educacionais e de inclusão para a juventude, entendendo que esta necessita de garantias legais para o seu desenvolvimento.

O artigo foi desenvolvido a partir de uma observação, vivência em campo de estágio e apreensão de dados concernentes à realidade dos adolescentes aprendizes inseridos no mercado de trabalho através de encaminhamentos realizados pela Associação Nova Casa do Trabalho RJ que desenvolve o Curso de aprendizagem e mantém parcerias com as empresas com vistas a encaminhá-los.

Ao longo do tempo novas expressões da questão social vêm surgindo, exigindo do profissional uma visão crítica da realidade, buscando apreender os processos de mudanças sociais e assim identificar novas possibilidades de intervenção profissional e materialização do projeto ético-político do Serviço Social. O assistente social deve ir além das suas habilidades executivas, sendo também propositivo, pois o sucesso deste projeto depende de análises precisas dos profissionais sobre as condições subjetivas e objetivas da realidade embasada na autonomia profissional.

Este presente artigo reuniu informações a respeito de alguns aspectos introdutórios da inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho, que sofre diariamente profundas mudanças repercutindo na vida do trabalhador. Essa questão vem recebendo uma atenção renovada em estudos e em recentes propostas de organização sociais, os quais têm em comum a ideia de que há especificidades dos jovens em relação ao mercado de trabalho, em termos econômicos. Também demonstrou-se a importância do Serviço Social no processo educativo de capacitação e preparação do jovem aprendiz.

Fez-se necessário evidenciar os desafios contemporâneos presentes em nossa sociedade, trazendo um estudo das possibilidades existentes na superação desses desafios e nos limites da

Revista Digital Simonsen

profissão em dar respostas a esta demanda juvenil, Portanto, ao assistente social cabe à superação dos obstáculos, para assim desenvolver uma atuação interventiva e investigativa adequada. Com a finalidade de responder a tais demandas a partir de uma perspectiva de totalidade, tendo assim, os subsídios para a compreensão da estrutura social, bem como a dinâmica e complexidade do movimento real dos usuários que recorrem à prestação dos seus serviços.

A Sistematização da prática profissional do Assistente Social o auxilia na identificação dos limites, desafios e possibilidades das demandas sócio-institucionais que lhe são colocadas a partir da dinâmica do ser social. É uma espécie de saída que permite concretizar a abrangência das relações sociais e do movimento da realidade, além de permitir a consolidação de alternativas profissionais e propiciar a visibilidade profissional na instituição.

Essa sistematização da prática profissional já se inicia no estágio curricular supervisionado e obrigatório em serviço social, pois o estudante atribui os conhecimentos histórico, teórico-metodológico e ético-político aprendidos no processo de formação e encontra aplicabilidade dos mesmos no cotidiano de seu exercício como futuro profissional.

As competências ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo de domínio do assistente social permitem a concretização dos desígnios profissionais, utilizando os instrumentos e técnicas necessários para o processo de intervenção profissional.

Diante disso, o Serviço Social, enquanto profissão voltada para a sociedade deve está atento a essa questão da capacitação de jovens em processo de aprendizagem, principalmente aqueles que possuem dificuldade socioeconômica. Atenção, sobretudo no que diz respeito ao aparato teórico-metodológico, pois há poucas referências específicas do Serviço Social que tratam sobre este tema relatado no presente artigo. É muito interessante um aprofundamento por parte dos teóricos e estudiosos da área para uma melhor sistematização da prática profissional dos Assistentes Sociais

A realização desta pesquisa foi relevante, pois o tema escolhido não é muito explorado nesta área do Serviço Social. Também, neste trabalho foram identificadas as contribuições e mudanças significativas que o projeto jovem aprendiz da Associação Nova Casa do Trabalho -RJ trouxe na vida da maioria dos participantes, inclusive aos profissionais que trabalham no mesmo.

Dentre as mudanças estão à melhoria intelectual, psicopedagógica e humanizadora, que o projeto jovem aprendiz proporcionou aos jovens, pois os mesmos passaram a ter uma maior capacidade crítica, ativa e politizante da realidade social prezando assim por uma verdadeira cidadania.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho- 15º. Ed. São Paulo. Cortez, 2011.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. “Retomando a Temática da Sistematização da Prática Profissional”. IN: Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. 4ª edição. São Paulo: ed. Cortez. OPAS. OMS. ABEPSS. Ministério da Saúde, 2009.

BRASIL, Lei Federal 10.097, De 19 de Dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10097.htm Acessado em 20/04/2017 às 10:00 horas.

Código de Ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10ª ed. rev. E atual. DF. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

FALEIROS, Vicente de Paula. Estratégias em Serviço Social. São Paulo. Cortez, 1997.

FORTI Valeria. GUERRA, Yolanda. Serviço Social: Temas, Textos e Contextos. (Org.). 4ª Ed-Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2013.

GUERRA, Yolanda; FORTI, Valéria; Organizadoras, Trabalho e Direitos: Conquistas e Retrocessos em Debate- 2ª. Ed. – Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

_____. Marilda Villela. Trabalho e indivíduo Social: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista. 5ª edição. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. Marilda Villela, CARVALHO, Raul de. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 39. Ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LESSA, Simone. A Sofisticação da Aprendizagem Simples e a Abordagem da Pobreza: Políticas de Formação Profissional para o trabalhador pobre. Tese de Doutorado, ESS-UFRJ, 2010.

MONTANO, Carlos e DURIGUETO, Mª Lúcia. Estado, Classe e Movimentos Sociais. 2ª Ed.-São Paulo: Cortez, 2011

NASCIMENTO, Adriana. A Ação do Assistente Social no Programa Jovem Trabalhador da Promenor. Trabalho de Conclusão de Curso, DSS-UFSC, 2000.

POCHMANN, Marcio. A batalha pelo primeiro emprego: a situação atual do jovem e as perspectivas no mercado de trabalho brasileiro. São Paulo: Publisher Brasil, 2000.

Revista Digital Simonsen

VASCONCELOS, Ana Maria. Serviço Social e Prática Reflexiva. Artigo Científico, Revista Serviço Social em Pauta – FSS-UERJ. 10ª Ed. 1997.

Revista Digital Simonsen

Como citar: SOUZA, Vanessa Oliveira. *Dependência Química e a Rede Socioassistencial*. In: Revista Digital Simonsen, Nº 7, Agosto. 2017. Disponível em: www.simonsen.br/revistasimonsen
ISSN:2446-5941

SERVIÇO SOCIAL

DEPENDÊNCIA QUÍMICA E A REDE SOCIOASSISTENCIAL

Por: Vanessa Oliveira de Souza¹

¹ Acadêmica do oitavo período do curso de Serviço Social pela Universidade Candido Mendes em Padre Miguel, no Rio de Janeiro. Correspondência: Rua Murilo Alvarenga, 65, Apt 405, Inhoaíba, RJ. Brasil. CEP: 23071-040. Email: souzanessa2010@hotmail.com

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar e discutir a inserção e a prática do Assistente Social nas instituições do município do Rio de Janeiro que atendem a problemática da dependência química. O texto baseia-se em pesquisas bibliográficas, artigos e revistas que trabalham a questão da dependência química. Realizamos também uma pesquisa de campo no Centro de Atenção Psicossocial para pessoas com transtornos mentais em decorrência do uso de Álcool e outras Drogas (CAPSad) com a Assistente Social da instituição, onde aproveitamos para absorver do profissional do Serviço Social em seu dia a dia, o arcabouço para a nossa pesquisa. Na medida em que a mesma foi sendo desenvolvida, ficou notório que a dependência química, embora seja umas das expressões da questão social, não é uma área tão debatida dentro do Serviço Social. Cabendo a nós, acadêmicos e aos profissionais da categoria, desmistificar tais demandas, trazendo-as para o contexto atual. E concluímos, compartilhando um pouco da prática do Assistente Social na efetivação dos direitos dos usuários.

PALAVRAS-CHAVES: Dependência – Química - Rede Socioassistencial - Atribuições do Assistente Social.

ABSTRACT

The objective of this article is to analyze and discuss the insertion and practice of the Social Worker in the institutions of the city of Rio de Janeiro that address the problem of chemical dependency. The text is based on bibliographical research, articles and journals that work on the issue of chemical dependency. We also conducted a field research in the Center for Psychosocial Care for people with mental disorders due to the use of Alcohol and other Drugs (CAPSad) with the Institution's Social Worker, where we take advantage of the Social Work professional in their daily lives, The framework for our research. As it has been developed, it became clear that chemical dependence, although it is one of the expressions of the social question, is not a much debated area within Social Work. It is up to us academics and professionals of the category to demystify these demands, bringing them to the current context. And we conclude by sharing a little of the Social Worker's practice in enforcing user rights.

KEYWORDS: Chemical Dependency. Social Networking Partner. Social Worker Assignments.

INTRODUÇÃO

Neste artigo iremos discutir a problemática da dependência química no município do Rio de Janeiro, bem como a rede socioassistencial que atende a este público no tratamento e na prevenção. Marilda Yamamoto², em sua obra “O Serviço Social na contemporaneidade”, retrata a grande crise econômica, política e social em que o Brasil vem enfrentando desde a década de 1990, com a retração do Estado diante de suas responsabilidades sob uma perspectiva neoliberal, passando-as para a sociedade civil. E explica que talvez este seja o grande desafio para nós, profissionais da área, despertarmos para o nosso real papel dentro deste cenário:

Para garantir uma sintonia do Serviço Social com os tempos atuais, é necessário romper com uma visão endógena, focalista, uma visão de dentro do Serviço Social, prisioneira em seus muros internos. Alargar os horizontes, olhar para mais longe, para o movimento das classes sociais e do Estado em suas relações com a sociedade; não para perder ou diluir as particularidades profissionais, mas, ao contrário, para iluminá-las com maior nitidez. Extrapolar o Serviço Social para melhor apreendê-lo na história da sociedade da qual ele é parte e expressão. É importante sair da redoma de vidro que aprisiona os Assistentes Sociais numa visão de dentro e para dentro do Serviço Social, como condição para que se possa captar as novas mediações e requalificar o fazer profissional, identificando suas particularidades e descobrir novas alternativas de ação. (IAMAMOTO, 2000, p.20-25)

A autora nos encoraja a sairmos de nossa zona de conforto para uma busca constante, contínua e inacabada de conhecimento e enfrentamento a questão social e suas múltiplas expressões.

Desde os tempos primórdios acompanham-se os relatos sobre o uso de drogas na humanidade. Embora, na antiguidade a sua importância era para aliviar dores ou parte de algum ritual de uma determinada cultura. Já o povo egípcio a utilizava para alterar seu estado psíquico. No entanto, a maioria dos medicamentos³ utilizados tanto antes como nos tempos atuais são extraídos das plantas. Justamente por isso que a palavra droga deriva de droog, que em holandês quer dizer folha seca.

No meio científico a utilização da palavra droga significa qualquer substância capaz de trazer alterações no funcionamento do organismo de um ser vivo, sejam elas nocivas ou medicinais, resultando em mudanças tanto comportamentais quanto fisiológicas.

²IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. – São Paulo, Cortez, 2000, p.20-25.

³ É importante destacar que os medicamentos também são considerados drogas, no caso drogas lícitas, no entanto, quando usados em excesso também causam forte dependência química.

Revista Digital Simonsen

É importante salientar que não são apenas os produtos ilegais como maconha, cocaína e crack que são considerados como drogas. O álcool⁴ e o cigarro (tabaco) são substâncias legalizadas, no entanto, também são drogas e causam forte dependência química.

De acordo com Silveira:

Drogas são substâncias utilizadas para produzir alterações, mudanças, nas sensações, no grau de consciência e no estado emocional. As alterações causadas por essas substâncias variam de acordo com as características da pessoa que as usa, qual droga é utilizada, e em que quantidade, o efeito que se espera da droga e as circunstâncias em que é consumida. (SILVEIRA, 2000)

A dependência química⁵ é uma condição física e psicológica causada pelo consumo constante de substâncias psicoativas. Devido à constante utilização desses tipos de drogas, o corpo humano torna-se cada vez mais dependente dos mesmos, tendo como consequência sintomas que afetam o sistema nervoso. Quando o indivíduo deixa de consumir, tem a sensação de ressaca, considerado um dos principais motivos que impedem o abandono das drogas por parte dos dependentes. A dependência varia consoante o vício e a frequência de consumo do indivíduo. Uma das áreas mais afetadas de um dependente químico é a psicológica, alterando bruscamente a sua maneira de viver e a sua interação com a sociedade.

PORTARIA Nº. 3.088, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011 - REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

O Ministério da Saúde no uso de suas atribuições, de acordo com a portaria nº. 3.088, de 23 de dezembro de 2011, instituiu a Rede⁶ de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimentos ou transtornos mentais e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

A REDE SOCIOASSISTENCIAL QUE ATENDE A ESTE PÚBLICO

A rede socioassistencial que atende a este público é o CAPSad⁷. Mas antes, faremos um breve histórico de como surgiu o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS).

Os CAPS são instituições destinadas a acolher pacientes com transtornos mentais, estimular sua integração social e familiar e apoiá-los em suas iniciativas de busca da autonomia,

⁴ O álcool e o tabaco são drogas legalizadas, todavia, podem causar forte dependência química.

⁵ Revista Espaço Cidadão: dependência química. p. 121-126.

⁶ No dia 23 de dezembro de 2011 foi instituído pelo Ministério da Saúde a Rede de Atenção Psicossocial, denominado de CAPS(Centro de Atenção Psicossocial para pessoas com transtornos mentais e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do SUS).

⁷ A rede que atende aos usuários em situação de dependência química é o CAPSad(Centro de Atenção Psicossocial para usuários com transtornos em decorrência do uso de Álcool e outras Drogas).

Revista Digital Simonsen

oferecendo-lhes atendimento médico e psicossocial. Um dos objetivos do Programa é possibilitar a organização de uma rede substitutiva ao hospital psiquiátrico no Brasil.

A rede também tem como objetivo oferecer atendimento à população de sua área de abrangência, realizando o acompanhamento clínico e a reinserção social dos usuários pelo acesso ao trabalho, lazer, exercício dos direitos civis e fortalecimento do vínculo familiar e comunitário. É um serviço de atendimento de saúde mental criado para ser substitutivo às internações em hospitais psiquiátricos.

O primeiro CAPS no Brasil foi inaugurado em março de 1986, na cidade de São Paulo: Centro de Atenção Psicossocial Professor Luiz da Rocha Cerqueira, conhecido como CAPS da Rua Itapeva. A criação desse CAPS e de tantos outros, fez parte de um intenso movimento social, inicialmente de trabalhadores de saúde mental, que buscavam a melhoria da assistência no Brasil e denunciavam a situação precária dos hospitais psiquiátricos, que ainda eram o único recurso destinado aos usuários portadores de transtornos mentais.

OS DIFERENTES TIPOS DE CAPS

Existem diferentes tipos de CAPS⁸.

CAPS I e CAPS II: são destinados para atendimento diário de adultos, em sua população de abrangência, com transtornos mentais severos e persistentes.

CAPS III: são destinados para atendimento diário e noturno de adultos, durante sete dias da semana, atendendo à população de referência com transtornos mentais severos e persistentes.

CAPSi: são destinados para atendimento diário de crianças e adolescentes com transtornos mentais.

CAPSad: são destinados para usuários de álcool e drogas, para atendimento diário à população com transtornos decorrentes do uso e dependência de substâncias psicoativas, como álcool e outras drogas. Esse tipo de CAPS possui leitos de repouso com a finalidade exclusiva de tratamento de desintoxicação.

Como foi salientado anteriormente, existem vários tipos de CAPS⁹, de acordo com as demandas e territorialização. Neste trabalho direcionamos o nosso foco para os CAPSad que atuam

⁸ Todos os CAPS são iguais? Não, existem diferentes tipos, de acordo com as demandas e a territorialização.

Revista Digital Simonsen

no tratamento de transtornos psicossociais causados pela dependência química de álcool e outras drogas.

Os CAPSad passam a existir a partir de 2002, oferecendo atendimento diário a pacientes que fazem o uso prejudicial de álcool e outras drogas, permitindo o planejamento terapêutico dentro de uma perspectiva individualizada de evolução contínua. Possibilita ainda intervenções precoces, limitando o estigma associado ao tratamento. Assim, a rede proposta se baseia nesses serviços comunitários, apoiados por leitos psiquiátricos em hospital geral e outras práticas de atenção comunitária (ex.: internação domiciliar, inserção comunitária de serviços), de acordo com as necessidades da população-alvo dos trabalhos.

Os CAPSad desenvolvem uma gama de atividades que vão desde o atendimento individual (medicamentoso, psicoterápico, de orientação, entre outros) até atendimentos em grupo, oficinas terapêuticas e visitas domiciliares. Também devem oferecer condições para o repouso, bem como para a desintoxicação ambulatorial de pacientes que necessitem desse tipo de cuidados e que não demandem por atenção clínica hospitalar.

OS PROFISSIONAIS QUE INTEGRAM A EQUIPE MULTIDISCIPLINAR DOS CAPSad

Os profissionais que integram a equipe multidisciplinar dos CAPSad são:

- Um médico psiquiatra;
- Um enfermeiro com formação em saúde mental;
- Um médico clínico, responsável pela triagem, avaliação e acompanhamento das intercorrências clínicas;
- Quatro profissionais de nível superior entre as seguintes categorias profissionais: psicólogo, assistente social, enfermeiro, terapeuta ocupacional, pedagogo ou outro profissional necessário ao projeto terapêutico;
- Seis profissionais de nível médio: técnico e/ou auxiliar de enfermagem, técnico administrativo, técnico educacional e artesão.

⁹ BRASIL. Ministério da saúde. Secretaria de atenção a Saúde. Saúde mental no SUS. Os Centros de Atenção Psicossociais (CAPS). Brasília: Ministério da Saúde - 2004

O CAPSad TAMBÉM ATUA NA FORMA PREVENTIVA

A prevenção¹⁰ voltada para o uso abusivo e/ou dependência de álcool e outras drogas pode ser definida como um processo de planejamento, implantação e implementação de múltiplas estratégias voltadas para a redução dos fatores de risco específicos e fortalecimento dos fatores de proteção. Implica necessariamente a inserção comunitária das práticas propostas, com a colaboração de todos os segmentos sociais disponíveis. A prevenção teria como objetivo impedir o uso de substâncias psicoativas pela primeira vez, impedir uma “escalada” do uso e minimizar as consequências de tal uso.

A lógica que sustenta tal planejamento deve ser a da redução de danos, em uma ampla perspectiva de práticas voltadas para minimizar as consequências globais de uso de álcool e drogas. O planejamento de programas assistenciais de menor exigência contempla uma parcela maior da população, dentro de uma perspectiva de saúde pública, o que encontra o devido respaldo em propostas mais flexíveis, que não tenham a abstinência total como a única meta viável e possível aos usuários dos serviços CAPSad.

A RELAÇÃO DO CAPSad COM A REDE BÁSICA DE SAÚDE

Rede e território são dois conceitos fundamentais para o entendimento do papel estratégico dos CAPS e isso se aplica também à sua relação com a Rede¹¹ Básica de Saúde. A Reforma Psiquiátrica consiste no progressivo deslocamento do centro do cuidado para fora do hospital, em direção à comunidade, e os CAPS são os dispositivos estratégicos desse movimento. Entretanto, é a Rede Básica de Saúde o lugar privilegiado de construção de uma nova lógica de atendimento e de relação com os transtornos mentais.

A Rede Básica de Saúde é constituída pelos Centros ou Unidades de Saúde locais e/ou regionais, pelo Programa de Saúde da Família e de Agentes Comunitários de Saúde, que atuam na comunidade de sua área de abrangência. Esses profissionais e equipes são pessoas que estão próximas e que possuem a responsabilidade pela atenção à saúde da população daquele território.

Os CAPS devem buscar uma integração permanente com as equipes da Rede Básica de

¹⁰ O CAPSad além de atuar no tratamento dos usuários, também atua na forma preventiva, num constante processo de planejamento, implantação e implementação, com inúmeras estratégias, visando a redução dos fatores de risco e o fortalecimento dos fatores de proteção dos usuários e de seus familiares e da comunidade no qual estão inseridos. Com o objetivo de impedir o uso de substâncias psicoativas pela primeira vez, evitando assim as consequências de tal uso.

¹¹ O CAPSad surge dentro do âmbito do SUS com a Reforma Psiquiátrica, que consiste no progressivo deslocamento do centro do cuidado psicossocial para fora do hospital, em direção à comunidade, contribuindo para a construção de uma nova lógica de atendimento e relação com os usuários.

Revista Digital Simonsen

Saúde em seu território, pois têm um papel fundamental no acompanhamento, na capacitação e no apoio para o trabalho dessas equipes com as pessoas com transtornos mentais. O que significa esta integração? O CAPS precisa: a) conhecer e interagir com as equipes de Atenção Básica de seu território; b) estabelecer iniciativas conjuntas de levantamento de dados relevantes sobre os principais problemas e necessidades de Saúde mental no território; c) realizar apoio matricial às equipes da Atenção Básica, isto é, fornecer-lhes orientação e supervisão, atender conjuntamente situações mais complexas, realizar visitas domiciliares acompanhadas das equipes da Atenção Básica, atender casos complexos por solicitação da Atenção Básica; d) realizar atividades de educação permanente (capacitação, supervisão) sobre saúde mental, em cooperação com as equipes da Atenção Básica. Este Apoio Matricial significa a responsabilidade compartilhada dos casos. É completamente diferente da lógica do encaminhamento ou da referência e contra-referência no sentido estrito. Quando o território for constituído por uma grande população de abrangência, é importante que o CAPS discuta com o gestor local a possibilidade de acrescentar a seu corpo funcional uma ou mais equipes de Saúde Mental, destinadas a realizar essas atividades de apoio à Rede Básica. Essas atividades não devem assumir características de uma especialização, devem estar integradas completamente ao funcionamento geral do CAPS.

A PRÁTICA DO ASSISTENTE SOCIAL DO CAPSad

O comprometimento¹² profissional do Assistente Social do CAPSad é com o cidadão, no enfrentamento dos estigmas sociais. Para isso, a proposta do Serviço Social exige uma postura ética e pluralista, como afirma Corrêa:

Na luta por cidadania, a prática do Serviço Social é revigorada no contato com os usuários e com as famílias, a intervenção profissional possibilita o suscitar uma reflexão no sentido de clarificar a problemática do sofrimento mental. Acredita-se que os resultados alcançados e a intervenção do Serviço Social, passem a contribuir no processo de transformações societárias, através de um posicionamento crítico-reflexivo do Assistente Social, permitindo que os sujeitos se vejam enquanto cidadãos atuantes da vida coletiva. (CORRÊA, 2002, p.21)

Destacamos algumas atribuições do Assistente Social que compõe a equipe do CAPSad:

Conhece e interage com as equipes de Atenção Básica de Saúde de seu território (integrando assim uma rede de instituições públicas, privadas e ONGs);

¹² O comprometimento profissional do Assistente Social do CAPSad é com o cidadão, no enfrentamento dos estigmas sociais. Para isso, a proposta do Serviço Social exige uma postura ética e pluralista, voltada para a equidade e emancipação dos usuários. O Serviço Social insere-se nesse contexto como uma profissão que conhece o universo das políticas públicas, sua operacionalização, financiamento e gestão.

Revista Digital Simonsen

Estabelece iniciativas conjuntas de levantamentos de casos relevantes sobre os principais problemas e necessidades de saúde mental no território;

Fornece orientação e supervisão;

Atende conjuntamente em situações mais complexas;

Realiza visitas domiciliares acompanhadas das equipes de atenção básica;

Realiza atividades terapêuticas e educacionais sobre saúde mental em cooperação com as equipes de atenção básica.

Desta maneira, o Serviço Social insere-se nesse contexto como uma profissão que conhece o universo das políticas públicas, sua operacionalização, financiamento e gestão. Instrumentalizado para conhecer a realidade dos seus usuários, do seu contexto social, saúde e direitos sociais, através da sua metodologia de intervenção e abrangência no atendimento nas diversas instituições.

ENTREVISTA FEITA COM A ASSISTENTE SOCIAL DO CAPSad

Adiante, segue a entrevista feita com a Assistente Social que compõe a equipe multidisciplinar do CAPSad.

NOME DO PROFISSIONAL: Regina de Souza Maciel

IDADE: 54

1) COMO É FEITO O ATENDIMENTO AO USUÁRIO QUE ESTÁ CHEGANDO PELA PRIMEIRA VEZ NO CAPSad?

R: O usuário que está sendo acolhido pela primeira vez no CAPSad, precisará levar cópia da identidade, cópia do comprovante de residência e cópia do cartão do SUS, e ser residente do município. No mesmo dia em que é acolhido, já sai com o agendamento do tratamento psicológico, passando logo em seguida para a consulta psiquiátrica e, por conseguinte será encaminhado para a terapia ocupacional, oficinas culturais e atividades sócio educativas, no intuito de promover a integração social do mesmo e o fortalecimento do vínculo familiar.

2) O QUE SIGNIFICA ACOLHIMENTO?

R: Acolhimento¹³ é quando o Assistente Social junto da equipe multidisciplinar do CAPSad irá orientar e acompanhar o usuário, explicando-lhe como será feito o tratamento terapêutico.

3) O QUE SERIA ESTE PROJETO TERAPEUTICO E COMO FUNCIONA?

¹³ Acolhimento é quando o Assistente Social junto da equipe multidisciplinar do CAPSad irá orientar e acompanhar o usuário, explicando-lhe como será feito todo o “tratamento terapêutico”.

R: O Projeto¹⁴ Terapêutico é todo o cronograma de atividades sócio educativas, psíquicas, de saúde e outras que serão desenvolvidas com os usuários durante o tratamento. Assim como a quantidade de vezes que ele deverá comparecer a instituição e o objetivo das atividades.

4) QUAIS OS IMPACTOS QUE AS TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS TEM REPERCUTIDO NA VIDA DOS USUÁRIOS E DE SEUS FAMILIARES, ATENDIDOS PELO CAPSad?

R: Os impactos societários repercutem tanto de maneira positiva quanto negativa. Um ponto nítido negativo exposto pela mídia e pelas redes sociais: a dependência química tem se tornado um problema mundial, crescendo a cada dia de uma maneira assustadora. Um exemplo disso é a Cracolândia¹⁵ no município de São Paulo e os ocorridos atuais após a megaoperação, onde foram localizados pela prefeitura 22 pontos de usuários de crack. O Estado tem investido de forma fria e paliativa somente na questão do combate as drogas e não discute o tratamento e a prevenção, para que não ocorra. Há certo descaso do Estado para com este público, que não os vê como cidadãos de direitos. E, se tratando de políticas públicas voltadas para a Saúde, o mesmo não está engessado para trabalhar a questão da dependência química no Brasil. E ressalta: “A dependência química é uma das expressões da questão social, no entanto, é questão principalmente de Saúde Pública e o Estado não investe nesta área no que tange ao tratamento da dependência química”. E nos pontos¹⁶ positivos dos impactos societários, parablenizo os profissionais tanto do Serviço Social quanto das outras categorias que compõem a equipe do CAPSad, que, mesmo diante das dificuldades e escassez de recursos, ainda conseguem desempenhar as atividades com usuários que necessitam do tratamento. Para que sejam concretizados os direitos dos usuários em situação de dependência química, é preciso que o Estado invista em políticas públicas¹⁷ para esta área, tão naturalizada e esquecida pelo mesmo. Porque por mais que os profissionais procurem desempenhar um trabalho eficaz, com postura ética, visando à equidade e a emancipação dos usuários, acabam se sentindo impotentes e sem recursos, por conta da desresponsabilização do Estado.

¹⁴ Projeto Terapêutico é todo o cronograma de atividades sócio educativas, sócio psíquicas, de saúde e outras que serão desenvolvidas com os usuários durante o tratamento, assim como a quantidade de vezes que ele deverá comparecer a instituição e o objetivo das atividades.

¹⁵ A Assistente Social aborda a situação atual da Cracolândia no município de São Paulo e os ocorridos após a megaoperação, onde foram localizados pela prefeitura 22 pontos de usuários de crack. E faz uma crítica as atribuições do Estado que investe apenas de forma fria e paliativa na questão do “combate” as drogas e não se ouve falar em “tratamento” para os usuários nem em “prevenção”, para que não ocorra.

¹⁶ Mesmo com a escassez e falta de recursos, os profissionais que compõem a equipe do CAPSad procuram na medida do possível desempenhar um trabalho de qualidade com os usuários.

¹⁷ É necessário que o Estado invista em Políticas Públicas para esta área, tão naturalizada e esquecida pelo mesmo.

5) QUE MENSAGEM VOCÊ DEIXARIA PARA OS ALUNOS FORMANDOS DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL E AOS PROFISSIONAIS DA CATEGORIA?

R: Em suas jornadas surgirão obstáculos, no entanto, não desistam da profissão. Compartilhei um pouco da luta diária e de alma enfrentada pelo profissional nesta área. É sabido afirmar que o trabalhador é digno do seu salário, no entanto, quando não se trabalha por amor a profissão, tudo se torna frio e superficial, e isso porque o Serviço Social é mais que uma profissão, é uma missão, no sentido de cada dia ser único. Um dia a gente esmorece, no outro temos vontade de desistir, já no outro nos levantamos. E assim, continuamos a jornada.

CONCLUSÕES E DESAFIOS

No entanto, quando nos referimos à efetivação dos direitos sociais dos usuários em situação de dependência química no Brasil, compreendemos que ainda existe um enorme caminho a ser percorrido, pois na prática ainda estamos longe deste ideal constante de legislação. Concluimos, deixando para a reflexão dos colegas de turma, aos professores em sua luta diária e aos profissionais da categoria, um pensamento de Mônica Gorgulho, autora da obra *Álcool e outras drogas: a perspectiva dos direitos humanos dos usuários*:

Os direitos humanos dos usuários de drogas existem, mas na prática ainda está longe deste ideal constante da legislação. Existe uma teoria por parte do Estado e suas políticas públicas que na prática não conseguem ser cumpridas. Ainda existe um longo caminho a ser percorrido para que cheguemos a um modelo ideal na abordagem assumida pelo Estado. (GORGULHO, 2009)

Com isso, surge mais um desafio para a categoria do Serviço Social, contribuir não apenas com o compromisso ético na participação pelo protagonismo dos usuários, todavia, na construção de um trabalho que traga mudanças na esfera institucional brasileira, onde predominam traços conservadores, clientelistas e assistencialistas. Pois ainda existe uma dificuldade de comunicação na rede socioassistencial que compõem as três esferas: pública, privada e as ONGs. E assim, avançar nas propostas de intersetorialidade, garantindo o acesso da sociedade civil aos direitos sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da saúde. Secretaria de atenção a Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Saúde mental no SUS. Os Centros de Atenção Psicossociais (CAPS). Brasília: Ministério da Saúde. 2004.

CORRÊA NETTO, Serviço Social, Movimentos Sociais e Conselhos de Direito do Curso de Serviço Social. 2002.

GORGULHO, Mônica. Álcool e outras drogas: a perspectiva dos direitos humanos dos usuários. Brasília: Revista Diálogos – Psicologia: Ciência e Profissão. Novembro, 2009.

IAMAMOTO, M. V - O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. Marilda Villela Iamamoto. 3. Ed. – São Paulo, Cortez, 2000.

PORTARIA Nº. 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Rede de Atenção Psicossocial. Disponível em <http://www.conass.org.br>. Acesso em 07 de junho de 2017.

REVISTA ESPAÇO CIDADÃO. Promovendo a cidadania desde 2004. Desenvolvido pelo Instituto da Criança.

SILVEIRA, Dartiu Xavier. Um guia para a família. Brasília: Presidência da República. Gabinete de Segurança Institucional. Secretaria Nacional Antidrogas, 2.000.

Revista Digital Simonsen

Como citar: MELARA, Eliane – CARDOSO, Diogo da Silva – *A Questão Ambiental e os Impasses da Ciência Geográfica: Uma Reflexão Preliminar*. In: Revista Digital Simonsen, Nº 7, Agosto. 2017. Disponível em: www.simonsen.br/revistasimonsen ISSN:2446-5941

GEOGRAFIA

A QUESTÃO AMBIENTAL E OS IMPASSES DA CIÊNCIA GEOGRÁFICA: UMA REFLEXÃO PRELIMINAR

Por: Eliane Melara¹

Por: Diogo da Silva Cardoso²

¹Doutora em Geografia (UFRJ). Atualmente, realiza estágio pós-doutoral no PPGG/UFRJ (PNPD/Capes). E-mail: geocalcitapiti@yahoo.com.br

²Doutor em Geografia (UFRJ). Atualmente, realiza estágio pós-doutoral no PPGG/UFRJ (PNPD/Capes). Professor convidado nos cursos de especialização em Educação Ambiental (Feuc) e nos MBAs em Gestão Cultural e Gestão de Museus (Ucam). E-mail: diogo_georeg@yahoo.com.br

RESUMO

O crescimento econômico a qualquer custo trouxe sérios problemas ambientais. Poluição do ar, da água, dos solos, desmatamentos, mudanças climáticas, enchentes são alguns exemplos, dos fenômenos que se intensificaram nas últimas décadas do século XX. Desse modo, debates sobre “questão ambiental”, “problemas ambientais” ou “questão ecológica” começaram a ganhar destaque no cenário mundial. A Geografia é uma das ciências que pode contribuir com estas questões, já que desde o princípio de sua institucionalização enquanto ciência, no século XIX, teve a preocupação em estudar as relações entre sociedade e a natureza, além disso, sempre apresentou um diálogo com diferentes ciências (Biologia, Ecologia, Antropologia, etc.), o que favorece a favorece nos termos de ter que lidar com a questão ambiental de forma inter e transdisciplinar. O texto está dividido em três partes. Na primeira parte, tratamos da perspectiva história sobre a formação do conhecimento científico na Geografia Clássica, enfocando os conceitos de sociedade e natureza. Na segunda parte, focamos nas ferramentas de que a Geografia dispõe para contribuir no debate ecológico contemporâneo, com uma breve explicação de cada uma delas. Na terceira e última parte, abordamos as dificuldades inerentes à ciência geográfica e à Educação Ambiental.

INTRODUÇÃO

Desde a institucionalização da Geografia, que as relações entre sociedade e natureza são pensadas e discutidas. Inicialmente o objeto da Geografia era focado sobre as relações homem e meio. No entanto, o século XIX foi marcado por um novo contexto histórico, pela industrialização e pela urbanização, e isso imprimiu mudanças na forma de pensar a Geografia. Nesse período, o viés epistemológico do racionalismo ganha mais força, e há uma divisão entre sujeito e objeto, com grande valor dado ao método científico. Grandes críticas são tecidas às explicações teleológicas e metafísicas que ligavam o homem à natureza, assim a concepção de natureza agora é tida como objeto, ou seja, algo externo ao homem. No âmbito científico essa perspectiva representa a necessidade de conhecer a natureza para instrumentalizar a “dominação” sobre suas fontes de recursos. Desde o advento da ciência como cultura dominante nos países configuradores do atual sistema-mundo moderno/capitalista/colonial/euro-americano, o conhecimento científico focou nas ditas leis universais do conhecimento, baseado em grande parte na ciência física newtoniana e no estofo ideológico do positivismo e iluminismo. O uso das leis universais para os estudos da natureza e para os estudos dos humanos apresentou grandes problemas conceituais e metodológicos, desfavorecendo uma perspectiva de relação sociedade-natureza integradora, tal como aparece nos textos vanguardistas de Alexander von Humboldt e Karl Ritter.

Revista Digital Simonsen

O princípio fundamental da obra de Humboldt é que, no conjunto da natureza, as grandes leis que regulam o mundo servem de base para outros estudos. Para conseguir esses fins, a proposta era seguir as fases metodológicas aplicadas ao conhecimento físico-natural, iniciado com a observação, posterior experimentação, análises e formação de leis empíricas. Já Ritter, destacava a importância da aplicação de leis gerais, para entender o particular. (PORTO-GONÇALVES, 1989; MENDOZA, CANTERO&JIMÉNEZ, 1982).

Nesse momento vemos duas divisões dentro da Geografia; a cisão entre Geografia Humana e Geografia Física e outra, entre Geografia Geral e Geografia Regional. Além disso, conforme Mendonça (1989), a Geografia dialogava com outras ciências, isso favoreceu uma abordagem de setores específicos, por exemplo, sua proximidade com a Biologia, favoreceu a divisão da Geografia Física em ramos como a Geomorfologia, Biogeografia, Geologia, etc. Anos mais tarde, De Martonne (1950), em sua obra “*Traité de Géographie Physique*”, foi um dos concretizadores de tal divisão.

Com uma postura diferente de Descartes, Charles Darwin defende a ideia da evolução e seleção natural. Ratzel e Kropotkin se consideravam darwinistas, embora apresentassem oposições antagônicas. Ratzel defendia a ideia de controle de um território pelo Estado, e baseado no darwinismo, dizia que os povos mais atrasados tecnologicamente, dentro de uma lógica de seleção natural, deveriam ser dominados por aqueles mais desenvolvidos. Afirmava que, o território é vital para o Estado, essa concepção contribuiu para formar as bases do pensamento da Geografia Política e da Geopolítica. Os estudos de Humboldt, Ritter e Ratzel, são marcados por uma preocupação da influência do meio sobre os humanos, de tal modo que suas concepções foram classificadas como “deterministas”.

Com outro posicionamento, mas dentro da perspectiva evolucionista, Reclus e Kropotkin, colocam a evolução como a transformação do Universo e suas partes, englobando tanto os fenômenos geofísicos como os de ordem cultural. Eles afirmam que todas as transformações ocorridas no mundo, nos campos da física, química, biologia, psicologia, sociologia etc., não se fizeram mediante o método dialético, mas sim pelo método científico-natural da dedução e indução. Dessa forma, compreenderam que, sendo o humano parte da natureza, não há necessidade de uma mudança brusca do método. A natureza explica a condição humana e vice-versa. Para finalizar, a conclusão a que chegaram é que a liberdade só pode ser conquistada pelos humanos se este ter o conhecimento científico integral da natureza.

Além disso, esses dois autores têm uma preocupação com o ensino da Geografia, focando temáticas como a relação do homem com seu entorno, as consequências da industrialização e urbanização, e as relações entre população e recursos naturais. Kropotkin, conclui que, a descrição

Revista Digital Simonsen

da Terra e de seus habitantes é uma das melhores maneiras de fazer as crianças se interessarem pelo ensino de Geografia, pelas questões sociais e naturais. Reclus traz um olhar literário sobre a natureza e o homem. Considerava ainda que, a Geografia poderia ser importante para pensar os problemas sociais, não existindo uma dicotomia; criou o conceito de Geografia Social. (KROPOTKIN,1885; RECLUS, 9015; MENDOZA, CANTERO& JIMENÉZ, 1982; ANDRADE, 1985).

Na passagem do século XIX para o XX, outras abordagens entram em cena. A principal delas denominou-se de geografia regional, e considerava as relações entre o homem e a natureza nas áreas onde viviam. Assim, influenciado também por Hitter e Humboldt, La Blache desenvolve a abordagem regional na Geografia buscando articular os dados físicos e humanos em torno da região. Possui influência clara do evolucionismo ao considerar tanto as regiões, como as paisagens, civilizações e meio como organismos. Para ele, a natureza se baseia no preceito evolucionista de organismo, ao mesmo tempo, e na concepção positivista de leis gerais que a regem. Outra característica dos estudos de La Blache está relacionada ao gênero de vida, que é o principal conceito que norteia as suas proposições, ao considerar que cada povo em contato com o meio desenvolve certas culturas para manutenção de sua sobrevivência. O meio é um organismo que age sobre o homem e inversamente, suas ideias foram denominadas de “possibilistas”.

Esses pensadores são as bases da Geografia Clássica e cimentaram as diferentes concepções de natureza e sociedade; segmentou a Geografia em Física e Humana, assim como, em Regional e Geral. Uma ressalva importante são os estudos de Kropotkin e Reclus, que valorizavam um estudo que buscava a interação entre sociedade e natureza, Reclus desenvolveu um conceito importante de integração humano-meio ambiente, sendo um dos pioneiros da Geografia Social.

Com a Segunda Revolução Industrial e maior intensificação da urbanização, os problemas ambientais aumentaram, dessa forma, para contribuir para o debate ambiental, a integração entre Geografia Física e Geografia Humana vai ser retomada pela Geografia Quantitativa e também pela Geografia Crítica. Novos caminhos epistemológicos e metodológicos foram trilhados, porém barreiras foram e vem sendo enfrentadas.

QUESTÃO AMBIENTAL/ PROBLEMAS ECOLÓGICOS E A GEOGRAFIA, CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

A compreensão que se tinha da natureza e sociedade até o século XIX, dentro do sistema capitalista, é que ambas representavam polos excludentes, e que o crescimento econômico dependia da exploração do homem sobre a natureza, a qualquer custo. No entanto, no século XX, mais

Revista Digital Simonsen

especificamente nos anos de 60 e 70, percebeu-se que os recursos naturais são esgotáveis, e que os problemas ambientais tomaram maior dimensão, como o aquecimento global, chuva ácida, ilhas de calor, buraco na camada de ozônio, etc. Esses fatores fizeram com que, em diversas ciências, colocassem em foco as relações homem e natureza. No passado falava-se em natureza, hoje outros termos entram em destaque, como ambiente, ecologia, ecossistemas. Até esse momento a Física foi a ciência dominante, entretanto, com essas questões em voga, a Biologia começou a ganhar terreno e com ela a Ecologia. Hiroshima e Nagasaki foram fatos que mostraram o poder que o homem tem de acabar com a vida na Terra e isso favoreceu que instâncias econômicas, políticas e sociais pensassem sobre o meio ambiente. (PORTO-GONÇALVES, 1989; CASTRO, 2002).

O contexto histórico e cultural que surge os movimentos ecológicos na década de 60, era reforçado pelos movimentos que criticavam o modo de produção vigente e também questionava o modo de vida. Eram movimentos que partiam das mulheres, dos jovens, das minorias étnicas, dos hippies, que se espelhavam em episódios como a guerra no Vietnã, nos conflitos estimulados pela Guerra Fria. Assim, os movimentos ecológicos tinham lutas diversas: contra o desmatamento, a extinção das espécies, o uso de agrotóxicos, a poluição da água, ar e solo, a explosão demográfica, os problemas urbanos, a ameaça nuclear, a corrida armamentista, a concentração de poder. (PORTO GONÇALVES, 1989).

Mais tarde, podemos ver também o surgimento de ideias relacionadas ao desenvolvimento sustentável. Segundo Porto-Gonçalves (2006), o termo desenvolvimento é discutível, para muitos autores, se refere a dominação da natureza, a urbanização, a industrialização; dizia-se que a superação do subdesenvolvimento, das desigualdades, se dava com a busca pelo desenvolvimento. As normas ecológicas sugeridas na Conferência de Estocolmo (1972), ou na Conferência do Rio de Janeiro (1992), por exemplo, eram submetidas aos regimes do livre comércio. Assim, defendemos que, o conceito de desenvolvimento não pode ser reduzido as demandas da economia.

Guimarães (1995) critica o conceito de desenvolvimento sustentável. Para ele, pode representar apenas um “enverdecimento” das cidades, estilos de vida pós-modernos que buscam nos ambientes e produtos verdes uma forma nostálgica de se reconectar com a “natureza primordial”. É necessário, na visão deste autor, analisar as contradições ideológicas dentro do discurso da sustentabilidade, e ver as outras dimensões dentro desta perspectiva como a social, econômica, cultural, política e a ambiental. (BERNARDES E FERREIRA, 2003). De acordo com Porto Gonçalves (1989), o movimento ecológico, a Ecologia precisa ter a consciência de que o capitalismo vive do valor de troca, da separação entre sociedade e natureza; essa separação é necessária para subordinar o homem ao capital. Por exemplo, muitos problemas ambientais são

Revista Digital Simonsen

usados para ganhar dinheiro, afinal: o que seriam das empresas que vendem água, se toda água fosse limpa?

Diegues (2001) traz uma discussão de algumas escolas recentes que estudam o ecologismo. Uma delas é a Ecologia Profunda que defendia uma adoração ao mundo natural; Bookchin (1987) critica essa corrente, pois afirma que esta considera a humanidade o câncer do mundo, e o imperialismo ocorrido sobre os países pobres como algo necessário. Ele defende a Ecologia Social; está enraizada nas análises eco-anarquistas do geógrafo Kropkin e nas ideias radicais ligadas a economia de Karl Marx. Tem uma visão política da natureza, defende questões étnicas e de gênero, é contra as diferenças sociais, contra a ação imperialista. A corrente ecossocialista, em sua instância mais radical, defende a derrubada definitiva do sistema capitalista e a eliminação de todas as formas de injustiça social. Tal contextualização da realidade e da ciência influenciou o debate ecológico/ambiental na Geografia, trazendo o marxismo e as epistemologias pós-coloniais e subalternas para o horizonte desse debate que, infelizmente, vem sendo definido por alguns autores como um debate excessivamente genérico, um ambientalismo focado no consensualismo (ACSELRAD, 2012) e numa visão onírica, nostálgica ou mesmo espiritualista da natureza como se vê, em alguns pontos, na proposta paradigmática da ecologia profunda (WITOSZEK, 2013).

O DEBATE AMBIENTAL E A GEOGRAFIA - TEORIA GERAL DOS SISTEMAS E MÉTODO DIALÉTICO

No século XX, a ideia de sistema começa a ganhar força no cenário científico. Na Física o átomo vira um sistema através da teoria de Rutherford, como antropólogo Malinowski surge a ideia de sistema social, os sociólogos e geógrafos urbanistas da Escola de Chicago, veem a cidade como um sistema já na década de 20. Ludwig Von Bertalanffy desenvolve a Teoria Geral dos Sistemas (TGS), onde se vê o todo e suas partes de forma holística. Em meados da década de 50, essa abordagem se destaca como uma tentativa de integração entre os aspectos humanos e os aspectos naturais; e especificamente na Geografia Física, vem com uma forma de integração dos diversos ramos de estudo em que estava subdividida. Essa abordagem sistêmica/ecológica desenvolveu alguns conceitos, como: Ecologia da Paisagem ou Geoecologia, Ecossistemas e Geossistemas e Ecodinâmica ou Eco-Geografia. (PORTO GONÇALVES, 1989; PEIXOTO; SILVA & MOURA, 1997).

A introdução do termo “Ecologia da Paisagem” é creditada ao geógrafo alemão Troll (1950) que deu início a análise da estrutura ecológica das paisagens e da influência exercida pela cultura humana. Segundo Troll (1950), no início do século XX começa-se a subdividir as paisagens, conhecidas como “ecótopo”, denominação baseado no ecólogo Tansley (1930). Dentro de cada

Revista Digital Simonsen

ecótopo existe uma grande interação entre os diferentes elementos da paisagem – clima, solo, vegetação, mundo animal. Esse conjunto interconectado é chamado por Tansley de ecossistema. No entanto, limitações foram encontradas, como por exemplo, as análises onde se relacionava o meio biótico com o meio não biótico, não apresentavam o homem como parte integrante, apenas como um agente de interferência. Buscando superar essa limitação desenvolve-se na escola soviética o conceito de geossistema e na França o de unidades ecodinâmicas ou a ecogeografia.

Os soviéticos criaram um método de estudo denominado de geossistêmico. O criador do método foi Victor Sotchava, em 1962. A abordagem geossistêmica, baseia-se na visão de um sistema aberto, dinâmico e hierarquicamente organizado, propondo a abordagem da Geografia Física onde as ações humanas estão inseridas no conjunto integrado de subsistemas que compõem a Terra (litosfera, hidrosfera, atmosfera e biosfera). Para Bertrand (1968) geossistema é uma base adequada para estudos do espaço na escala do homem. Se trata de uma unidade compreendida entre uns Km² e uns centenas de Km², para ele, é uma escala onde estão inseridos a maioria dos fenômenos de interferência dos elementos da paisagem. No nível superior estariam o clima, relevo e vegetação e no nível inferior os elementos biogeográficos.

Nessa mesma linha de raciocínio Tricart (1977) e Tricart e Kilian (1982) constroem uma abordagem metodológica relacionada aos impactos que as ações econômicas e tecnológicas têm sobre os ecossistemas. Os autores propõem uma metodologia com características mais dinâmicas, a ecogeografia, ou seja, as investigações têm como objeto espacial as relações dos seres vivos com seu meio. Partem de uma concepção de meio físico como sistema aberto, falam de um denominador comum entre a Ecologia, as ciências do solo e a Geografia Física, realizando uma integração dinâmica entre os estudos sobre o meio físico mediante aplicação dos mesmos sistemas lógicos da TGS.

Todos esses conceitos foram pensados dentro da TGS, com o propósito de integrar o meio físico e a sociedade. Outra forma de estudar as relações sociedade e natureza é através do método dialético, numa perspectiva marxista. Segundo Mendonça (1989), alguns autores reduziram a abordagem marxista na Geografia, àquela que se preocupa com o espaço produzido por uma sociedade, considerada então, uma ciência social, valorizando mais os estudos da Geografia Humana. Outros autores fazem uma separação entre a primeira natureza (natureza em estado natural) e segunda natureza (àquela submetida à sociedade). Essa discussão inicia ainda com Schelling e Reclus, e depois continua com Marx.

Marx influenciado por Feuerbach e pelo romantismo, explica que existe uma troca orgânica e dialética entre o homem e a natureza, pois considera o trabalho como um processo de humanização progressiva da natureza, ao mesmo tempo em que ocorre uma naturalização do

Revista Digital Simonsen

homem. A primeira natureza é aquela que precede a história humana, com o aparecimento do homem e a evolução das forças produtivas, esta é apropriada e transformada em segunda natureza. Ali a troca material é relacionada com o valor de uso. Porém, dentro de uma sociedade capitalista, devido aos avanços técnicos e científicos o homem começa a dominar a natureza, e a relação com a esta passa ser determinada pela lógica do valor de troca. (SCHMIDT, 1982; CASSETI, 1991).

Santos (1996) acrescenta que, no capitalismo, a natureza passa por um processo de instrumentalização imprimidas pelas técnicas, um processo social. O espaço geográfico vem sendo alterado através técnica, num processo dialético, o meio natural vai sendo transformado em um meio cada vez mais artificializado, hoje podemos chamar de meio técnico-científico-informacional.

Seguindo esta lógica, Corrêa (1992) em seu artigo “O meio ambiente e a metrópole”, afirma que o meio ambiente não deixa de incluir o homem, desse modo o conceito de meio ambiente deve ser entendido como meio geográfico, analisando pelos óculos da Geografia Humana; uma segunda natureza, ou seja, a natureza transformada pelo trabalho social. De acordo com o autor, a Geografia Humana estuda essa relação homem-natureza através de três escolas de análise importantes: A Escola da Paisagem, a Geografia Regional e a Espacialidade, e por cinco matrizes epistemológicas: o positivismo, o historicismo, o positivismo lógico, o materialismo histórico e dialético e as filosofias do significado.

A reconceitualização do meio ambiente dentro da ótica do materialismo histórico-dialético procura analisar as tendências e processos nas relações sociedade-natureza dentro de um sistema capitalista/ocidental neocolonial. É preciso ter consciência de que, as distâncias criadas entre a sociedade e natureza não são biológicas, mas sim culturais e históricas. (BERNARDES & FERREIRA, 2003). Segundo Monteiro, apoiado nas análises de Caio Prado Jr., a dialética materialista engloba os objetos que se relacionam dentro de uma totalidade, dentro de uma doutrina holística, e considera que: “o todo transcende a soma de suas partes e tem individualidade própria”, é o que Marx denomina “a unidade da diversidade” (1980, p. 98). Nessa mesma lógica anda a TGS, onde “um sistema pode ser definido como um complexo de elementos em interação” (1980, p. 99).

Podemos perceber que, dentro de matrizes epistemológicas do positivismo/neopositivismo, com as abordagens conceituais e metodológicas da ecologia da paisagem, geossistemas e ecogeografia, e com matriz teórica do materialismo histórico e dialético são formas importantes utilizadas pela Geografia para romper a cisão entre a Geografia Física e a Geografia Humana, e desta forma contribuir para os estudos que enfatizem as relações entre a sociedade e a natureza, ou seja, contribuir epistemologicamente e metodologicamente com os estudos voltados para as questões ambientais/ecológicas.

Revista Digital Simonsen

Descrevendo alguns exemplos de contribuições teóricas e metodológicas, temos os trabalhos desenvolvidos por Monteiro (2001), no seu livro “Geossistemas: a história de uma procura”, em que escreve sobre seu percurso acadêmico pela busca de uma melhor compreensão do método científico dos geossistemas, com o propósito de integrar com consistência os aspectos humanos e os físicos de determinadas áreas. Sua tese de Livre Docência cujo tema – Teoria e Clima Urbano (1976), objetivou usar a TGS, utilizando do método geossistêmico. Montou um sistema aberto, analisando uma área altamente urbanizada e sua influência nas atividades climáticas regionais – poluição do ar, ilhas de calor, enchentes, perda de lavouras e áreas férteis.

TRUNFOS DA GEOGRAFIA PARA ENRIQUECER O DEBATE ECOLÓGICO/AMBIENTAL

O debate ecológico e ambiental requer uma gama teórica, metodológica e técnica complexa; a geografia dispõe de alguns trunfos que podem contribuir com os estudos que envolvem esta temática, pois além de sua tradição histórica em estudar os conceitos - natureza e sociedade, outros meios são característica dessa ciência. Destacam-se duas abordagens inerentes à ciência geográfica: abordagem escalar e a inter e transdisciplinaridade.

Sobre a abordagem escalar, seguindo a perspectiva notória de Monteiro (1980), o conceito de escala visa sempre a integração (espaço de relações), e pode ser mediado pelos métodos dialéticos e da TGS. Para a produção do conhecimento geográfico, é necessário observar o fenômeno e seu recorte espacial, se possível, sob um prisma multiescalar, multitemático e intersetorial. Castro, Peixoto & Pires do Rio (2005) apontam que a Geografia tem um papel crucial na inquirição do espaço onde os eventos danosos ocorrem, ou seja, os espaços de perdas ou de riscos; as diferentes escalas de ocorrência e concentração espacial desses eventos, ou seja, escalas de perdas ou de riscos, além da configuração de novos espaços a partir das perdas sociais, econômicas e naturais, conflitos e segregação. Assim, diferentes escalas podem ser consideradas para analisar o fenômeno de risco ambiental; a nível local como um bairro, ou macrolocal como uma cidade, ou regional quando considera uma área delimitada por mais que uma cidade, por exemplo.

No âmbito da inter/transdisciplinaridade, esta tem sua força reflexiva na medida em que atenta para a complexidade real e multifacéticos problemas ambientais. Desde a sua institucionalização, a geografia se preocupou com os estudos das categorias natureza e sociedade. Em tempos recentes, com o advento do movimento *New Cultural Geography* (COSGROVE & JACKSON, 2007), do ambientalismo biocêntrico (JATOBÁ, CIDADE & VARGAS, 2009), dos estudos orientistas em Geografia (BERQUE, 1998) e dos estudos de paisagem na arquitetura, no

Revista Digital Simonsen

urbanismo e disciplinas afins (WOLZER & ALCÂNTARA, 2008), a *paisagem*, definitivamente, passa a ocupar o posto de conceito-ponte entre as duas categorias. A paisagem torna-se o elo, o sistema de troca simbólica e material que joga para o espaço a tarefa de desvelar as possibilidades de multiplicidade (MASSEY, 2008), seja no campo das visões de mundo, do imaginário, ou nos processos que transformam o espaço num produto, num processo social geral.

Um exemplo interdisciplinar e de preocupação com a questão ambiental, onde a Geografia pode estar inserida é nas pesquisas acadêmicas ou aplicadas, voltadas para o planejamento e gestão de um território ou de uma entidade pública ou privada. Planejamento é a preparação para uma futura gestão, ambos, dentro de uma lógica específica e localmente implicada. São estratégias para o desenvolvimento. No âmbito urbano, a Geografia tem o potencial de analisar as questões sociais e também as ambientais, logo se torna indispensável para os estudos voltados ao planejamento urbano, e por consequência para àqueles relacionados às questões ambientais (SOUZA, 2001).

Para que cada profissional consiga efetuar um trabalho voltado para o planejamento urbano de forma interdisciplinar, diante do que lhes é imposto – formação altamente segregacionista –, Souza (2001) afirma que é preciso uma formação complementar para os profissionais das áreas envolvidas, e dessa forma, possibilitar um verdadeiro diálogo interdisciplinar.

Outro ponto importante para a Geografia quando pensamos na questão ecológica/ambiental é a Educação Ambiental, que também apresenta um caráter interdisciplinar. Segundo Morin (1997) a inter/transdisciplinaridade na Educação Ambiental busca construir um conhecimento complexo, buscando superar a disciplinaridade e se aproximar de uma realidade complexa, entendendo as relações da sociedade com a natureza, com uma visão crítica. (GUIMARÃES, 2003). Dentro dessa lógica ambiental e interdisciplinar, a Geografia tem muito a contribuir, teoricamente e metodologicamente:

Nessa relação (dialética/dialógica) entre indivíduos e sociedade, sociedade humana e natureza, entre as partes e o todo, é que constrói o processo de uma educação política que forma os indivíduos (educandos e educadores) como atores (sujeitos) sociais aptos a atuarem coletivamente no processo de transformação também, quando nos educamos, nos conscientizamos. (GUIMARÃES, 2003, p.102).

Por isso, a Geografia (acadêmica, escolar, tecnocrática, intervencionista), ao tentar superar epistemologicamente a dicotomia sociedade x natureza, pode contribuir para a construção de um pensamento que compreenda globalmente sistema-mundo contemporâneo e suas efemérides, unindo e contextualizando o estudo das partes à totalidade do espaço geográfico (SANTOS, 1996). Assim, a formação de agentes capazes de compreender a realidade global, buscando redes e plataformas de cooperação para criar soluções com vistas a atingir modalidades de desenvolvimento que ofereçam

Revista Digital Simonsen

uma alternativa ao atual sistema hegemônico que, em múltiplas situações e debates, explicita a sua arrogância, impetuosidade e insustentabilidade em relação a natureza e a própria humanidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a Geografia tenha surgido como uma ciência ponte, ou uma ciência de síntese das relações homem e natureza, a sociedade capitalista, racional, mecanicista, produtivista do século XIX, ao mesmo tempo que, criou a divisão do trabalho, criou a divisão entre as ciências humanas e as ciências naturais; a Biologia, a Ecologia e a Geografia não se enquadravam em tal divisão. No entanto, a Geografia acabou reproduzindo uma dicotomia, através da Geografia Física e Geografia Humana. Mesmo com esta dicotomia, a Geografia sempre tentou estabelecer um debate com os dois grandes polos epistemológicos da Ciência – Ciências Naturais e Ciências Sociais, isto é, entre os conceitos de natureza e sociedade.

Esse diálogo tornou-se mais frequente e propositivo nas últimas décadas devido à intensificação dos problemas ambientais. O uso do método dialético e da TGS são caminhos importantes para estudar as relações sociedade-natureza. Além disso, a abordagem escalar e interdisciplinar que a Geografia possui contribui para essa discussão. Conta também com técnicas importantes como o uso dos SIGs, modelos e técnicas de trabalho de campo que favorecem um enriquecimento metodológico e teórico.

Como já citado neste texto, geógrafos brasileiros e de outras nacionalidades tem seus estudos voltados para temáticas que envolvem as relações da sociedade e da natureza, constituindo-se como um ponto positivo quando inserimos a Geografia nos estudos voltados para a questão ambiental, contribuindo teoricamente, técnico-metodologicamente e muitas vezes de forma prática. Porém, o número de autores que se preocupam com essa integração ainda é bastante reduzido.

Além disso, devemos estar cientes de que o espaço geográfico está em constante mutação, para isso, a necessidade de a Geografia estar sempre em renovação epistêmica e metodológica. Para isso, uma das possibilidades é lançar mão da pluralidade conceitual e metodológica, conforme proposta de Monteiro (1980), que precisa ser mais desenvolvida, ao modo de permitir diálogo com outras áreas da ciência. Além disso, é importante priorizar a abordagem multiescalar, multitemática e intersetorial, com vistas a fazer valer a concepção de espaço como esfera de relações e tensões. É preciso também uma maior qualificação teórico-metodológica da Geografia, enquanto ciência, e desse modo ser possível criar novas propostas de conceitos e métodos, que abarquem a complexidade do espaço geográfico, e nesse contexto as questões ambientais/ecológicas.

REFERÊNCIAS

- ACSELARD, Henri. Descaminhos do ambientalismo consensualista. Observatório Social da América Latina. Ano XIII. n. 32. nov. 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/hRAhos>>. Acesso em: 5 ago. 2017.
- ALMEIDA, Josimar Ribeiro de.et al. Ciências Ambientais. Rio de Janeiro: Thex Editora, 2008.
- ANDRADE, Mario Corrêa. (org.).ÉliséeReclus. São Paulo: Editora Ática, 1985.
- BERNARDES, Júlia Adão, FERREIRA, Francisco Pereira. Sociedade e Natureza. In: CUNHA, Sandra Baptista da, GUERRA, Antônio José Teixeira. (org). (2003) A Questão Ambiental: Diferentes Abordagens. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 19-42.
- BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma Geografia Cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny (orgs.). Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: Eder, 1998. p. 84-91.
- BERTRAND, Georges. Paysage et géographiephysiqueglobale. Esquisse Méthodologique.Revuegéographique des Pyrenées et Du Sud-Ouest. v. 9, n. 3, p. 249-272, 1968. Disponível em: <<https://goo.gl/uBt4yN>>. Acesso em: 10 ago. 2017.
- BOOKCHIN, Murray.Social Ecology versus Deep Ecology: A Challenge for the Ecology Movement.1987. Disponível em:<<https://goo.gl/EwmzjR>>. Acesso em: 10 ago. 2017.
- CASTRO, Paula.Natureza, Ciência e Retórica na construção social da ideia de ambiente. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Ministério da Ciência e do Ensino Superior, 2002.
- COSGROVE, Denis, JACKSON, Peter. Novos rumos da geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny. (orgs.). Introdução à Geografia Cultural. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p.135-146.
- CHRISTOFOLETTI, Antônio. Modelagem de sistemas ambientais. São Paulo: Edgard Blücher, 1999.
- CORRÊA, Roberto Lobato.O ambiente e a metrópole. In: ABREU, Maurício de Almeida. (Org.). Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro. v. 2. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, 1992. p. 27-36.
- DIEGUES, Antônio Carlos. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: Hucitec, 1996.
- FRASER, Márcia Tourinho Dantas,GONDIM, Sônia Maria Guedes. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. Paidéia (Ribeirão Preto). v. 14, n. 28, mai/ago., p. 139-152, 2004. Disponível em: <<https://goo.gl/GtHKWx>>. Acesso em: 5 ago. 2017.
- GOMES, Paulo César da Costa. Geografia e modernidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

Revista Digital Simonsen

GUIMARÃES, Mauro. Sustentabilidade e Educação Ambiental. In: CUNHA, Sandra Baptista da, GUERRA, Antônio José Teixeira. (orgs.). A Questão Ambiental: Diferentes Abordagens. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 81-105.

HOLZER, Werther, ALCÂNTARA, Vera. Paisagem vernacular: aldeamentos salineiros. Revista Poiésis. n. 12. nov., p. 89-100, 2008. Disponível em: <<https://goo.gl/49ZcWN>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

JATOBÁ, Sérgio Ulisses Silva, CIDADE, Lúcia Cony Faria, VARGAS, Glória Maria. Ecologismo, ambientalismo e ecologia política: diferentes visões da sustentabilidade e do território. Sociedade e Estado. v. 21. n. 1. jan./abr. p. 47-87, Brasília, 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/YaQq69>>. Acesso em: 13 ago. 2017.

MASSEY, Doreen. Pelo espaço: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MENDONÇA, Francisco. Geografia Física: Ciência Humana? São Paulo: Contexto, 1989.

MENDOZA, Josefina Gómez, CANTERO, Nicolás Ortega, JIMENÉZ, Julio Muñoz. El pensamiento geográfico: estudio interpretativo y antología de textos (De Humboldt a las tendencias radicales). Madrid: Alianza Editorial, 1982.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. A Geografia no Brasil (1934-1977): Avaliação e tendências. São Paulo: Instituto de Geografia da USP, 1980.

_____. (2001). Geossistemas: a História de uma procura. 2ed. São Paulo: Contexto.

MOREIRA, Ruy. Para onde vai o pensamento geográfico? São Paulo: Contexto, 2006.

PIRES DO RIO, Gisela Aquino. Trabalho de Campo na (Re)construção da Pesquisa Geográfica: Reflexões Sobre um Tradicional Instrumento de Investigação. Espaço Aberto. v. 1, n. 1, Rio de Janeiro, p. 7-19, 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/vrMJuK>>. Acesso em: 8 ago. 2017.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Os (des)caminhos do meio ambiente. São Paulo: Contexto, 1989.

_____. A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

RECLUS, Élisée. El Hombre y La Tierra. Barcelona: Maucci, 1915.

SANTOS, Milton. A Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SCHMIDT, Alfred. El concepto de naturaleza en Marx. México: Siglo Veintiuno, 1982.

SILVA, José Xavier da, ZAIDAN, Ricardo Tavares. (orgs.). Geoprocessamento e análise ambiental: aplicações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

Revista Digital Simonsen

SOUZA, Marcelo Lopes de. A Expulsão do Paraíso: O paradigma da Complexidade e o Desenvolvimento Sócio-espacial. In: CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato. Explorações Geográficas: Percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

_____. Mudar a Cidade: Uma introdução ao Planejamento e à Gestão Urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

TROLL, Carl. Die Geographische Landschaft und ihre Erforschung. *Studium Generale*. abr. p 163-181, 1950. Disponível em: <<https://goo.gl/LCSzY1>>. Acesso em: 12 ago. 2017.

KROPOTKIN, Pietr. What Geography Ought to Be. *The Nineteenth Century*. v. 18, p. 940-956, 1885. Disponível em: <<https://goo.gl/gYfKWH>>. Acesso em: 12 ago. 2017.

WITOSZEK, Nina. A arquitetura da utopia: a Noruega e as origens do regime da bondade. *PortVitoria*. v. 6, jan./jun., 2013. Disponível em: <<http://www.portvitoria.com/archive.html>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

Revista Digital Simonsen

Como citar: VIEIRA, Mauro Sérgio. *REDD – Redução das Emissões por Degradação e Desmatamento, Conceitos e Concepções*. In: Revista Digital Simonsen, Nº 7, Agosto. 2017. Disponível em: www.simonsen.br/revistasimonsen ISSN:2446-5941

GEOGRAFIA

REDD – REDUÇÃO DAS EMISSÕES POR DEGRADAÇÃO E DESMATAMENTO, CONCEITOS E CONCEPÇÕES

Por: Mauro Sérgio Vieira³

³ Mauro Sergio Vieira, Mestrando em Ciências Ambientais pela Universidade Severino Sombra – USS, Especialista em Sensoriamento Remoto, Sistema de Informações Geográficas e Educação Ambiental - Professor das Faculdades Integradas SIMONSEN, maurovieira@simonsen.br, maurosergio_vieira@yahoo.com.br,

RESUMO

Muito se tem falado sobre mudanças climáticas, desmatamentos e degradação do meio ambiente por meio de queimadas, derrubadas para plantio de lavouras agrícolas e constantes antropizações causadas pelas mais diversas ações do homem. Recorrendo a um passado recente, onde nascem concepções de se pensar em formas de compensar tamanha destruição, nasce o termo REDD. Uma sigla em inglês que quer dizer Redução das Emissões por Degradação e Desmatamento. Um nome abrangente que em síntese resume a iniciativa de países desenvolvidos, sobretudo a França, em compensar através do carbono, caracterizado pelo volume de biomassa representado em toneladas por km², incentivando países em desenvolvimento e que tenham florestas, como é o caso do Brasil, em reduzir suas emissões de gases de efeito estufa e conter o constante desmatamento das florestas, principalmente a Amazônia. Buscando através da tecnologia, uma maneira simples de obter-se o resultado obtido pela equação alométrica que expressará o quanto àquele que preserva e contém a degradação e o desmatamento será recompensado e, conseqüentemente afortunado por recursos oriundos do crédito de carbono e as concepções do REDD.

PALAVRAS-CHAVES: REDD - Créditos de Carbono – Biomassa - Degradação - Desmatamento.

ABSTRACT

Much has been said about climate change, deforestation and degradation of the environment through burning, overturning for planting agricultural crops and constant anthropizations caused by the most diverse actions of man. Drawing on a recent past, where conceptions are born of thinking about ways to compensate for such destruction, the term REDD is born. An abbreviation in English that means Reduce Emissions by Degradation and Deforestation. A comprehensive name that sums up the initiative of developed countries, especially France, to compensate through carbon, characterized by the volume of biomass represented in tons per km², encouraging developing countries that have forests as is the case of Brazil, in Reduce their emissions of greenhouse gases and contain the constant deforestation of forests, especially the Amazon. Seeking through technology, a simple way to obtain the result obtained by the allometric equation that will express how much the one that preserves and contains degradation and deforestation will be rewarded and, consequently, fortunate by resources coming from carbon credits and conceptions off REDD.

KEYWORDS: REDD, Carbon Credits, Biomass, Degradation and Deforestation.

INTRODUÇÃO

Não é novidade que os efeitos danosos que as mudanças climáticas tem sobre a natureza cujos reflexos ao meio ambiente apresentam-se mais evidentes com eventos cada vez mais danosos, tendo os seres vivos os maiores sofredores dessas consequências e, mostram-se incapazes de resistir a tanta diversidade de fatores negativos.

Falar sobre gases do efeito estufa, níveis de emissões, principais fontes poluentes etc., não esgotam as possibilidades de constatação que o mundo está perdendo esta batalha. Porém as florestas tropicais são as que mais sofrem esse constante ataques, pois representam aproximadamente 15% da terra firme no mundo. A compreensão das causas e origens do desmatamento é crucial para identificar e construir estratégias apropriadas para alterar tendências de uso da terra, beneficiando populações tradicionais e povos que dependem da floresta para sobreviverem.

Com constantes degradações e desmatamentos, a floresta está perdendo rapidamente sua cobertura e diminuindo a capacidade de regeneração e, conseqüentemente, retendo mais calor na atmosfera. Contabilizando essas perdas constantes, a cobertura vegetal exerce um papel fundamental no combate às mudanças climáticas. Para tornar esses efeitos menos danosos, foi criado REDD, REDD+ e REDD++, conceito que teve como origem grandes eventos que trataram acerca do clima e que no Brasil, tem o estado do Acre, através do Instituto de Mudanças Climáticas, IMC-AC, o precursor nos mecanismos que visam minimizar a exploração das florestas e que serve de modelo para o mundo como sendo o estado pioneiro na conservação, e o Amapá como estado que mais preserva suas florestas.

OBJETIVO GERAL

A proposta deste artigo é apresentar o conceito e as definições de REDD, REDD+ e REDD++, e como o Brasil está inserido neste contexto.

OBJETIVO ESPECÍFICO

Como objetivo específico, este artigo se propõe a apresentar o marco regulatório do REDD no Brasil, como funciona o mercado de REDD e as perspectiva futuras que visem conter as emissões, a degradação e o desmatamento.

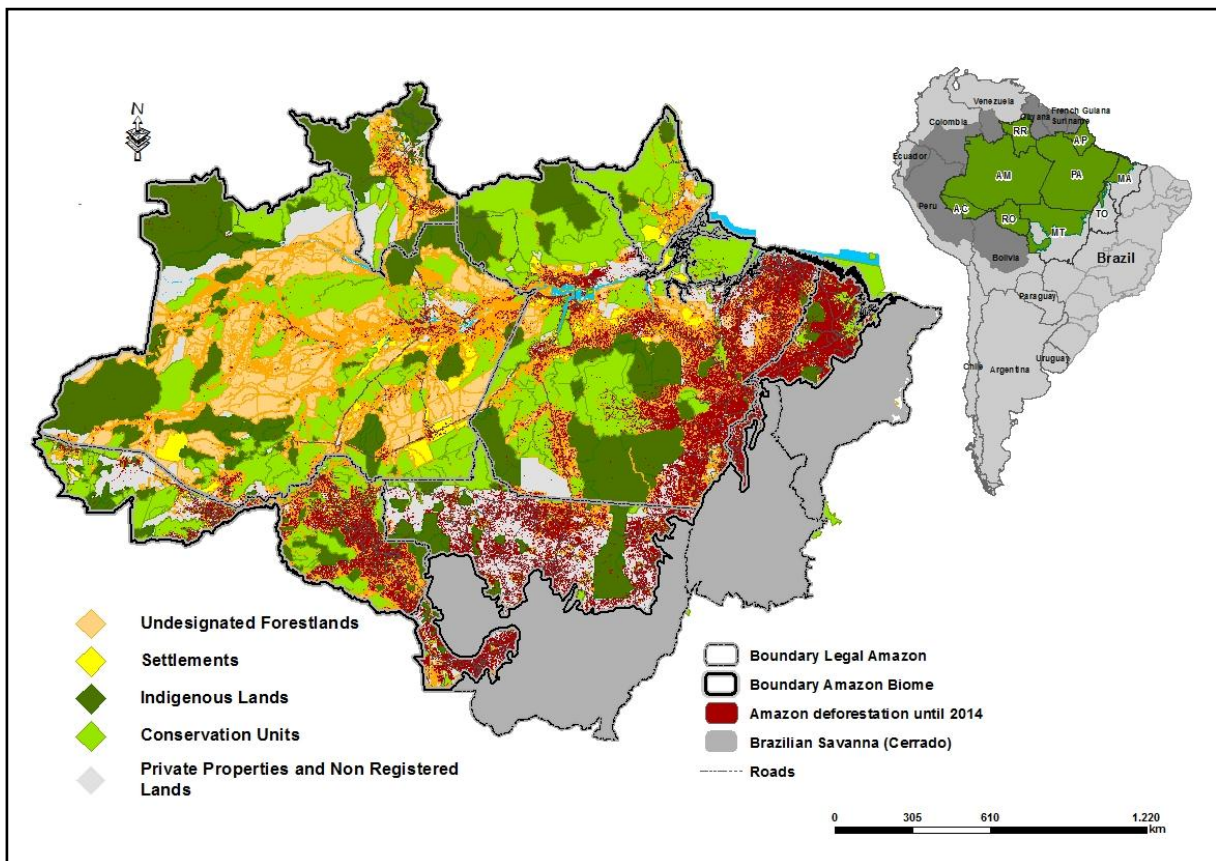
DESENVOLVIMENTO

Revista Digital Simonsen

Para iniciar esta fase da pesquisa, devemos evidenciar o nível de desmatamento que o Brasil enfrenta atualmente, sobretudo na Amazônia. De acordo com os dados do Sistema de Alerta do Desmatamento (SAD), do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), o Estado do Mato Grosso registrou um aumento de 191% em área desmatada, o correspondente a 172 km² no período compreendido entre fevereiro e março de 2016. O Estado foi responsável por 81% do desmatamento da Amazônia.

Segundo este cenário, as áreas destinadas a assentamentos da Reforma Agrária, as quais sofrem constantes degradações pelas ocupações, sugerem na mesma amplitude de destruição os efeitos dos desmatamentos. A figura 1 mostra a ocupação oriunda da Reforma Agrária de acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

Figura 1 - Desmatamento conforme fundiário - Fonte: INPE



ORIGENS

O conceito de REDD tem suas origens na Convenção do Clima⁴ que reconheceu a necessidade de criar um mecanismo que compensasse os países que se envolvessem diretamente no sentido de proporcionar a redução do desmatamento e degradação.

Neste contexto cabe salientar que a eficiência deste processo depende fundamentalmente de um amplo entendimento pelos diferentes setores da Sociedade, Órgãos Governamentais, Empresas e, sobretudo, o mundo acadêmico não só devem participar, como entenderem as suas responsabilidades e contribuições.

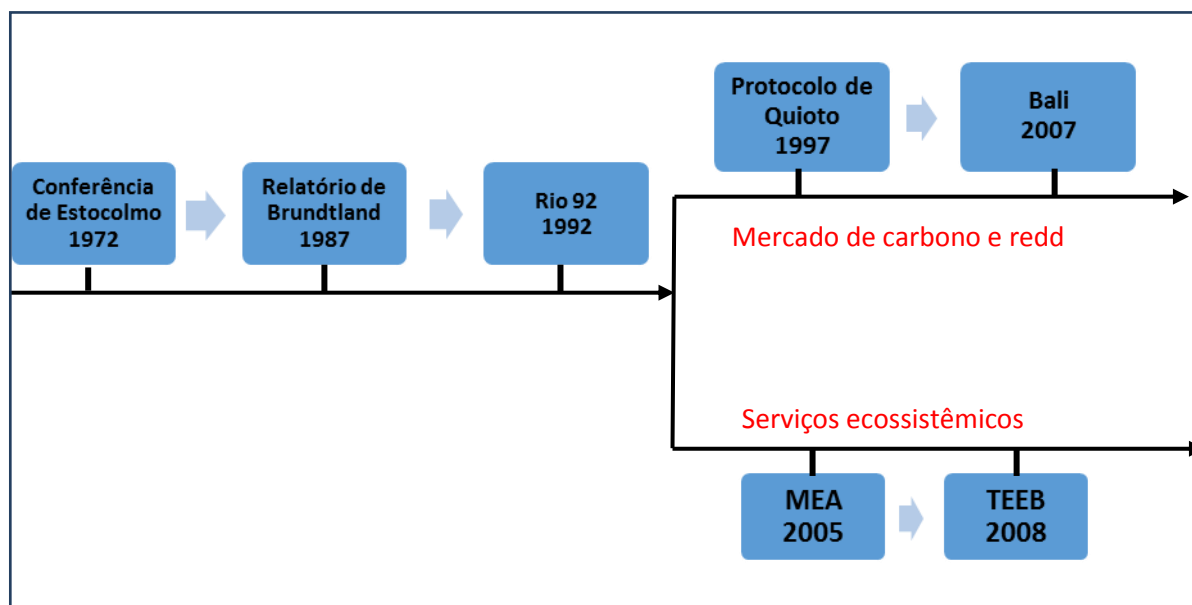
Na ocasião, políticas e incentivos positivos com as questões que envolvessem a preservação foram apontadas e valorizados os seguintes aspectos:

- redução das emissões provenientes do desflorestamento;
- redução das emissões provenientes da degradação florestal no países em desenvolvimento;
- conservação da floresta em pé;
- manejo sustentável da floresta e
- aumento do estoque de carbono das florestas nos países em desenvolvimento.

O conjunto desses elementos deram origem ao termo REDD (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação), que já era uma proposta antiga, faltando somente adequações e ajustes para que o entendimento fosse pleno. O esquema abaixo busca evidenciar sua origem até os dias atuais.

⁴ Convenção do Clima, Tratado provado em junho de 1992, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento ocorrida no Rio de Janeiro que visa estabilizar as concentrações das emissões de gases por ações antrópicas

Figura 2 – Histórico do REDD - Fonte: IBOPE Ambiental



Os três eventos a seguir marcam o início dos conceitos que mais tarde viriam a dar origem ao termo hoje conhecido. As tratativas acerca dos fatores do clima e suas mudanças trariam entendimentos que a partir da Conferência Mundial do Clima realizada no Rio de Janeiro, ratificaria definitivamente o entendimento de se parar com o desmatamento e a degradação.

- **Conferência de Estocolmo (1972)** – De acordo com o “Princípio 3”, a capacidade da Terra de produzir recursos renováveis vitais deve ser mantida e, quando praticável, restaurada ou melhorada.
- **Relatório de Brundland (1987)** – “o desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades.”
- **Conferência Mundial do Clima – Rio 92 (1992)** – Estabeleceu as tratativas iniciais a partir da “Cúpula da Terra”. Firmou os acordos iniciais da Agenda 21⁵ e seus desdobramentos posteriores. Criou a “Convenção da Biodiversidade e Mudanças Climáticas”.

Foi a partir de 1997 com o Protocolo de Quioto e a Convenção de Bali ocorrida 10 anos após que insere-se definitivamente o mercado de carbono e o “termo” REDD agora então denominado: Redução das Emissões por Degradação e Desmatamento.

- **Protocolo de Quioto (1997)** – Estabeleceu-se pela primeira vez as metas de redução de

⁵ A Agenda 21 Brasileira é um processo e instrumento de planejamento participativo para o desenvolvimento sustentável e que tem como eixo central a sustentabilidade, compatibilizando a conservação ambiental, a justiça social e o crescimento econômico. Fonte: <http://www.mma.gov.br/>

Revista Digital Simonsen

emissão de gases do efeito estufa. Institui-se o Mercado de Carbono e ainda estabeleceu-se as responsabilidades comuns dos envolvidos porém de forma e tratamento diferenciados a partir das quantidades de emissões procedidas por eles.

- **Encontro de Bali – COP 13 (Connections Parts) – 2007** – Encontro formado pelos 192 países signatários que deram prosseguimento aos acordos que visassem discutir as mudanças do clima e como enfrentar os desafios sobre o “aquecimento global”. Foram estabelecidas ações de mitigação para redução dos gases de efeito estufa e criado o REDD+, onde extrapolou-se o conceito inicial integrando mais ações e esperando mais resultados.

Consolidado o conceito e a possibilidade do entendimento de que todos os países se comprometiam com a redução das Emissões de Gases de efeito estufa, concebem-se a partir deste momentos vários Serviços Ecossistêmicos. Seriam estes os projetos iniciais que subprojetos que entrariam no Brasil através das diversas empresas da região norte com o único e exclusivo objetivo de preservar para manter.

- **Millenium Ecosystem Assessment – MEA – 2005** - “Neste período de consumo sem precedentes das provisões do nosso planeta, chegou a hora de verificar as contas e é isso que esta avaliação fez. Ela constitui um balanço sóbrio que contém muito mais números em vermelho do que em azul.”
- **The Economics of Ecosystems & Biodiversity – TEEB – 2008** - “A natureza é fonte de muito valor no nosso dia-a-dia apesar de estar fora do mercado e ser difícil atribuir-lhe um preço ou um valor. Como temos percebido, a ausência de valoração está na raiz da degradação dos ecossistemas e da perda da biodiversidade.”

O REDD NO BRASIL

O Brasil possui uma legislação ambiental fundamentada em Leis consistentes porém, ainda não contem uma que seja específica do REDD+. Dentre as políticas mais importantes pode-se destacar a Política Nacional sobre Mudanças Climáticas⁶, o Plano Nacional sobre Mudanças do Clima⁷, O Plano Nacional para Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia⁸.

⁶ Política Nacional sobre Mudanças Climáticas, Lei 12187, 29/12/2009. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112187.htm.

⁷ Plano Nacional sobre Mudanças do Clima, Decreto Federal 6263, 21/11/2007. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6263.htm.

⁸ Plano Nacional para Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia. Disponível em <http://www.mma.gov.br/component/k2/item/616-preven%C3%A7%C3%A3o-e-controle-do-desmatamento-na-amaz%C3%B4nia>

Revista Digital Simonsen

Fundamentalmente instituído na região amazônica a partir da concepção do conceito de REDD, muitos são os programas e subprogramas que reúnem as principais características que visem os principais objetivos visando as reduções das emissões por desmatamento e degradação. Abaixo são listados os principais deles.

- Programa Regulação de Clima e Carbono
- Programa de Conservação e Valorização da Biodiversidade
- Programa de Conservação dos Serviços Hídricos
- Programa dos Serviços Ambientais das Unidades de Conservação Estaduais
- Programa de Conservação e Uso de Solo
- Programa de Beleza Cênica e Turismo
- Programa de Valorização do Conhecimento Tradicional

E entre os Projetos importantes destacam-se os sistemas SISREDD+ que pretendem definir uma linha base para toda Amazônia Brasileira que define em 80% a meta de desmatamento na Amazônia até 2020 em relação a média do desmatamento verificado entre 1996-2005. Permite também o acesso às Unidades de REDD - UREDDs através de um Sistema de registro. O Sistema conta com monitoramento cuja eficiência deve ser comprovada baseada nas atividades e ações salvaguardados em escala jurisdicional.

Para direcionar o entendimento entre a redução das emissões e o mercado de REDD, devemos inicialmente estabelecer uma conexão entre o Código Florestal e o Banco de Carbono Preservado.

De acordo com o art. 41 do Código Florestal:

É o Poder Executivo federal autorizado a instituir, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data da publicação desta Lei, sem prejuízo do cumprimento da legislação ambiental, programa de apoio e incentivo à conservação do meio ambiente, bem como para adoção de tecnologias e boas práticas que conciliem a produtividade agropecuária e florestal, com redução dos impactos ambientais, como forma de promoção do desenvolvimento ecologicamente sustentável, observados sempre os critérios de progressividade, abrangendo as seguintes categorias e linhas de ação:

I - pagamento ou incentivo a serviços ambientais como retribuição, monetária ou não, às atividades de conservação e melhoria dos ecossistemas e que gerem serviços ambientais, tais como, isolada ou cumulativamente:

- a) o sequestro, a conservação, a manutenção e o aumento do estoque e a diminuição do fluxo de carbono;
- b) a conservação da beleza cênica natural;
- c) a conservação da biodiversidade;

- d) a conservação das águas e dos serviços hídricos;
- e) a regulação do clima;
- f) a valorização cultural e do conhecimento tradicional ecossistêmico;
- g) a conservação e o melhoramento do solo;
- h) a manutenção de Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de uso restrito;

II - compensação pelas medidas de conservação ambiental necessárias para o cumprimento dos objetivos desta Lei, utilizando-se dos seguintes instrumentos, dentre outros:

- a) obtenção de crédito agrícola, em todas as suas modalidades, com taxas de juros menores, bem como limites e prazos maiores que os praticados no mercado.

Nesses termos são expostos os seguintes atores que caracterizarão os agentes de serviços ambientais:

- Provedor: Será aquele que promoverá as atividades que beneficiam a preservação e/ou melhoram e recuperam as funções e processos que desencadearam as atividades referentes aos serviços ambientais.

- Provedor-Recebedor: De acordo com os Termos da Lei e seus dispositivos, adquiriram os direitos de receber e usufruir dos benefícios financeiros ou não financeiros. Estes devem obrigatoriamente estar vinculados a qualquer um dos programas, Subprogramas ou Projetos aprovados nos termos da lei e cumprir todos os seus requisitos previstos.

- Reguladores: Serão representados pelas Instituições Governamentais responsáveis pela normatização, organização, controle e fiscalização dos serviços ambientais.

- Agentes Executores: Serão as Instituições Públicas e/ou Privadas que implementarão os Programas, Subprogramas e Projetos de valorização dos serviços ambientais previamente reconhecidas pela Unidade Gestora do Centro Estadual de Mudanças Climáticas e do Centro Estadual de Unidade de Conservação – UGMUC.

O conjunto desses elementos associados aos envolvidos, constituem-se as condições para que ocorram a construção dos mecanismos efetivos de PSA (Pagamentos por Serviços Ambientais) e, conforme dito antes, os Projetos, Subprojetos e demais atividades que envolvem o REDD determinarão a efetividades e importâncias fundamentais para o aprimoramento do êxito e manutenção da eficiência e eficácia no sentido de proporcionar o controle e monitoramento das emissões.

REDD NA AMAZÔNIA

De acordo com o Plano de Ação para Proteção e Controle do Desmatamento da Amazônia (PPCDAm), os estados se comprometeram em mais de 200 iniciativas que vissem a promover o manejo florestal, posse e uso da terra e o planejamento territorial. Essas soluções pretendem combater o desmatamento e a degradação ambiental e competem aos estados da Região Amazônica e se inserirem neste contexto a partir de planos e projetos conforme mostrado na figura 3.

Figura 3 – Políticas, Planos e Programas – Fonte: <http://www.imaflora.org/>



Despontando neste cenário, o estado do Acre tornou-se uma referência em projetos de REDD no mundo.

Revista Digital Simonsen

De acordo com o site <http://sequestrarcarbono.com/2017/04/07>, o estado recebeu investimentos na ordem de 85 milhões pelos resultados obtidos nas reduções do desmatamento, e teve sua política de desenvolvimento sustentável definitivamente consolidada.

Figura 4: Destaque do Estado do Acre em ações de REDD Fonte: <https://sequestrarcarbono.com>



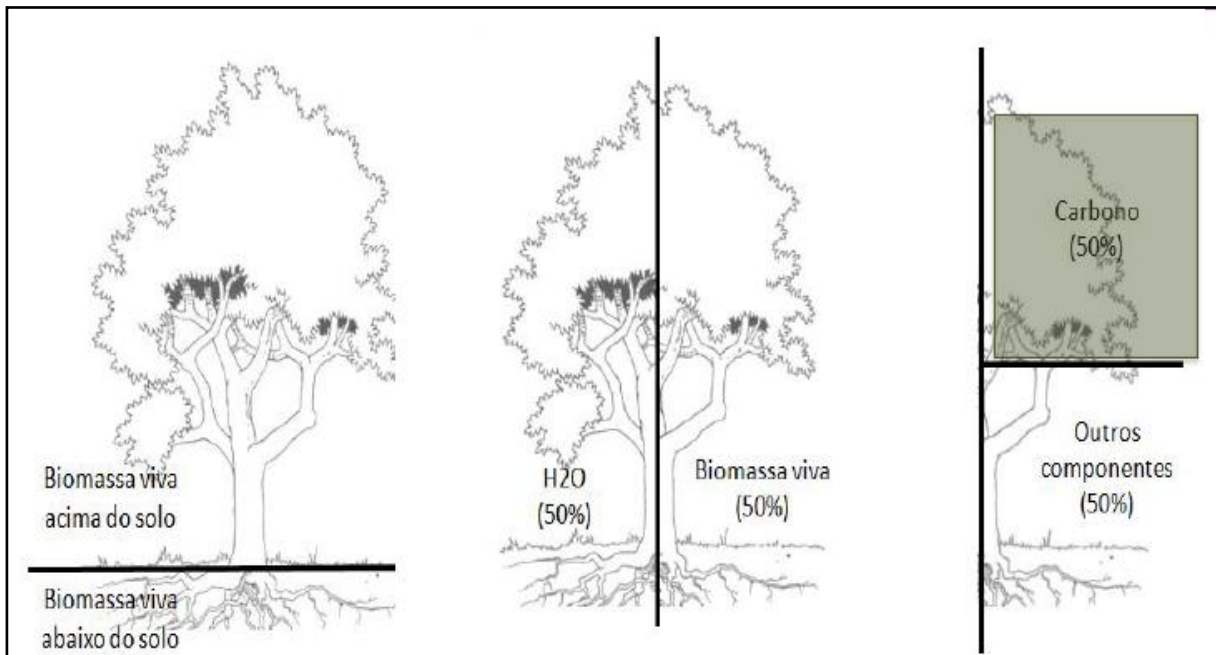
Com esta visão de futuro e a conscientização de que a preservação da floresta em pé constitui-se aspecto básico e fundamental de futuros investimentos, aumentam as responsabilidades dos setores públicos e privados em manter as perspectivas. Nesta proposta aumentam os projetos de manejo Florestal Sustentável o que transforma a floresta em ativo ambiental e consequentemente aumenta a conservação dos recursos naturais. Isto posto, esse cenário torna-se ideal ao fortalecimento dos Projetos de REDD que são gerados no Estado, colocando o Acre num patamar de referência onde o plano de gestão do Estado caminha alinhado a um projeto de sustentabilidade.

CARBONO FLORESTAL

Para prosseguir no entendimento deste artigo sobre o conceito que será apresentado, devemos entender o que é o carbono florestal e a forma pela qual se define e calcula o seu volume.

O cálculo é estabelecido pelas relações entre a biomassa e carbono (figura 5).

Figura 5: Relação entre biomassa e carbono – Fonte: IPAM,2015



Define-se por biomassa a quantidade expressa em massa vegetal disponível em uma floresta (MARTINELLI et al./2004) podendo ser expressa em massa verde ou massa seca, sendo que a massa verde refere-se ao material nativo, *in natura*, contendo uma variável porção de água. Já a seca refere-se a biomassa obtida após a secagem do material em estufa. (CALDEIRA, 2003). Neste artigo iremos tratar somente do material nativo.

O estudo da biomassa florestal que leva em consideração a quantidade de carbono fixado são realizado por estimativa, com a complementação através de inventário de campo ou por relações quantitativas ou matemáticas, caracterizado pela equação alométrica. (SAQUETTA 2002)

Revista Digital Simonsen

Na Amazônia Brasileira, a estimativa da biomassa florestal acima do solo, foi determinada pela primeira vez com a conversão de dados de inventário de campo realizado por BROW e LUGO (1992). As figuras 6 e 7 apresentadas podem dar exemplos do que é um inventário de campo e como são medidos a Altura do Peito – DAP e a Altura de uma árvore com utilização de Clinômetro Digital⁹.

Figura 6-Altura das árvores com Clinômetro



Fonte: <http://www.inventargmb.com.br/mensuracao>

Figura 7 – Diâmetro à Altura do Peito - DAP



Fonte: <http://www.inventargmb.com.br>

Em virtude da imensa abrangência da Floresta Amazônica, os estudos mostram que o emprego de técnicas de Sensoriamento Remoto¹⁰ com utilização de imagens obtidas por sensores, sejam ópticos ou radares, tem se mostrado bastante eficazes, uma vez que a técnica estima, em cada faixa do espectro eletromagnético, as propriedades biofísicas da vegetação com boa faixa de proporcionalidade. (FOODY et al.,2003), (CHIPMAN,1997).

CATEGORIAS DE REDD

Atualmente existem 3 tipos de REDD onde são categorizados em função da sua aplicação:

- REDD – Elemento de valorização da floresta correspondente a redução das emissões provenientes do desflorestamento e da degradação florestal nos países em desenvolvimento;
- REDD+ - É o anterior porém com aspecto da conservação potencializado, proporcionando o manejo sustentável das florestas e aumento do estoque de carbono das florestas dos países em desenvolvimento, diminuindo o desmatamento, conservar o que já existe, estabelecer uma legislação para o manejo e uso do solo, com foco principal na preservação;

⁹ Aparelho usado para medir o ângulo entre um plano inclinado e o plano horizontal ou entre uma linha inclinada e o plano horizontal. O clinômetro consiste em um sistema de pêndulo vertical e/ou de bolha de nivelamento horizontal como referencial e uma escala graduada que mede o ângulo do plano ou linha em graus ou em porcentagem de desnível.

¹⁰ Rees (1990): obtenção de informação sobre um determinado alvo sem contato direto com ele; Curran (1985): uso de sensores de radiação eletromagnética (REM) para registrar imagens que podem ser interpretadas para fornecer informação útil sobre o ambiente.

Revista Digital Simonsen

- REDD++ - É o conceito anterior porem extrapolado em relação à agricultura, garantindo melhores práticas com vistas ao não desmatamento. A partir deste “plus” iniciam-se os conceitos da geoinformação¹¹ e geoprocessamento¹², onde conhecer o solo seus componentes e principais nutrientes favorecem uma determinada cultura que, agregados à fatores climáticos, obtém-se produtos sustentáveis e produções cada vez melhores. Propõe-se neste aspecto a diminuição do uso de agrotóxicos, à extinção das queimadas, meios de irrigação responsáveis, como o mesmo foco das versões anteriores do não desmatamento.

CONCLUSÃO

Podemos perceber que existe uma estratégia interessante na inserção do Brasil nos créditos de carbonos. Os países desenvolvidos reconhecem a exuberância da Amazônia como mata nativa e incentiva sua preservação através de créditos de carbono oriundos de políticas de REDD, então fica obvio que existe interesse dos governantes em manterem seus projetos e torná-los viáveis, uma vez que o que está em jogo é a preservação da floresta com redução do desmatamento e degradação.

¹¹ Geoinformação representa um conhecimento associado a uma referência geográfica resultado do processamento de dados espaciais, que se destinam a apoiar o processo decisório

¹² Geoprocessamento é uma disciplina do conhecimento que utiliza técnicas matemáticas e computacionais pra o tratamento da Geoinformação por intermédio de ferramentas georreferenciadas.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. MINISTÉRIO DA DEFESA. Exército Brasileiro, Diretoria de Serviço Geográfico, DGS, Manual de Campanha de GeoInformação, 2014.

BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA, 2017.

BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS – INPE, 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA. Plano de Ação para Proteção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAM), 2017

BROWN, S.; LUGO, A. E. Abovedground biomass estimates for tropical moist forest of the Brazilian Amazon. **Interciencia**, Caracas, v. 17, n.1,p. 8-18,1992.

CALDEIRA, M. V. W. Determinação de biomassa e nutrientes em uma floresta

ombrófila mista montana em General Carneiro, Paraná. 2003. 176p. Tese (Doutorado em Ciências Florestais) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR.

CHIPMAN, J. W. Comparison of TM, ERS-1, and SIR-C Data for forest type mapping in the Lake States. In: ACSM/ASPRS - Annual Convention & Exposition, Seattle, Washington, Technical Papers. Bethesda: ASPRS, 1997. v. 3, p. 517-526.

CURRAN, Paul J Longman, Principles of remote sensing, London and New York,1985.

FOODY, G. M.; BOYD, D. S.; CUTLER, M. E. J. Predictive relations of tropical Forest biomass from Landsat TM data and their transferability between regions. **Remote Sensing of Environment**, New York,v. 85, p. 463-474. 2003.

MARTINELLI, L. A.; MOREIRA, M. Z.; BROWN, I. F.; VICTORIA, R. L. Incertezas associadas às estimativas de biomassa em florestas tropicais. Seminário Emissão X Sequestro de CO₂ – Uma Nova Oportunidade de Negócios para o Brasil, Rio De Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: CURD, 1994, p. 197-221.

REES, W. G. Physical Principles of Remote Sensing. Topics in Remote Sensing Series no. 1. xiv + 247 pp. Cambridge, 1990

SANQUETTA, C. R. Metodologias para determinação de biomassa florestal. In:

SANQUETTA, C. R.; WATZLAWICK, L. F.; BALBINOT, R.; ZILLOTTO, M. A. B.; GOMES, F. dos S. As florestas e o carbono. Curitiba: UFPR, 2002. 264p.

_____ <https://www.jusbrasil.com.br/busca?q=Art.+41+da+Lei+12651%2F12> acesso em 19 de julho de 2017.

Revista Digital Simonsen

Como citar: Amaral, Rodrigo Silva, Rafael Costa. *Caminhos e Dicas para novos Alunos*. In: Revista Digital Simonsen, Nº 7, Agosto. 2017. Disponível em: www.simonsen.br/revistasimonsen
ISSN:2446-5941

ENTREVISTA

CAMINHOS E DICAS PARA NOVOS ALUNOS

Por: Rodrigo Amaral
Por: Rafael Costa da Silva

No dia 14 de julho de 2017 os ex-alunos das Faculdades Integradas Simonsen, Cindye Esquivel Vieira e Adrie Dealis Bilhéio da Silva, concederam entrevista onde compartilharam suas experiências como discentes da Simonsen, bem como falaram sobre futuro, mestrado e deram dicas para nossos atuais discentes. Ambos formaram-se recentemente no curso de História, foram alunos da iniciação científica, publicaram artigo nas últimas edições da RDS e tiveram altíssimo desempenho durante o curso, obtendo reconhecimento de colegas e professores.

Esperamos que esta entrevista sirva de incentivo para nossos atuais alunos e além desta versão impressa, um descontraído vídeo foi realizado e postado no facebook da RDS (Revista Digital Simonsen).

A entrevista foi realizada pelo Tèc de Edição Rafael Costa Silva e organizada pelo Editor da Revista, Prof. Dr. Rodrigo Amaral

Utilizaremos **RDS** para Revista Digital Simonsen, **CEV** para Cindye Esquivel Vieira e **ADBS** para Adrie Dealis Bilhéio da Silva, na entrevista abaixo

1) RDS: Professora Cindye Esquivel, boa tarde, como ocorreu a escolha pelas Faculdades Integradas Simonsen?

CEV: Foi feita, principalmente, através de referências que obtive sobre o renomado corpo docente. Eu estudava na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), mas já não estava feliz com o curso, então, fui atrás de instituições que possuíam professores qualificados. Além disso, já possuía vínculo afetivo com a Simonsen, já que tanto meu pai – que hoje é professor da instituição –, quanto minha mãe, se formaram lá. Não me arrependi da escolha! Depois de História, voltei para cursar Letras: Português-Literatura.

2) RDS: O que você destacaria em relação aos estudos que já realizou na Simonsen?

CEV: Sempre me agradou perceber que estava trabalhando na Simonsen as mesmas bibliografias que colegas estudantes de Universidades públicas estavam tendo, me sentia e sabia que estava no mesmo patamar. O grupo de estudos GELHIS criado por volta de 2010 foi de uma imensa importância, eles existem nas universidades públicas, e ter participado dele numa faculdade privada foi outro diferencial. Os debates que tive acesso, fundamentam discursos e conhecimentos que me ajudaram a passar no mestrado.

3) RDS: Do que sente mais saudade?

CEV: Sem dúvida do contato com os professores. Enquanto estamos na graduação, as nossas dúvidas tem curta vida pois temos ajuda de pronto atendimento dos professores. Depois que nos formamos perdemos aquela tutela que nos dá segurança. Os debates fazem MUITA falta, era ótimo ter a chance de juntar seis alunos e falar sobre contribuições de grandes teóricos, depois sair do laboratório e tomar um café despropositado. Participar da sociabilidade dos colegas faz muita falta.

4) RDS: Como foi a caminhada acadêmica após a Simonsen?

CEV: Foi difícil, como sempre. Eu tentei passar no mestrado desde o penúltimo período. No início de 2017 eu passei no mestrado na Universidade Salgado de Oliveira, quando aprovei o projeto "o diálogo histórico em Carlos Drummond de Andrade: o parecer poético do modelo de poder Varguista na capital brasileira na primeira metade do século XX", então valeu a pena.

Revista Digital Simonsen

Hoje, graças a muito apoio dos professores e da família eu estou vivendo uma etapa que é a realização de um sonho, além disso, estou sendo orientada por um gênio da historiografia, o Prof. Dr. Francisco Falcon, que dispensa comentários.

5) RDS: Como ex-aluna de sucesso, que dica você deixa para os novos alunos?

CEV: Antes de qualquer coisa, café, muito café! Depois, use e abuse da biblioteca, do acesso aos livros, do espaço de estudo, leia a bibliografia das aulas pois elas estarão nas aulas/provas do mestrado, participe de TUDO que for oferecido (palestras, aulas de convidados, laboratório, discussão em sala e o PIC - Programa de Iniciação Científica) pois te ajuda a abrir o horizonte. Por último, faça o seu TCC – Trabalho de Conclusão de Curso – bem feito, porque ele pode ser o primeiro passo para o próximo degrau. Foi o meu caso, minha temática foi usado na Iniciação Científica, no TCC e a no mestrado.

Entrevista com Adrie Dealis

1) RDS: Professor Adrie Dealis, boa tarde, como ocorreu a escolha pelas Faculdades Integradas Simonsen?

ADBS: Como diversos jovens que vivenciam as dúvidas quanto a profissão a seguir, ou melhor o que fazer após o término do ensino médio, não foi diferente no meu caso. Passei por outras áreas até finalmente, em um processo de auto-reflexão, perceber que meu caminho era o curso de História: resolvi tornar-me Historiador ou Professor. A escolha pela Simonsen foi realizada a partir de declarações de muitas pessoas a respeito da qualidade do ensino e dos excelentes Professores que lá lecionam.

2) RDS: O que você destacaria em relação aos estudos que realizou na Simonsen?

ADBS: O que mais me cativou e mostrou que acertei na escolha foi sem dúvidas a qualidade dos docentes: todos eles demonstraram domínio de conteúdo e promoveram debates críticos sobre as disciplinas acadêmicas, além de outros assuntos. Não posso deixar de mencionar também, os eventos e o grupo de estudos de História e teoria (GELHIS), organizado pelo professor Fernando Gralha, no qual, muito me orgulho por ter participado.

3) RDS: Do que sente mais saudade?

ADBS: Com certeza os debates que aconteciam no grupo de estudos e das aulas, pois foram por meio das mesmas que considero ter alcançado êxito na minha vida acadêmica e profissional.

4) RDS: Como foi a caminhada acadêmica após a Simonsen?

ADBS: Como terminei uma etapa dos meus estudos recentemente, estou em primeiro momento aumentando a minha carga de leitura, lendo bibliografias dos editais de concurso para ingressar no mestrado.

5) RDS: Como ex-aluno de sucesso, que dica você deixa para os novos alunos?

ADBS: A maior dica que poderia deixar para quem está chegando é ler. Não existe melhor maneira de um estudante desenvolver-se que o da leitura dos textos e livros indicados pelos professores. A garantia de uma formação de qualidade é, ao mesmo tempo, individual e coletiva, pois é necessário, esforço intelectual para aproveitamento do excelente ensino que temos na Simonsen.